



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos
Deputados

ação parlamentar

O ESPORTE EM FOCO II



Comissão de Turismo e Desporto
..... Brasília | 2011

Mesa da Câmara dos Deputados
54ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa
2011

Presidente

Marco Maia

1ª Vice-Presidente

Rose de Freitas

2º Vice-Presidente

Eduardo da Fonte

1º Secretário

Eduardo Gomes

2º Secretário

Jorge Tadeu Mudalen

3º Secretário

Inocência Oliveira

4º Secretário

Júlio Delgado

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Geraldo Resende

2º Suplente

Manato

3º Suplente

Carlos Eduardo Cadoca

4º Suplente

Sérgio Moraes

Diretor-Geral

Rogério Ventura Teixeira

Secretário-Geral da Mesa

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida



Câmara dos
Deputados

Comissão de Turismo e Desporto

O Esporte em Foco II

Audiências públicas realizadas
pela Comissão de Turismo e
Desporto, com o objetivo de
debater matérias pertinentes à
área esportiva.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2011

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Luiz Antônio Souza da Eira

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretora Cássia Regina Ossipe Martins Botelho

Projeto gráfico Racso

Diagramação e capa Alessandra Castro Konig

Fotos Saulo Cruz / Akimi Watanabe

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 434

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Turismo e Desporto.

O esporte em foco II. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 162 p. – (Série ação parlamentar ; n. 434)

ISBN 978-85-736-5797-5

Audiências públicas realizadas pela Comissão de Turismo e Desporto, com o objetivo de debater matérias pertinentes à área esportiva.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Turismo e Desporto. 2. Esporte, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 796(81)

ISBN 978-85-736-5796-8 (brochura)

ISBN 978-85-736-5797-5 (e-book)

Sumário

Membros da Comissão de Turismo e Desporto – 2010	5
Membros da Comissão de Turismo e Desporto – 2011	8
Equipe Técnica da Comissão de Turismo e Desporto – 2010 ...	10
Apresentação	11
1. Audiência Pública sobre a realização das Paraolimpíadas de 2016 no Brasil	13
2. Audiência Pública para debater projeto de lei que veda a transmissão de lutas marciais não olímpicas pelas emissoras de televisão.....	51
3. Audiência Pública para debater a regulamentação e o estabelecimento de normas para os esportes de aventura, pelo Ministério do Turismo	105
4. Siglário	159

Membros da Comissão de Turismo e Desporto – 2010

Mesa da Comissão

Presidente	Professora Raquel Teixeira	PSDB (GO)
Vice-Presidentes	Paulo Henrique Lustosa	PMDB (CE)
	Marcelo Teixeira	PR (CE)
	José Airton Cirilo	PT (CE)

Composição da Comissão

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Titulares

Afonso Hamm	PP (RS)
Arnon Bezerra	PTB (CE)
Carlos Eduardo Cadoca	PSC (PE)
Edinho Bez	PMDB (SC)
Eugênio Rabelo	PP (CE)
Jackson Barreto	PMDB (SE)
Jilmar Tatto	PT (SP)
José Airton Cirilo	PT (CE)
Lupércio Ramos	PMDB (AM)
Marcelo Teixeira	PR (CE)
Paulo Henrique Lustosa	PMDB (CE)

Suplentes

Alex Canziani	PTB (PR)
Deley	PSC (RJ)
Fernando Lopes	PMDB (RJ)
Hermes Parcianello	PMDB (PR)
José Rocha	PR (BA)
Jurandil Juarez	PMDB (AP)

Marcelo Guimarães Filho	PMDB (BA)
Paulo Roberto Pereira	PTB (RS)
Ratinho Junior	PSC (PR)
Vicentinho	PT (SP)
Wellington Fagundes (*)	PR (MT)

PSDB/DEM/PPS

Titulares

Albano Franco	PSDB (SE)
Otavio Leite	PSDB (RJ)
Professora Raquel Teixeira	PSDB (GO)
Walter Feldman	PSDB (SP)

Suplentes

Arnaldo Jardim	PPS (SP)
José Mendonça Bezerra	DEM (PE)
Rômulo Gouveia	PSDB (PB)
Silvio Torres	PSDB (SP)
Thelma de Oliveira	PSDB (MT)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Titulares

Fábio Faria	PMN (RN)
Lídice da Mata	PSB (BA)
Valadares Filho	PSB (SE)

(*) Deputado não está no exercício do mandato

Suplentes**Laurez Moreira****PSB (SE)****Manuela D'ávila****PCdoB (RS)****PRB****Suplente****Marcos Antonio****PSB (BA)****Informações da Comissão****Secretária: Mirna de Castela C. Pessoa****Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo****Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833****Fax: 3216-6835**

Membros da Comissão de Turismo e Desporto – 2011

Mesa da Comissão		
Presidente	Jonas Donizette	PSB (SP)
1º Vice-Presidente:	Romário de Souza Faria	PSB (RJ)
2º Vice-Presidente:	Valadares Filho	PSB (SE)
3º Vice-Presidente:	Renan Filho	PMDB (AL)

Composição da Comissão		
PT/PMDB/PSDB/PP/PR/DEM/PSB/PDT/PTB/PSC/PCdoB		
Titulares		
José Airton		PT (CE)
Luci Choinacki		PT (SC)
Benjamin Maranhão		PMDB (PB)
Renan Filho		PMDB (AL)
Carlaile Pedrosa		PSDB (MG)
Otávio Leite		PSDB (RJ)
Afonso Hamm		PP (RS)
Nelson Meurer		PP (PR)
Domingos Neto		PSB (CE)
Jonas Donizette		PSB (SP)
Romário de Souza Faria		PSB (RJ)
Valadares Filho		PSB (SE)
André Figueiredo		PDT (CE)
Rubens Bueno		PPS (PR)
Danrlei de Deus Hinterholz		PSD (RS)
Carlos Eduardo Cadoca		PSC (PE)

Jô Moraes	PCdoB (MG)
Acelino Popó	PRB (BA)
Fábio Faria	PSD (RN)

Suplentes

Chico D'angelo	PT (RJ)
Vicente Candido	PT (SP)
Edinho Bez	PMDB (SC)
Hermes Parcianello	PMDB (PR)
Joaquim Beltrão	PMDB (AL)
Rui Palmeira	PSDB (AL)
Ruy Carneiro	PSDB (PB)
Roberto Britto	PP (BA)
Fábio Souto	DEM (BA)
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM (TO)
Giroto	PR (MS)
José Rocha	PR (BA)
Janete Capiberibe	PSB (AP)
Jefferson Campos	PSB (SP)
Dr. Jorge Silva	PDT (ES)
Manato	PDT (ES)
Arnon Bezerra	PTB (CE)
Andre Moura	PSC (SE)
Delegado Protógenes	PCdoB (SP)

Equipe Técnica da Comissão de Turismo e Desporto – 2010

Secretária da Comissão

Mirna de Castela C. Pessoa

Corpo Técnico

Akimi Watanabe

Ana Lúcia Dornelles

Cláudia Neiva Peixoto

Isa de Lima

Lindberg Aziz Cury Júnior

Marcos Vinícius Ferrari

Nilma Martins Calazans

Wilma Rizzo

Jornalista responsável

Wilson T. Soares (DRT 13513/RJ)

Informações da Comissão

Local: Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo

Telefones: 3216-6831/6832/6833

Fax: 3216-6835

Apresentação

A Comissão de Turismo e Desporto busca, no bojo do espírito democrático que caracteriza sua atuação, compartilhar com a sociedade o debate de temas relevantes e polêmicos, para que, mediante a participação popular, sejam tais matérias examinadas com cuidado e profundidade, sob o crivo de uma visão político-social transdisciplinar legitimadora da atividade legislativa.

E um dos principais instrumentos de que se utiliza para efetivar essa interação com a sociedade é a realização de audiências públicas, por meio das quais consegue colher a percepção de especialistas e autoridades sobre matérias relacionadas a turismo e desporto, temas sob sua competência. No semestre de 2010, esta Comissão realizou três importantes audiências sobre assuntos ligados à área esportiva, cujas notas taquigráficas foram compiladas nesta edição.

A primeira audiência, realizada em 4 de maio, versou sobre a realização das Paraolimpíadas de 2016, no Brasil, e teve como objetivo esclarecer Parlamentares, autoridades e interessados nesse grande evento esportivo sobre o planejamento, as metas e os princípios que nortearão a sua consecução. Para tanto, foram ouvidas duas importantes autoridades diretamente responsáveis pelo assunto, o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Andrew Parsons, e o Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber.

Na segunda audiência, ocorrida em 26 de maio, buscou-se o amadurecimento e a consolidação do debate sobre o Projeto de Lei nº 5.534/2009, que, ao propor a proibição da transmissão de lutas marciais não olímpicas pelas emissoras de televisão, para coibir a banalização da violência, abriu espaço para a ponderação de valores constitucionais, como a liberdade de expressão

e a livre manifestação de pensamento, e para a discussão sobre o desenvolvimento das lutas marciais no Brasil. Dela participaram o Senador Arthur Virgílio; Terence Mattar de Carvalho Paiva, Diretor de Esportes da *RedeTV*; Edgard Rebouças, Professor de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo e Coordenador do Observatório da Mídia Regional: Direitos Humanos, Políticas e Sistemas; Artur Mariano, Vice-Presidente da Confederação de *Muay Thai* e lutador de *Mixed Martial Arts*; Carlos Maiolino, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Lutas e Artes Marciais do Estado de São Paulo; Wallid Ismail, organizador do *Jungle Fight*; Irmão Joaquim Oliveira, Diretor do Colégio Marista Champagnat; Bispo Jerônimo Alves, Presidente da Igreja Universal.

Já na terceira audiência, realizada em 30 de junho, debateu-se o processo de regulamentação e de estabelecimento de normas para os esportes de aventura, pelo Ministério do Turismo. Estiveram presentes José Otavio Franco Dornelles, Presidente da Confederação Brasileira de Orientação; Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física; Cláudio Rogério Consolo, Presidente da Associação Brasileira de Parapente; Silvério Nery, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada; José Wagner Fernandes, Gestor do Comitê Brasileiro de Turismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas; Jurema Monteiro, Coordenadora-Geral de Eventos e Apoio à Comercialização do Ministério do Turismo; Jean-Claude Marc Razel, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura.

Por meio da realização dessas audiências públicas e mediante a valiosa contribuição de todos os participantes, que examinaram com lucidez os temas propostos, suas implicações sociais, econômicas e desportivas, esta Comissão confia ter contribuído substancialmente para o bom encaminhamento das matérias e para o fortalecimento da participação da sociedade na atividade legislativa.

Brasília, outubro de 2010

*Deputada Professora Raquel Teixeira
Presidente da Comissão de Turismo e Desporto*

1. Audiência Pública sobre a realização das Paraolimpíadas de 2016 no Brasil

Ementa: Audiência Pública realizada em 4 de maio de 2010, com o objetivo de esclarecer Parlamentares, autoridades e interessados sobre o planejamento, as metas e os princípios que nortearão a consecução das Paraolimpíadas no Brasil, em 2016.

Convidados: Jorge Steinhilber – Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef); Andrew Parsons – Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

Foto: Saulo Cruz/Secom/Sefot



Da esquerda para a direita: Deputado Otavio Leite, Andrew Parsons, Deputado Paulo Henrique Lustosa e Jorge Steinhilber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Henrique Lustosa) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião de audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 223, de 2010, de autoria do Deputado Otavio Leite, com o objetivo de obter esclarecimentos quanto à realização das Paraolimpíadas de 2016 no Brasil.

Convido para compor a Mesa o Deputado Otavio Leite, autor do presente requerimento; o Sr. Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB); e o Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

Antes de passar à exposição dos convidados, esclareço que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito que falem ao microfone, declinando o nome, quando for o caso, no momento dos debates.

Para melhor ordenar os trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: cada convidado terá um prazo de vinte minutos para sua exposição, prorrogáveis por mais dez, só podendo haver apartes após a exposição.

A minha proposição é a de que deixemos os debates para a etapa subsequente, até porque o Dr. Jorge Steinhilber tem voo marcado. Poderemos deixar, então, os apartes e os debates mais para o final.

Os Deputados inscritos terão o tempo de cinco minutos, à exceção do Deputado Otavio Leite, autor do requerimento, que terá dez minutos para debater.

Para cada intervenção, serão permitidas réplica e tréplica, que conduziremos na medida do avanço do tempo, por estarmos cercados pelo horário de embarque dos nossos convidados.

Diante disso, peço ao Sr. Jorge Steinhilber que comece, embora eu acredite que todos terão oportunidade de participar do debate.

Começando, então, pelo Conselho Federal de Educação Física, tem a palavra o Sr. Jorge Steinhilber.

O SR. JORGE STEINHILBER – Boa tarde, Deputado Paulo Lustosa, a quem agradeço o convite, colegas da Mesa e demais presentes.

Em primeiro lugar, cumprimento a Comissão de Turismo e Desporto por promover esta audiência pública e o Deputado Otavio Leite pela iniciativa de possibilitar mais uma discussão sobre a questão das atividades físicas, os profissionais de educação física e o contributo que esse processo todo vai trazer à Nação.

O objeto desta audiência pública são as questões referentes à realização das Paraolimpíadas, lembrando que o Brasil hoje é a capital esportiva mundial. Estamos com vários megaeventos programados e sendo realizados, nos quais participam sempre, evidentemente, tanto atletas sem deficiência, como atletas com deficiência.

Na área dos esportes, um *tsunami* está às nossas portas, e creio que esse seja o nosso grande mote no momento.

E o que queremos trazer é isto: como aproveitar esse *tsunami*? O *tsunami* esportivo está aí, e podemos decolar em cima dele. Portanto, o que estamos trazendo à discussão é efetivamente a possibilidade de surfar, de aproveitar todo esse processo em que todos estaremos envolvidos.

Leis serão criadas; verbas vão ser liberadas; as questões de legado, de segurança, de infraestrutura estão, sem dúvida nenhuma, tendo gestão e já em discussão. No entanto, em que pese o Brasil dar mostras de ser uma potência olímpica e ter influência mundial em relação às conquistas, temos uma questão que precisa ser analisada: a questão de potência olímpica e de Brasil potência esportiva.

O que isso representa? Qual é a representatividade disso? De que forma essa potência olímpica é efetiva e efetivada, principalmente em relação ao senso comum, ao imaginário social? O que se identifica em relação a isso?

Precisamos refletir sobre o paradigma em relação ao esporte como instrumento de promoção de saúde e formação de cidadania e inclusão social e ao esporte como forma de conquista de medalhas, pódios e vitórias – e isso no que diz respeito a qualquer atividade esportiva. É importante termos sempre em mente que elas não são excludentes. Precisamos compreender que os valores do esporte, os valores olímpicos devem estar inseridos nesse *tsunami* e em todas essas oportunidades.

Este é o momento – e talvez até já estejamos atrasados – de discutir essa questão. Heróis, ídolos, conquistadores de medalhas são importantes. Sem eles, a mídia não se interessa. Aí temos alguns exemplos: Bernard, Giba e outros mais, que são ídolos e são fundamentais. Eles realmente motivam, atraem a população para o esporte. Portanto, nessa prática adotada pelos jovens, os ícones são tidos como chamariz. Há sempre no imaginário dos jovens a ideia de ser esse herói, de se transformar nesse herói. E, aí, fica a reflexão: queremos apenas ou prioritariamente esses heróis? Lembro que esses heróis representam zero vírgula qualquer coisa da população e que temos de ter pensar nos outros 99,9%.

Então, para meditarmos, fica a pergunta: existe essa ameaça? Eu acredito que não. Acredito que não seja uma ameaça, mas, na verdade, uma oportunidade, embora muitos apontem como ameaça – vamos retirar o pódio, porque diminuimos na educação e na saúde. No nosso entendimento, não é assim. Esse é um processo contínuo, que pode contribuir e estar junto.

Que o esporte a cada dia ganha mais espaço em relação a todas as atividades, não há dúvida nenhuma. O esporte cresce no Brasil, e estamos atentos a essa questão.

Os Jogos Olímpicos, idealizados pelo Barão de Coubertin, em todos os sentidos, tinham como objetivos centrais a educação, a paz e a inclusão social. Esses são os motes principais inclusive das Paraolimpíadas. Portanto, não podemos perder de vista esse mote, para não cairmos na armadilha. Por quê? Porque constatamos que a educação olímpica dos atletas está negligenciada. Tanto as escolas, como os formadores e os gestores de modo geral não se preocupam com a educação olímpica, não agregam valores aos seus treinamentos e competições.

Devemos aproveitar o poder de mobilização da sociedade em torno dos eventos esportivos, da mídia e dos dirigentes e desenvolver valores da educação olímpica, até para que possamos trabalhar a inclusão.

O esporte competitivo hoje transforma-se em profissão. Estamos às voltas com as eleições parlamentares. E, aí, fica a pergunta: Quais as plataformas políticas dos partidos em relação a essas questões do esporte?

É fundamental neste momento analisarmos, em cima de todo esse mote do esporte, a forma de desenvolver esse trabalho. Adota-se o discurso da valorização do esporte educacional; no entanto, ficamos um pouco em dúvida em relação aos legados socioeducacionais programados, planejados. Quais são eles? Se não forem planejados, se não houver gestão de legados socioeducacionais, eles não vão acontecer.

O esporte, por si só, não promove essas questões. Se os atletas hoje atingem o patamar de mercadoria, isso significa dizer que precisamos inverter essa lógica. *Yes*, nós temos jogadores. A venda de jogadores de futebol para o exterior tem sido mais rentável para o Brasil do que a exportação de frutas.

Então, é ótimo, é bom para determinado grupo de pessoas, mas nós, que somos formadores de opinião e dirigentes, precisamos ter a preocupação com o outro lado da questão. Precisamos, pelo menos, no Brasil e particularmente nesta Casa do Povo, refletir a respeito do fato de que os atletas são seres humanos. Precisamos lembrar que eles são atletas, mas são seres humanos. Portanto, deveria ser promulgada uma lei exigindo que todos estudassem, concluíssem os cursos, tanto em educação básica como em formação, porque, quando eles acabam o período atlético, o que fazem? Vão para as portas de prefeituras dizer que querem ser Secretários de Esporte, treinadores esportivos ou outras coisas mais, porque era isso o que eles sabiam fazer. Eles sabiam chutar e, de repente, viram que só sabiam isso, porque não tiveram a preocupação quanto à formação.

Essa é uma questão que precisa ser identificada.

Recentemente, o Pelé, numa entrevista à revista ISTOÉ, deixou essa situação muito clara. *“A educação e o saber são importantes para toda vida. O atleta de 35 ou 40 anos passa a ser veterano para o esporte, mas ainda é jovem para a vida produtiva. Se não tiver estudo, fatalmente terá problemas no futuro.”*

São questões dos legados socioeducacionais, são questões das Paraolimpíadas, das Olimpíadas, dos megaeventos, sobre as quais todos nós precisamos refletir.

No nosso entendimento – e trazemos isso para reflexão –, a sociedade merece ser atendida com qualidade e segurança nos serviços de atividades físicas desportivas. Não vou nem me referir à questão das Paraolimpíadas, às pessoas com deficiências, até porque já tivemos esse contato.

Só como exemplo, ressalto que, no Parapan-Americano, todos os profissionais, todos os técnicos, todos os treinadores eram profissionais de educação física, porque é preciso haver uma orientação adequada e devida para o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Precisamos refletir um pouco a respeito do significado de potência olímpica.

A mídia e o senso comum identificam o País potência olímpica e paraolímpica como sendo aquele que conquistou o maior

número de medalhas de ouro, o ranqueamento é feito pelo número de medalhas de ouro.

Mas a pergunta é: quem estabeleceu esse ranqueamento? Quem estabeleceu esse processo? Não foi o Comitê Olímpico Internacional, não foi o Comitê Olímpico Brasileiro e não foi o Comitê Paraolímpico. Portanto, a questão é que nós estamos hoje nos rendendo a uma mídia, a mídia inventou esse negócio há algum tempo, na guerra fria entre americanos e russos, e até hoje estamos mantendo esse princípio, que, na verdade, vai contra todos os princípios e os objetivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – o princípio de que o mais importante é competir e o princípio da paz e da integração.

Quando o Barão de Coubertin reeditou os jogos olímpicos, tinha como objetivo promover integração, interação e esporte como fator educacional. O desafio do movimento olímpico é buscar o esporte, a juventude para o esporte como processo educacional.

Ranquear os países pelas medalhas de ouro contribui para esses objetivos? Evidentemente que não. Então, precisamos resgatar os valores, os legados socioeducacionais. Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos continuam propalando os valores éticos universais, a realização do evento como processo de desenvolvimento, sustentabilidade e de promoção da paz e o esporte como fator de integração.

Recentemente, no Congresso de Copenhague, em 2009, foi reafirmado que “o objetivo do olimpismo é colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem”. Não é buscar medalha, portanto, não é exaltar o País que conquistar o maior número de medalhas. É, sim, por meio da utilização das medalhas, desenvolver um processo de educação e de saúde, promoção de integração e de inclusão social. Isso significa dizer que o pódio e a medalha são o resultado, são a consequência de um trabalho educacional, e não o mote maior ou o mote principal.

Quanto aos Jogos Olímpicos, ainda há mais duas ou três situações: princípios dos valores fundamentais do olimpismo e, evidentemente, o acesso a todos os povos e culturas do processo básico de nível olímpico. Ou seja, é efetivamente desenvolver um trabalho para todos e não apenas para alguns, não apenas

para os privilegiados, não apenas para aqueles que têm as melhores condições.

O olimpismo e juventude. Hoje este é um dos principais mo-tes dos comitês olímpicos e paraolímpicos evidentemente.

Utilizar o esporte como catalisador para a educação e o desenvolvimento. Isso significa atrair realmente a criança e o jovem para que eles possam entender o significado da prática e da participação, e o significado dos jogos olímpicos e paraolímpicos. Não é apenas assistir à televisão, não é apenas ligar a televisão e assistir à competição pela competição. É compreender, entender esse processo. E, se não fizermos uma gestão a esse respeito, se não inserirmos isso desde já em todo o processo educacional, efetivamente, poderemos perder uma grande oportunidade nesse processo.

O movimento olímpico deve promover o desenvolvimento, a organização de programas educativos e esportivos que sejam mais bem adaptados às necessidades dos jovens, ou seja, adaptados às situações e possibilidades de cada um, de acordo com as possibilidades que eles têm.

E vem, então, a pergunta: ranquear pelo número de medalhas de ouro contribui para esses objetivos? Efetivamente, entendemos que não. Por isso, temos realmente que trazer essa reflexão para a Casa do Povo desde já, para que possamos, talvez, iniciar um debate a respeito desse tema e entender o significado disso, e não apenas ficarmos rendidos a um senso comum, a um imaginário social neste momento.

Os heróis são essenciais para nós, sem dúvida alguma. Cada vez que temos um herói, sabemos o quanto isso impacta a juventude e seu desenvolvimento. No entanto, é interessante identificarmos que os Estados Unidos da América são campeões em número de medalhas de ouro em Jogos Olímpicos. No entanto, são também campeões em obesidade, em sedentarismo e em estresse. Portanto, ser medalhista de ouro não significa que esse atleta melhorou a qualidade de vida da população. Não existe essa relação nessa questão, talvez seja até o contrário. Portanto, não há relação direta entre conquista de medalha de ouro em Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e melhora da saúde, da educação e de outros fatores. Essa é uma questão bastante interessante.

Vemos agora a oportunidade de desenvolver propostas concretas na área da defesa dos valores do esporte. Esse é o principal mote, com uma oferta de transmissão de valores sociais em todas as dimensões do esporte. Acreditamos que seja esse o grande mote do *tsunami* esportivo que já está envolvendo o Brasil como um todo. Não está provado que o *tsunami* dos megaeventos aumenta a frequência de atividades físicas na população, isso é real. Não há nenhuma pesquisa a esse respeito. O que temos são os exemplos invertidos, ou seja, os de que nem sempre um processo de desenvolvimento de medalhas leva a essa situação.

Mídia, governantes, Parlamentares, formadores de opinião estão atentos e estão divulgando a proposta de o Brasil ser potência olímpica, sempre tendo em vista resultados esportivos. Precisamos chamar a atenção para a festa. Precisamos entender que o Brasil já é um grande campeão só por ter oportunidade de trazer esses eventos para o seu território.

Agora, é analisar o que fazer efetivamente com isso. É criar essa oportunidade de desenvolver esse trabalho, para que não sejam apenas resultados.

No Plano Brasil 2022, uma proposta é fazer o Brasil estar entre os dez melhores países em termos de potência esportiva, mas não há nada relacionado a legados socioeducacionais, não há nada relacionado a um processo de discussão. No Plano Decenal de Educação, que está sendo construído agora, referente ao período de 2011 a 2020, não há nada sobre legados socioeducacionais. Estamos com um *tsunami* à nossa porta, estamos com os megaeventos a serem realizados, temos um Plano Decenal a ser construído na década em que o *tsunami* está conosco, mas não temos nada de legados socioeducacionais, não temos nada de educação olímpica inserido no contexto de um processo cultural necessário.

Centros e vilas olímpicas estão sendo construídos, projetos de treinamento de atletas visando a medalhas olímpicas e paraolímpicas estão em curso. São planejamentos e projetos necessários, pois não se forma um atleta de uma hora para a outra. Vamos deixar bem claro aqui que somos totalmente favoráveis à criação da Vila Olímpica, de vilas de treinamento e à possibilidade de

os nossos atletas serem bem treinados para conquistarem medalhas. Somos totalmente favoráveis a isso. Só não podemos fazer apenas isso.

O que estamos querendo ressaltar aqui é que há esse processo de demora de criação de atleta, que precisa ser planejado, ter uma gestão, ter todo um processo. Mas há também o fato de que a questão educacional e cultural requer tempo. Também precisamos dar início imediatamente a projetos nas escolas, nos clubes, nos centros de treinamento, nas iniciações esportivas. É preciso também, desde já, que haja uma gestão, para que esses projetos e esses megaeventos tragam a oportunidade do desenvolvimento de um processo educacional.

Instituir gestão, programas e projetos de educação olímpica não é uma questão de um Ministério. Para que esse processo possa acontecer é necessário um Projeto Brasil. Certamente, não se trata de um desafio fácil, pois vai requerer quebras de paradigmas e mudanças culturais, o que não ocorre de uma hora para outra. Estamos trazendo um desafio, uma reflexão, mas precisamos iniciá-la desde já, para que o Brasil, em todos os megaeventos ao longo dos próximos anos, possa realmente aproveitar a oportunidade.

As agências internacionais especializadas que atuam na promoção do desenvolvimento humano pelo esporte consideram o papel do esporte e da Educação Física para as políticas públicas como meio de promover a educação, a saúde e o desenvolvimento social, e não como meio de conquistar medalhas. A conquista de medalhas é sempre uma consequência para as agências internacionais, e, evidentemente, estamos incluídos nelas.

Devemos considerar o viés do incentivo à prática não só dos atletas, não apenas dos que vão ser os atores principais da festa, mas como envolver a maioria da população, que não estará participando das competições, na prática de atividades físicas. Ou seja, trata-se de fazer com que aquelas pessoas que vão estar assistindo, que vão estar participando, que vão estar aplaudindo, que vão estar recebendo os turistas, também percebam o que efetivamente significa a prática de exercícios físicos, o que isso representa para a qualidade de sua vida.

Lars Grael, há pouco tempo, escreveu um artigo dizendo que os jovens não podem ter só a festa como fim. Disse compartilhar o fervor pela vitória brasileira, evidentemente. Temos de aplaudir, festejar. Repito: já somos campeões porque trazer todos esses megaeventos em dez anos e mais outros que virão – sim, porque nesse embalo virão muitas outras competições mundiais. Assim, nunca tivemos um momento tão propício para discutir o esporte e para integrá-lo às políticas sociais do Governo. O esporte tem que ser elemento de políticas públicas.

Para Lars Grael, o fundamental é trabalhar o esporte nos níveis de base pensando não apenas em resultados, mas também em saúde, educação e em inclusão social. É o momento em que nós precisamos aproveitar essa questão.

O Brasil é muito bem classificado nos Jogos Paraolímpicos. Sem dúvida nenhuma, temos vários heróis nessa área. Porém – e eu quero trazer essa reflexão para cá e deixá-la muito mais por conta do Andrew –, a acessibilidade, a sustentabilidade, o respeito às pessoas com deficiência não estão nessa mesma proporção. Da mesma forma em que, na situação anterior, as medalhas olímpicas não resolvem o problema da obesidade, do sedentarismo e do estresse, medalhas nos Jogos Paraolímpicos não contribuem exatamente para a questão da acessibilidade. Então, se não houver um processo educativo, um processo informativo, uma preocupação em relação a isso, novamente nós vamos perder a grande oportunidade que é o *tsunami* esportivo que está às nossas portas.

Precisamos encarar essas realidade e agir nos dois sentidos: incentivar o esporte contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, democratizar o acesso ao esporte, respeitando o que está instituído no art. 217 da Constituição, pois, com a população e principalmente os jovens praticando, haverá a descoberta de potenciais olímpicos ou de potenciais esportivos, e incentivar a criação também de centros de treinamento, para que haja oportunidade de os potenciais se transformarem em campeões. São dois processos igualmente importantes e necessários para que possamos desenvolver aquilo em que acreditamos.

São dois campos simultâneos, portanto, pois o verdadeiro sentido que acreditamos deva ser dado é formar campeões para a vida.

É a mensagem que quisemos trazer a esta discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Henrique Lustosa) – Agradecendo ao Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Sr. Jorge Steinhilber, passo a palavra ao Sr. Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, por vinte minutos.

O SR. ANDREW PARSONS – Boa tarde a todos.

Agradeço à Comissão de Turismo e Desporto a oportunidade de participar desta audiência pública. Acredito fundamental discutirmos também as Paraolimpíadas, uma vez que temos à frente *tsunami* esportivo, como muito bem disse o Presidente do Confed.

Começo fazendo uma contextualização do movimento paraolímpico, o estado em que ele está hoje no Brasil.

O Comitê Paraolímpico Brasileiro foi fundado em 1995 e tem como patrocinadores e parceiros, desde 2004, a Loterias Caixa, a Unimed, a Uniodonto e a Infraero – iniciativas privada e estatal em conjunto.

Em 2001 tivemos a aprovação da Lei Agnelo/Piva, que mudou a cara do esporte paraolímpico no Brasil – e vou falar somente do esporte paraolímpico, porque essa é a minha praia.

A partir daí, começamos a ter ingresso de recursos financeiros de forma permanente, tivemos finalmente oportunidade de planejar em curto, médio e longo prazos, buscando resultados para o esporte paraolímpico brasileiro.

Em 2004, em Atenas, tivemos a melhor participação brasileira até então em Jogos Paraolímpicos, não só em termos de medalhas, como disse o Presidente Steinhilber, mas também no que diz respeito à criação de heróis de referência e de uma cultura paraolímpica. Tivemos um recorde de 168 horas de transmissão.

Pela primeira vez, o Brasil pôde assistir aos Jogos Paraolímpicos pela televisão. Isso foi fundamental. Criou-se uma identidade. Antes, havia uma confusão bastante grande com o movimento dos *Special Olympics*, que tem outro caráter, um caráter de participação, enquanto o esporte paraolímpico visa ao alto rendimento, a excelência desportiva dos atletas com deficiência, e a manutenção das parcerias.

Com exceção da Infraero, que faz um patrocínio específico ao judô paraolímpico, todos os nossos parceiros, Unimed, Uniodonto e Caixa, estão com o Comitê Paraolímpico Brasileiro desde 2004. São, portanto, seis anos de parceria que resultaram em frutos como atletas, medalhas, novos atletas – e a renovação é fundamental.

Nesse meio tempo, depois de Atenas, tivemos os Jogos Parapan-Americanos do Rio, em 2007. Foi a primeira vez em que os Jogos Pan e Parapan-Americanos foram organizados em sequência, ou seja, na mesma cidade, na mesma vila, nos mesmos locais de competição, com o oferecimento do mesmo serviço para o atleta olímpico e para o atleta paraolímpico. Em resumo, entendeu-se o atleta paraolímpico como atleta e ponto, o que é o objetivo fundamental de todos eles.

O Movimento Paraolímpico Brasileiro, com o Rio de Janeiro, alcançou novo patamar. Depois dos Jogos de Atenas, o brasileiro redescobriu o esporte paraolímpico. Quem teve a oportunidade de comparecer aos Jogos do Rio pôde ver o Maria Lenk lotado, com mais gente até do que nos Jogos Pan-Americanos em alguns dias antes; um público bastante bom no João Havelange; o futebol de 7 e o de 5 absolutamente lotados, a ponto de termos de mandar gente para outras instalações esportivas. Ou seja, o Brasil, no Rio de Janeiro, vivenciou o esporte paraolímpico.

Com isso, teve o Comitê Paraolímpico Brasileiro dois desafios. O primeiro deles decorre do crescimento da expectativa. Quando o Brasil descobriu o esporte paraolímpico, já éramos vencedores; quando o Brasil descobriu de vez o esporte paraolímpico em 2004, ficamos no 14º lugar do *ranking* geral de medalhas; em 2007 ficamos em 1º lugar nos Jogos Parapan-Americanos e, em Pequim, alcançamos o 9º lugar no quadro de medalhas.

Hoje, a expectativa em relação ao esporte paraolímpico é a de que sempre ganhemos. Ninguém vai admitir o esporte paraolímpico retroceder no quadro de medalhas. No entanto, chegar ao 11º ou 12º lugar, com as condições que temos – e vou mostrá-las mais adiante –, seria um resultado fantástico, sensacional. Mas, se for esse o nosso desempenho em 2012, certamente virá a pergunta: “O esporte paraolímpico está em crise? O que aconteceu para irmos do 9º para o 12º lugar?”.

O brasileiro gosta de ganhar, gosta mais de ganhar do que do esporte muitas vezes. É da nossa cultura, a despeito daquela lógica de que nem sempre esse é o hábito mais saudável. Temos fenômenos como o Guga, no tênis, os nossos pilotos da Fórmula 1, os nossos meninos do voleibol... Enfim, não se permitirá mais ao esporte paraolímpico brasileiro não avançar. Esse é o primeiro desafio.

O segundo é o atendimento da demanda crescente, que eu acho que é um dos grandes legados que o esporte paraolímpico pode deixar.

Mais e mais pessoas com deficiência estão saindo de casa motivadas pelo sucesso de atletas como Clodoaldo Silva, Daniel Dias, Lucas Prado, que servem de exemplos. Sentimos no dia a dia que mais e mais pessoas com deficiência estão buscando academias e orientação profissional para a prática de atividade física. Sabemos por nossos profissionais ligados a academias e escolas de natação que, após a passagem de um evento não só como o das Paraolimpíadas, mas também um evento como o Circuito Nacional de Natação, mais e mais crianças com deficiência, na semana seguinte, buscam uma prática esportiva de forma orientada.

Esse é um dos grandes legados que temos, mas precisamos estar preparados para isso. Temos de ter profissionais de educação física aptos a receber essa clientela de pessoas com deficiência, dar orientação correta e criar oportunidades de desenvolvimento esportivo, seja no nível que for.

Sempre brinco dizendo que, quando vou correr no Parque da Cidade, não busco ir aos Jogos Olímpicos. Minha barriga e meu condicionamento físico não me permitem isso, mas busco promover minha saúde, estar num ambiente saudável, ter amizades positivas, exercitar a minha cidadania – e é isso que queremos também para a pessoa com deficiência.

A criança com algum tipo de deficiência, visual, intelectual ou física, que começa a praticar esporte, não necessariamente tem de se tornar um atleta paraolímpico, um medalhista. Ela pode ser um profissional na sua área, um professor de educação física, um administrador, um jornalista, enfim, pode seguir qualquer caminho que queira, mas tendo o esporte como um componente do exercício da sua cidadania e da sua saúde.

Nas últimas edições de jogos paraolímpicos, o Brasil vai muito bem, obrigado. O País teve uma evolução bastante grande. Apresentei apenas as últimas quatro edições, porque estas se deram após a fundação do Comitê Paraolímpico Brasileiro. Saímos do 37º lugar em Atlanta; passamos para o 24º em Sydney; fomos para o 14º em Atenas, e chegamos ao 9º lugar nas Paraolimpíadas de Pequim, com um crescimento bastante grande no número de medalhas, das 21 de Atlanta, passamos para 47 de Pequim.

Mas, mais importante do que isso, talvez, no aspecto de *ranking*, foi o aumento do número de medalhas de ouro: das duas conquistadas pelos heróicos Antônio Tenório e Caco, na natação, em 1996; passamos para dezesseis, em Pequim, em 2008.

E, ainda mais importante do que isso é o crescimento do número de modalidades em que participamos. São vinte modalidades no programa dos Jogos Paraolímpicos. Em Sydney, qualificamos atletas em nove e medalhamos em quatro. Em Pequim, qualificamos em dezessete das vinte, e medalhamos em oito das dezessete. Ou seja, o número de oportunidades esportivas e o investimento feito no esporte paraolímpico obedece à lógica de aumentar as oportunidades para pessoas com deficiências.

Quanto aos grandes *players* do esporte paraolímpico mundial, nas últimas edições de Paraolimpíadas, vemos que a Austrália, jogando em casa, ficou em primeiro lugar no *ranking*. Não temos a pretensão de, em 2016, estarmos em primeiro lugar no *ranking*. Mas já iniciamos um trabalho de parceria com o Comitê Paraolímpico Australiano, que, em 1993, quando ganhou o direito de organizar os Jogos Paraolímpicos, estava no oitavo lugar e aproveitou o fato de jogar em casa para ficar em primeiro lugar naquela edição dos jogos.

Portanto, já estamos realizando um trabalho conjunto no sentido de aproveitarmos as lições deixadas pela Austrália. O esporte paraolímpico mudou, a Austrália é um País diferente do Brasil, mas podemos aproveitar essa expertise.

Repito uma piadinha que diz o seguinte: nós sempre colocávamos os dez primeiros países do *ranking* e o Brasil. Por exemplo, os dez primeiros e o 24º; os dez primeiros, e o 14º. Agora, não. Já colocamos o Brasil entre os dez primeiros, então demos de lam-

buja para a Alemanha, País pequeno, pobre, subdesenvolvido, com pouco incentivo ao esporte, a possibilidade de aparecer no nosso quadrinho. É uma brincadeira, mas nela podemos ver algumas tendências, como, por exemplo, o grande crescimento da Ucrânia.

Por isso, também firmamos uma parceria com o Comitê Paralímpico Ucrâniano para entender por que esse crescimento tão grande. A China, todos sabem; a Grã-Bretanha tem um modelo amplamente conhecido, Estados Unidos também, Austrália também, mas o que acontece com a Ucrânia? Por que a Espanha caiu do terceiro para o sétimo e, depois, para o décimo lugar? O Comitê Paralímpico Espanhol, um mês depois da Paraolimpíada de Pequim, veio ao Brasil e nos procurou para entender por que estávamos crescendo.

Vemos aqui uma comparação entre Brasil e Canadá: o Canadá ficou em sétimo lugar nas Paraolimpíadas de Pequim, com 19 medalhas de ouro, 10 de prata, 21 de bronze, 50 no total. O Brasil, em nono lugar, com três medalhas de ouro a menos. O investimento no ciclo 2005/2008 do Comitê Paralímpico Brasileiro foi de 77 milhões de reais, e o do Comitê Paralímpico Canadense também de 77 milhões de reais. Falta investimento no Brasil? O que acontece?

Explico a diferença: no caso do Canadá, esses 77 milhões de reais – fonte: Comitê Paralímpico Canadense – foram investidos na equipe que foi aos Jogos Paraolímpicos de Pequim, uma equipe que começou maior em 2005 e que culminou com aquela delegação que efetivamente representou o País em 2008, ou seja, no mais alto nível esportivo.

No Brasil, esses 77 milhões de reais são toda a arrecadação do movimento paraolímpico, incluindo a Lei Agnelo/Piva e patrocínios nesse ciclo.

Portanto, o que o Canadá investe na sua elite esportiva investimos na nossa elite esportiva, no nosso fundo de desenvolvimento, no fomento e até no pagamento da conta de luz, aluguel e água das sedes das confederações paraolímpicas brasileiras. Ou seja, para toda a subsistência, ou existência, e desenvolvimento do movimento paraolímpico brasileiro, são destinados 77 milhões de reais, o que o Canadá investe somente na sua elite. Uma

diferença de três medalhas de ouro, três medalhas no total, mostra que a gestão dos recursos do movimento paraolímpico brasileiro é feita de uma forma bastante satisfatória, com resultados bastante positivos.

Como encaramos esse novo caminho, de 2009 a 2016? Iniciamos essa gestão do Comitê Paraolímpico em fevereiro do ano passado com um planejamento adaptável. Poderíamos ou não organizar os Jogos Paraolímpicos em 2016. Então, tínhamos de planejar para os dois cenários. Foi o que fizemos, e, graças a Deus, a perspectiva foi confirmada no dia 2 de outubro de 2009, o que deu ao Comitê Paraolímpico Brasileiro e ao segmento paraolímpico uma dupla responsabilidade: organizar grandes jogos, mas, ao mesmo tempo, participar com uma delegação bastante forte, para que pudéssemos alcançar os nossos objetivos técnicos.

Quando dizemos “organizar”, batemos na mesma tecla que o Presidente Steinhilber. Não é só entregar uma grande operação de jogos: transporte, segurança, promoção dos jogos, uma marca, um logotipo, cerimônias bonitas. Não é só isso. É aproveitar esse *tsunami* esportivo para ‘criar o legado. O que é legado? Vou explicar um pouquinho mais à frente.

Temos novas oportunidades sob novas regras. Quando temos os Jogos Paraolímpicos no nosso País, há novas regras, seja na questão de patrocínio, seja na questão de qualificação, novas regras em uma nova realidade. Por exemplo, no nosso planejamento a longo prazo, já temos a garantia das vagas nos jogos. Então, em modalidades coletivas em que nunca tínhamos nos qualificado para os jogos, como *rugby* em cadeira de rodas, por exemplo, já temos a vaga assegurada. Isso nos permite planejar com algum conforto, e temos que aproveitar essa vantagem.

No ano de 2009, organizamos um seminário de planejamento estratégico para divulgar e oferecer às confederações paraolímpicas um modelo de planejamento. O CPB fez a sua lição de casa, criou um modelo de planejamento desportivo e ofereceu às suas confederações.

Quero destacar a questão do fomento. Retomamos e revitalizamos o projeto das Paraolimpíadas Escolares, que é uma competição que nos traz a maior felicidade, porque, em 2009, em

Brasília, vinte Unidades da Federação participaram, e a inscrição para a Paraolimpíada Escolar é feita ou pela Secretaria de Educação do Estado ou pela Secretaria de Esporte. Com isso, “obrigamos”, entre aspas, o Poder Público a atuar de forma local no esporte paraolímpico.

Então, Estados como o Maranhão, por exemplo, que nunca havia participado de uma competição do Comitê Paraolímpico na categoria adulta, veio com uma delegação para as Paraolimpíadas Escolares. A tendência é a de que, em poucos anos, eles tenham atletas de nível nacional – quem sabe integrando as seleções brasileiras? Vinte Unidades da Federação, mais de oitocentas crianças e jovens com deficiência participaram desses jogos aqui em Brasília, no Distrito Federal.

Este ano as Paraolimpíadas Escolares serão em São Paulo, com um apoio bastante grande da Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência ao evento.

Temos também o Projeto Clube Escolar Paraolímpico. Sempre há uma cobrança de que os recursos da Lei Agnelo/Piva não chegam à base. Há grande clamor dos clubes nesse sentido. Por meio desse projeto, fizemos os recursos chegarem à base, mas dissemos aos clubes que iríamos investir na base, mas na base da base. Então, são projetos de clubes, mas na categoria escolar.

Abrimos um edital, 43 projetos foram apresentados, 19 foram selecionados, de norte a sul do País. Então, o Comitê Paraolímpico está financiando diretamente 19 projetos de clubes para crianças com deficiência em idade escolar. Obviamente, isso tem uma visão de longo prazo, para 2016 e 2020, mas, fundamentalmente, de apoio à base, de fazer com que esses clubes façam um *link* com a escola local e possam produzir novos atletas, de preferência novos cidadãos.

Obviamente, temos um olhar técnico, e nossos técnicos estão de olho nesses atletas que vão sair desses programas.

No alto rendimento, porque, não se enganem, vamos ser cobrados por medalhas em 2012 e em 2016, ampliamos o calendário. Estamos com as nossas seleções permanentes, ou seja, seleções permanentes divididas em categorias. E dou o exemplo do atletismo e da natação, modalidades nas quais temos um

ganho muito grande de medalhas. Temos os níveis 1, 2, 3 e a seleção de jovens. Em cada um deles, oferecemos um nível de serviço diferenciado, então, quem está no nível 1 recebe um serviço mais completo do que quem está no nível 2 ou o do nível 3, mas instituímos um nível permanente de jovens, para que o atleta jovem já conviva no clima da Seleção Brasileira, já possa nadar e competir perto dos seus ídolos, a exemplo de Daniel Dias, Lucas Prado e da Terezinha, para que eles se acostumem a esse ambiente.

Além disso, há o Projeto Ouro Paraolímpico. Aquele atleta diferenciado, de mais alto nível, recebe um tratamento global do Comitê Paraolímpico Brasileiro. Esse projeto não significa bolsa ou dinheiro no bolso do atleta, mas, por seu intermédio, fazemos um mapeamento do que o atleta precisa para não deixar escapar uma medalha de ouro. Então, se aquele atleta que tem potencial de ser medalhista de ouro precisa de um maior intercâmbio internacional, nós providenciamos; se ele precisa de um nutricionista específico, nós conseguimos; se o técnico dele treina mais três, quatro, cinco atletas e não tem o tempo necessário disponível para se dedicar a ele, contratamos esse técnico para que o treine exclusivamente.

Portanto, esse é um programa do mais alto rendimento. Hoje, onze atletas estão nesse programa, onze esperanças de medalha de ouro para o Brasil em 2012.

Aqueles com potencial de medalha, talvez não de ouro, ou com potencial para chegar a uma final, estão nas seleções permanentes.

Então, o Comitê Paraolímpico Brasileiro hoje atua numa série de projetos. E esses são alguns dos nossos projetos, que se complementam, buscando trabalhar o atleta desde o início – a criança com deficiência que ainda não tem conhecimento do esporte e que é trazida para a prática da atividade física – até o mais alto rendimento.

Mudamos a nossa estratégia de captação de recursos – e todos sabem que os recursos para o esporte ainda não são suficientes. Paramos de buscar recursos para o Comitê Paraolímpico Brasileiro e buscamos recursos para as confederações filiadas ao CPB e

para as modalidades que não são exatamente aquelas que administramos diretamente.

Tivemos êxito na Eletrobras, que hoje patrocina o basquete em cadeiras de rodas; na Infraero, que eu gostaria de destacar porque ela patrocina o judô olímpico, e hoje também patrocina o judô paraolímpico, ou seja, falou-se em judô no Brasil, falou-se em Infraero, não importa se olímpico ou paraolímpico, e a Caixa Econômica Federal, nossa parceira desde sempre, mas que hoje também está com o futebol de cegos, a Seleção Brasileira Paraolímpica bicampeã. Portanto, a Caixa abraçou mais uma modalidade.

Instituímos o Conselho de Atletas, porque entendemos fundamental que esses atletas sejam preparados para assumir posições de liderança no futuro; então, o Conselho é uma forma de acostamá-los a estar do outro lado da mesa, a enfrentar os problemas que enfrenta um dirigente, a entender a nossa realidade. Ao mesmo tempo, temos uma comissão que fala pelo contingente total de atletas do Brasil. Tivemos uma mudança estatutária há pouco mais de um mês, e o Conselho de Atletas passou a ter voto na nossa Assembleia Geral – e isso é extremamente salutar.

Terminamos a nossa Assembleia Geral no dia 31 de março e o nosso Planejamento Estratégico 2010/2016, um processo de mais de três meses com todas as confederações paraolímpicas, que apresentaram seu planejamento estratégico até os jogos do Rio de Janeiro. Então, hoje o segmento paraolímpico sabe o que quer, como quer, quanto custa, o dinheiro que tem e o que ainda falta. Sabe, portanto, os caminhos para transformar o Brasil e como fazer para atingir a meta técnica do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Fizemos também uma conferência, na Assembleia Geral do CPB, sobre uma estratégia conjunta de abordagem parlamentar, oportunidade em que convidamos alguns Parlamentares para estarem conosco. Inclusive a Presidenta da Comissão de Turismo e Desporto, Professora Raquel Teixeira, esteve conosco lá, num momento muito enriquecedor.

Vamos lançar na próxima segunda-feira a Academia Paraolímpica Brasileira. Trata-se de projeto que tem um tripé e que visa à

capacitação dos profissionais do esporte paraolímpico, ou seja, treinadores, arbitragem, classificadores e administradores – por que não? – via universidade. Já temos como parceiros a Universidade Federal de Uberlândia, a Unifesp e a Unicamp nesse processo. Queremos estabelecer interlocução institucional com as universidades, com o meio acadêmico, ou seja, trazer as universidades, trazer esse conhecimento para o esporte paraolímpico. Afinal, sempre que nos aproximamos do meio acadêmico tivemos grandes resultados. Por exemplo: avaliação fisiológica para melhor planejamento dos atletas, melhoria da parte técnica.

Eu estive em uma reunião na Unicamp outro dia, e fizemos um levantamento por acaso. Da comissão técnica que esteve em Pequim, pelo menos vinte pessoas tiveram alguma passagem por aquela instituição de ensino. Então, é fundamental que estreitemos os laços com o meio acadêmico.

Menciono também a questão do registro e da produção científica. Livros, literatura. Hoje nós não temos literatura sobre esporte paraolímpico no Brasil. Já temos parceria com a Editora Atheneu. Vamos começar a publicar literatura científica, história do esporte paraolímpico, literatura, para que, no futuro, nas universidades, na formação de nossos profissionais de educação física, já tenhamos a bibliografia especializada.

Nossas metas. O que queremos com tudo isso? Guadalajara, 2011, primeiro lugar nos Jogos Parapan-americanos. Vamos manter o primeiro lugar. Ninguém quer andar para trás. Londres, 2012, sétimo lugar nos Jogos Paraolímpicos. Com os resultados de Pequim, três medalhas de ouro nos diferenciam. Lembro o Canadá, que estava em sétimo lugar. Queremos tomar o sétimo lugar dos canadenses. Toronto, 2015, Jogos Parapan-Americanos, manutenção do primeiro lugar. No Rio, em 2016, quinto lugar nos Jogos Paraolímpicos. Essa é a meta técnica do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Para isso, apontamos algumas necessidades. Precisamos de participação mais ativa dos Estados. Existem pouquíssimas iniciativas estaduais ou municipais referentes ao esforço paraolímpico. Há dois exemplos muito bons. O primeiro, que já citei, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em São

Paulo, e o Parajasc. São os Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina, em que há uma definição muito clara de papéis – o que o Estado financia, o que o município-sede dos jogos financia, o que os municípios participantes financiam.

No ano passado, em Caçador, município do meio-oeste de Santa Catarina, havia mais de 2.300 atletas com algum tipo de deficiência disputando esses jogos. Ouso dizer que, se tivéssemos 27 Parajascs, ou seja, se tivéssemos 27 competições estaduais paraolímpicas neste País, poderíamos sonhar mais alto e não com o quinto lugar, em 2016. Não tenho dúvida disso.

Melhor interlocução com o Legislativo. Temos o exemplo negativo da alteração da Lei Pelé. Infelizmente é verdade. Houve a reformulação da Lei Pelé, que passou por uma Comissão Especial. Não fomos procurados para falar sobre a alteração da lei. Com isso, o texto aprovado não foi o melhor, de acordo com os interesses do esporte paraolímpico. Conseguimos o apoio de alguns Parlamentares. Destaco os Deputados Otavio Leite, Deley, Silvio Torres, Gilmar Machado, que nos ajudaram bastante para que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados não fosse contra os interesses do esporte paraolímpico. E não o foi. Mas, quando o texto passou para o Senado, já foram realizadas audiências públicas. Houve uma audiência pública no Paraná, na semana passada, para a qual não fomos convidados. Nós nos demos por convidados novamente. Mandamos ofício, e não fomos...

É preciso entender que o esporte paraolímpico cresceu. Nem tudo que é bom para o esporte olímpico hoje é bom para o esporte paraolímpico. Não se pode mais aplicar aquela regra, quando a Lei Pelé foi sancionada, de que ao Comitê Olímpico brasileiro cabe “a”, “b”, “c”, “d”, “e”; e ao Paraolímpico, a mesma coisa, no que couber. As realidades são bastante distintas. Então, precisamos melhorar essa interlocução para que não sejamos pegos de surpresa e não tenhamos um grande retrocesso. O texto era muito bom em vários aspectos, mas mexia no esporte universitário escolar. Infelizmente, o nosso fomento ainda não se dá na escola, na universidade. Vamos mudar a realidade.

Orçamento condizente em nível federal. Para os senhores terem uma ideia, em 2009, o orçamento do esporte adaptado – não do

paraolímpico, esporte para pessoas com deficiência neste País – no Ministério do Esporte foi de 700 mil reais. Quem está ligado ao esporte sabe que com 700 mil reais não se consegue fazer nenhum trabalho. Com esses recursos, mandam-se uma, duas, três ou quatro delegações ao exterior, mas sem qualquer estratégia, sem qualquer coordenação.

Apoio às modalidades paraolímpicas por parte das estatais que apoiam o esporte olímpico. Esse ótimo exemplo da Infraero que citei poderia ser seguido. Temos estatais que patrocinam ciclismo, natação, uma série de modalidades, mas ainda não descobriram o esporte paraolímpico como uma fonte para trabalhar seu *marketing* esportivo, seu *marketing* social – por que não? –, sua responsabilidade social e apoiar o esporte paraolímpico no País.

Falemos de 2016, especificamente. Os jogos serão realizados em setembro de 2016. O Master Plan dos jogos de 2016 é o do Rio de Janeiro. Então, está completamente ligado ao planejamento dos Jogos Olímpicos para 2016, com o desenvolvimento da cidade.

Muitos nos perguntavam se estávamos contentes com o planejamento para 2016. Nós fizemos parte do planejamento de 2016. Quer dizer, estivemos juntos desde a redação do dossiê de candidatura até a campanha internacional, as visitas dos membros do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Todas as modalidades nos Jogos Paraolímpicos também estarão dentro do Rio de Janeiro. Normalmente as competições de vela são em locais mais distantes – está aqui o Presidente da Confederação Brasileira de Vela Adaptada.

O hipismo, por exemplo, em Pequim, foi organizado em Hong Kong. Desta vez tudo será no Rio de Janeiro; todos numa mesma vila. Os membros da família paraolímpica estarão todos na mesma cidade – federações internacionais, comitê nacional. E temos aí a construção de um novo centro de treinamento olímpico e paraolímpico.

Os jogos se dividirão em quatro zonas, na cidade do Rio de Janeiro: Deodoro, Maracanã, Copacabana e Barra. A Barra, como ocorreu nos Jogos Olímpicos, será o centro nervoso dos jogos.

Essa é uma ilustração do que será o centro olímpico e paraolímpico de treinamento. Onze modalidades paraolímpicas estão confirmadas.

Essa é uma obra de legado. Esse é o centro de treinamento, onde é atualmente o autódromo da Barra. O Maria Lenk e a Arena Multiuso já existem. Todo o restante será temporário ou serão obras que ficarão para o centro de treinamento.

Como disse o Presidente Steinhilber, os megaeventos têm de deixar um legado esportivo e não esportivo para a cidade e para o País. Vamos aproveitar a oportunidade de realização do evento para promoção do desenvolvimento de transformação de natureza diversa.

Para o Movimento Paraolímpico e para as pessoas com deficiência, a transformação tem de ser social, sobretudo. Por isso, enxergando essa oportunidade, o CPB se engajou desde o começo nesse processo, desde o planejamento para o Pan, na verdade, quando surgiu a ideia pioneira de se fazer Pan e Parapan, que nunca haviam sido realizados em conjunto. E não é uma necessidade. Hoje, quando nos candidatamos aos Jogos Olímpicos, sabemos que, obrigatoriamente, temos de organizar os Jogos Paraolímpicos. Com o Pan não ocorre isso. Por exemplo, havia três candidaturas para 2015: Toronto, Bogotá e Lima. A candidatura de Lima não contemplava os Jogos Parapan-Americanos.

Mas o Rio de Janeiro teve essa atitude pioneira. Então, desde a Assembleia Geral do Comitê Paraolímpico das Américas, em 2001, nós estamos engajados nesse processo, porque entendemos o potencial.

Estivemos juntos desde a criação do conceito dos jogos: integração e mudança, por meio da igualdade. Esse conceito foi criado pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro e adotado pelo Comitê de Candidatura Rio 2016.

Então, a mudança está no conceito dos jogos, está no DNA da competição, por meio da igualdade. Trata-se o atleta com deficiência da mesma forma que se trata o atleta sem deficiência. Se planejamos organizar os melhores Jogos Olímpicos da história, vamos fazê-lo, porque todos serão tratados igualmente.

Falarei sobre o Comitê Organizador. É fundamental que destaquemos a diferença. Muito se fala da APO, Autoridade Pública Olímpica.

Nos jogos de 2016, nós vamos seguir o modelo de Londres de 2012, em que há o Comitê Organizador Londres 2012 e a ODA – *Olympic Delivery Authority*. Ou seja, o agente governamental é que vai cuidar das obras, infraestrutura e legado.

No Brasil, vamos fazer igual, com o Comitê Organizador que cuida da operação dos jogos. Fazem parte: Governo Federal, Governo Estadual do Rio de Janeiro, Governo Municipal do Rio de Janeiro, Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro. São responsáveis pelas operações dos jogos. Dentro da estrutura organizacional Rio 2016, haverá dentro do Conselho Executivo, que é o mais alto corpo de tomada de decisão da organização, um representante paraolímpico. Será sempre o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Então, até o final da gestão de 2013, eu sigo com essa representação. A partir de 2013, um novo presidente ocupará essa cadeira até o final dos jogos. E haverá, diferentemente do Parapan no Rio de Janeiro – é bom que aprendamos com as lições do passado –, um departamento de jogos paraolímpicos responsável por ter um olhar transversal sobre todos os outros departamentos de áreas funcionais do Comitê Organizador, quase como uma gerência de projeto, para que não se perca de vista o projeto dos Jogos Paraolímpicos, para que se aporte a expertise necessária a cada departamento. O departamento de jogos paraolímpicos pode fazer uma interação com o departamento de transportes para as especificidades do transporte dos atletas paraolímpicos e das pessoas com deficiência. Diferentemente do Pan e do Parapan de 2007, haverá esse departamento dentro da estrutura.

Não falamos muito em legado. O legado existe na criação dos ídolos. Desde Luiz Cláudio Pereira – está ali –, Vice-Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, atleta nos anos de chumbo, antes da aprovação da Lei Agnelo/Piva, até Daniel Dias, sabemos que o ídolo é fundamental. Outro Vice-Presidente, Mizael Conrado de Oliveira, são-paulino, tinha como ídolo o jogador

Careca. Tornou-se jogador de futebol, bicampeão paraolímpico, com a Seleção Brasileira.

Hoje, uma criança cega não precisa mais sonhar em ser o Careca, como Mizael sonhava. Ela pode sonhar em ser um novo Mizael. Isso é fundamental. As pessoas com deficiência, no País, têm modelos, referências que podem atingir. Atualmente, uma pessoa com deficiência pode sonhar em conquistar uma medalha de ouro, porque tem um exemplo já pavimentado de Clodaldo Silva, de Luiz Cláudio Pereira e de tantos outros.

Esse tipo de legado é fundamental. Mas existe um legado tangível, que são as obras no Rio de Janeiro, as questões relativas à acessibilidade, à necessidade de reformular o sistema de transporte no município, à utilização do BRT (*bus rapid transit*). As pessoas com deficiência têm de estar contempladas nesse legado. Ou seja, o planejamento para essas obras tem de levar em consideração não apenas os atletas paraolímpicos, mas a pessoa com deficiência que quer assistir aos Jogos Olímpicos. O espectador com deficiência também tem de ser levado em consideração. Deve haver, inclusive, uma cultura que leve em consideração o atleta paraolímpico como ídolo, para que, no futuro, seja absolutamente convencional, normal – cito principalmente o problema cultural, envolvendo as crianças – que uma criança cresça tendo como ídolo um atleta paraolímpico e entenda que ter um colega cego, com deficiência intelectual ou numa cadeira de rodas é absolutamente normal. Aquela pessoa, por ter um tipo de deficiência, não está segregada ou fadada a ser um sobrevivente até o final de sua vida. Não. Ela pode ser uma pessoa produtiva.

Em termos de legado, cito a Autoridade Pública Olímpica (APO), formada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Ou seja, está nas mãos dos Governos a questão da infraestrutura e do legado.

Precisamos ficar atentos, porque é dos Governos que temos de cobrar projetos de legado. As instalações a serem construídas ou temporárias têm a acessibilidade necessária? Os programas culturais em cima dos Jogos Paraolímpicos têm como objetivo criar uma cultura inclusiva, em que a pessoa com deficiência não é tratada como cidadão de segunda classe? É muito importante

termos isso em mente e fiscalizarmos. O Poder Legislativo fiscaliza o Poder Executivo. Sugiro à Comissão de Turismo e Desporto que observe bem de perto a formação da Autoridade Pública Olímpica. Acho que não deveria ser APO, mas APOP – Autoridade Pública Olímpica e Paraolímpica – por que não? –, na questão de obras e legado.

Os próximos passos que daremos... Ontem, na sede do CPB, fizemos uma reunião com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), ligada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Vamos assinar, nos próximos dias, um termo de parceria para que os megaeventos esportivos, o *tsunami* esportivo citado pelo Presidente Jorge Steinhilber, levem em consideração as questões de legado e infraestrutura. Nenhum de nós estará vivo da próxima vez em que o Brasil organizar, na sequência, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Essa é uma oportunidade única. Poucos países tiveram oportunidade de organizar esses dois eventos em sequência – sem contar jogos mundiais militares e outras competições. Não podemos perder essa oportunidade.

Junto com a Corde, vamos fiscalizar, vamos interagir com a Autoridade Pública Olímpica, vamos sugerir que a Comissão de Turismo e Desporto olhe a questão mais de perto, esteja junto conosco. O Comitê Paraolímpico Brasileiro, cada vez mais, não olha só o legado esportivo. Nós olhamos muito o legado social. Os senhores verão cada vez mais de perto o Comitê Paraolímpico Brasileiro nesse tipo de questão.

De 18 a 20 de maio, haverá a primeira visita da Comissão de Coordenação do Comitê Olímpico Internacional (COI), que também tem elementos paraolímpicos. Vão nos fiscalizar agora, dentro de quinze dias. E, de 21 a 22 de maio, teremos o Seminário de Orientação do Comitê Paraolímpico Internacional. É uma oportunidade muito grande de entender o que são os Jogos Paraolímpicos. Devemos estar presentes nesse seminário, em que o Comitê Paraolímpico Internacional explanará para o Comitê Organizador, para os três níveis de governo e – por que não? – para o Poder Legislativo sobre o que são os Jogos Paraolímpicos, o que se espera do Brasil na organização, quais são os legados

possíveis, qual é a estrutura hierárquica entre o Comitê Organizador, o Comitê Paraolímpico Internacional e o Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Fica a sugestão para que algum representante da Comissão de Turismo e Desporto interaja com o Comitê Organizador Rio 2016 e se faça presente nesse evento no Rio de Janeiro. É fundamental para que se entenda o que são os Jogos Paraolímpicos e o potencial dessa competição.

Espero não ter estourado muito o tempo. Muito obrigado pela oportunidade. Estamos disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Henrique Lustosa) – Obrigado, Presidente.

Passo a palavra ao Deputado Otavio Leite, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – Sr. Presidente desta reunião, Deputado Paulo Henrique Lustosa, senhoras e senhores, o eminente Deputado Walter Feldman, que retorna à Casa – até bem poucos dias estava à frente da Secretaria de Esporte de São Paulo; aliás, retorna à Casa e a abrilhanta –, fez uma observação, aqui ao meu lado, que foi no alvo, no ponto. É indispensável abordar esse tema. É preciso pautá-lo na nossa Ordem do Dia vindoura, porque, evidentemente, as atenções maiores se voltam para os Jogos Olímpicos como um todo. É necessário, em virtude das informações trazidas, cada vez mais, enfatizar os Jogos Paraolímpicos e dar estatura a eles.

O Sr. Steinhilber, Presidente do Confef, foi muito feliz ao lembrar que o desporto leva à competição; a competição leva ao reconhecimento, que se dá por meio de materialização de medalhas; as medalhas formam ídolos; e os ídolos são importantes. Se os ídolos são importantes no conjunto, no viés paraolímpico são muito mais importantes, porque estimulam as pessoas a romperem suas barreiras próprias, individuais, de cabeça. O desporto paraolímpico tem de ser muito estimulado no Brasil.

Objetivamente, dentro dessa perspectiva, indago ao Presidente... Eu fiquei atento aos projetos que serão financiados pelo Comitê em atividade base. Essa questão de base nos interessa. São dezenove neste ano. Precisamos saber... A quanto remonta esse investimento? Temos de estimular cada vez mais essa questão.

Trata-se de estimular a base como um todo, proliferando-a pelos quatro cantos do Brasil; tanto quanto possível, usando clubes, escolas, ONGs, etc. Tudo isso vai, aos poucos, decantando e formando aqueles com rendimento propício para uma disputa olímpica e paraolímpica. Isso é interessante. Na base, quero saber a quanto remonta e que modalidades têm sido mais chamadas para isso.

Sabemos que há uma histórica dificuldade dos deficientes auditivos de se inserirem. Eles mesmos têm, culturalmente, alguma característica de ficar mais dentro do seu próprio ambiente, do seu próprio mundo. Mas eu já sinto nos deficientes auditivos uma sinalização para que também se incorporem. Quero saber sobre os deficientes auditivos e os deficientes intelectuais. Para a próxima Paraolimpíadas já entram também.

Finalmente, Presidente, acho que vale a pena, de pronto, acolher a sugestão de que, em todos os eventos do Comitê Paraolímpico Brasileiro, a Comissão se faça representar, qualquer que seja o campo. Temos de estar muito familiarizados com as demandas. Há as emendas da Comissão, que podem destinar-se a esse objetivo.

Eram essas as observações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Henrique Lustosa) – Obrigado, Deputado Otavio Leite.

Antes de passar a palavra ao Presidente Andrew Parsons, ouviremos o Deputado Walter Feldman, que volta a esta Casa e a esta Comissão. Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, Deputado Lustosa, agradeço a oportunidade ao Deputado Otavio Leite, meu velho amigo, proponente da reunião; ao Sr. Jorge, com quem cruzei muitas vezes nas lides paulistas – sempre fico muito impressionado com suas intervenções.

Quero dizer inicialmente, Sr. Jorge, que, nestes quase três anos e meio em que fiquei à frente da Secretaria de Esporte, o tempo todo falei mais ou menos o que V.Sa. falou. Mas não vi ninguém que pertencesse a uma corporação importante como a sua ter essa concepção absolutamente adequada, que não vê o evento como objetivo final.

O tempo todo, eu me desvinculei do futebol profissional, da Fórmula 1, da Fórmula Indy. Acho que o nosso País tem de trazer esses eventos para cá. Mas eles, muitas vezes, têm caráter empresarial. São verdadeiros negócios. A função do Poder Público é construir o esporte público para todos, sem exceção.

Nós estamos criando em São Paulo um clube escola. Achei muito interessante o termo. Não conhecia a ideia do clube escola. Nosso maior programa, que possui caráter esportivo e educacional, é o Clube Escola, sobre o qual V.Sa. já deve ter ouvido falar bastante. É realmente algo que encanta. O próprio Prefeito Gilberto Kassab encantou-se com o programa.

Agora estamos criando o clube escola de esporte adaptado, junto com a Unifesp, Universidade Federal de São Paulo, junto com a seção de neurologia. Eu brinco, falando seriamente, que saio da Secretaria convencido de que, se o ser humano tiver um músculo, no clube escola ele poderá fazer alongamento, musculação ou algum esporte que será escolhido para ele.

Sempre tenho a questão do deficiente como o grande exemplo – se ele pode dar ao Brasil grandes resultados, se nós podemos ver sinais de superação do ponto de vista humanístico, o que nenhuma outra atividade que não o esporte poderia fazer, dando uma nova qualidade de vida ao deficiente.

Nos Estados Unidos, País do sedentarismo, da obesidade, é dramática a situação de saúde pública por conta da inércia do cidadão que escolheu o sofá como projeto de vida. É evidente que isso serve como referência.

Fiquei muito encantado. Gostaria que todos os nossos dirigentes compreendessem que o evento inclui a sociedade em algo que vai garantir um instrumento que o próprio Sistema Único de Saúde ainda não absorveu, que é a promoção da saúde. Isso se faz muito com a atividade física – a sociedade brasileira ainda não percebeu.

Sr. Andrew, quero dizer que estou me chicoteando, batendo na minha cabeça. Saio daqui direto para o divã do psicanalista, porque nós estamos há três anos tentando descobrir os caminhos para obter programas efetivos em relação aos deficientes. Fizemos muito, na minha avaliação, e continuamos

fazendo. E não há um tipo de informação, na sua exposição, que registra esse fato.

Quero dizer que é culpa nossa. Não estou culpando-o. O Governador Serra, há dois meses, anunciou a construção do Centro Paraolímpico de São Paulo, um equipamento da Prefeitura, ao lado da Secretaria de Esporte. É algo que estamos estudando há mais de dois anos. Há um clube escola chamado Mané Garrincha, que será absolutamente transformado numa atividade paraolímpica, num centro para atender duas mil pessoas. Todas as nossas atividades, hoje, principalmente as de obras, têm a acessibilidade incluída.

Hoje, antes de sair, nós anunciamos um plano de 57 milhões em obras de recuperação dos nossos equipamentos. Para mim, 57 milhões em obras de recuperação de equipamentos públicos para a população não são apenas para alto rendimento. São quase 2 bilhões para o metrô, dada a desproporção com que o esporte foi tratado neste País, durante toda a sua história. Mas todos eles têm garantida a questão da acessibilidade. Vários eventos que nós fizemos, seguramente... Muitos dos presentes... A Virada Esportiva tem atividades muito específicas ligadas à inclusão. Temos vários convênios. Cito, por exemplo, o Instituto Olga Kos, que faz o *tae-kwon-do* para as pessoas com Síndrome de Down. É um trabalho extraordinário. Não sei se haveria outra atividade que recuperaria tanto.

Temos uma parceria com a Secretaria Municipal – não com a Estadual –, num trabalho para pessoas deficientes e de mobilidade reduzida, que nos tem ajudado muito a compreender o problema. Essa questão é cultural. O Poder Público não entende nada de acessibilidade; e o esporte muito menos, do ponto de vista estruturante. Avançou-se muito na questão dos Jogos Paraolímpicos. Mas, na base, na ponta, há muito a ser feito.

São Paulo, seguramente, foi um dos Estados que mais avançaram. José Serra, como Prefeito, criou a Secretaria... Como Governador, criou a Secretaria de Estado. Como candidato, sua primeira medida foi anunciar o Ministério às pessoas. Eu sempre tomo cuidado para ser politicamente correto, porque a todo momento muda a denominação da promoção da pessoa com deficiência e

mobilidade reduzida. Visitamos a Reatech (Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade). O tempo todo os políticos disseram: “A expressão certa é essa. Não se pode falar errado, porque isso gera desconforto”.

Precisamos marcar uma reunião em São Paulo para mostrar-lhe que muito foi feito. É extraordinário o avanço. Apenas lhe peço que, depois, inclua isso na sua apresentação como algo relevante – ainda está muito aquém do que precisamos fazer, mas muito além do que havia há quatro, cinco anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Henrique Lustosa) – Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Concedo a palavra ao Presidente Andrew Parsons para responder aos questionamentos.

O SR. ANDREW PARSONS – Deputado Otavio Leite, muito obrigado pelas perguntas sobre o Projeto Clube Escolar Paraolímpico, o orçamento.

O Comitê Paraolímpico Brasileiro, pelo Decreto nº 5.139, pela própria Lei Agnelo/Piva, tem de investir, obrigatoriamente, 10% dos recursos no desporto escolar e 5% no desporto universitário. No ano passado, por exemplo, nós arrecadamos 20 milhões de reais. Segundo a Lei Agnelo/Piva, como um todo, teríamos a obrigação de investir 2 milhões de reais no esporte escolar.

O Projeto Clube Escolar Paraolímpico tem um orçamento anual de 1 milhão e 200 mil reais para atender vinte projetos. São projetos pequenos de clubes. São projetos de iniciação. Os clubes paraolímpicos ainda têm uma estrutura bastante frágil. Na sua maioria, são associações de pessoas com deficiência que criam departamento de esporte em sua estrutura. A ideia é atender vinte projetos por ano, de 60 mil reais cada um, o que corresponde a 5 mil reais por mês. Não é muito, dentro da nossa realidade. É um valor considerável, mas, pela tamanha tarefa que temos no País, não é um volume tão grande.

As Paraolimpíadas Escolares, no ano passado, foram 100% financiadas pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro. Os gastos do CPB com recepção, arbitragem, transporte para todos os participantes foram de 1 milhão e 400 mil reais. Se pegarmos isso como

base, veremos que investimos 2 milhões e 600 mil reais – mais do que a nossa obrigação. Entendemos que, com o esporte escolar, além de revelar talentos, plantamos a semente do esporte nos jovens com deficiência.

Esses são os números, em termos do orçamento do Projeto Clube Escolar Paraolímpico. É aberto um edital. Todos os clubes paraolímpicos do País podem participar. Recebemos 43 projetos este ano. Uma comissão formada pelas confederações paraolímpicas é que seleciona os projetos, para que não haja vício em determinada modalidade, em determinada área de deficiência. Foram selecionados dezenove. Entenderam que dezenove projetos tinham capacidade de entregar aquilo que eles estavam se propondo a fazer, de acordo com o estabelecido no nosso edital. E clubes de norte a sul do Brasil. Não há um foco específico em uma região do País.

Quanto à questão dos surdos, Deputado Otavio Leite, há muitos anos, o próprio movimento esportivo de surdos, internacionalmente, resolveu trilhar um caminho apartado do movimento paraolímpico internacional e criou o Comitê Internacional de Esporte dos Surdos – CISS (sigla em francês). Existe o que eles chamam de *Deaflympics* – Olimpíadas do Silêncio. São jogos para portadores de deficiência auditiva.

No ano passado os jogos foram realizados em Taipei, capital de Taiwan. Foi um evento bastante grande. É um movimento esportivo apartado do esporte paraolímpico.

Existe uma cooperação entre o Comitê Paraolímpico Internacional e o Comitê Internacional de Esporte dos Surdos. Ou seja, atletas com deficiência múltipla têm suas regras adaptadas. Um atleta surdo que participar do esporte paraolímpico, por ter alguma outra deficiência, tem uma flexibilização nas regras. Por exemplo, num tiro de partida, numa prova de 100 metros, ele tem direito a um sinal luminoso ou ao toque de um assistente para saber o momento da largada. Assim como o *Special Olympics*, é um movimento esportivo diferente.

Sabemos que, no Brasil, o esporte de surdos tem uma carência muito grande. Nós tentamos ajudar no que é possível. Mas, pelo próprio aspecto da Lei Agnelo/Piva, de onde vem grande

parte do nosso recurso, não podemos aplicá-lo naquilo que não é esporte paraolímpico. Então, ficamos presos ao que diz o Decreto nº 5.139. Mas procuramos, muitas vezes, ajudar no que é possível. Por exemplo, anos atrás, quando o movimento *Special Olympics* nos pediu doação de uniformes, nós o atendemos. Foram com a logomarca do CPB, mesmo não sendo a organização. Mas fizemos o que era possível. Foi uma decisão do próprio movimento de surdos em nível internacional.

No Brasil, não fazemos qualquer objeção à participação dos surdos. Tanto é que, na divisão daqueles parques 700 mil do Ministério do Esporte, está o esporte para a pessoa com deficiência. Ali está a fonte de financiamento para o esporte de surdos no País. Não temos, repito, objeção a isso.

Quanto à participação de pessoas com deficiência intelectual, V.Exa. tem razão: volta com força total a partir de 2012, depois dos problemas ocorridos em Sidney. A Assembleia Geral do Comitê Paraolímpico Internacional aprovou o retorno em 2012. A expectativa é que, em 2016, nos jogos do Rio de Janeiro, tenhamos mais modalidades com a participação de atletas deficientes mentais. Está aqui o Presidente da Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais (Abdem). S.Sa. pode testemunhar melhor do que eu que, desde o início da nossa gestão, fizemos todo esforço possível para que a área da deficiência intelectual tivesse tratamento igual ao das outras áreas de deficiência, no âmbito do CPB – nem melhor, nem pior, mas igual.

Nas nossas provas, por exemplo, no Circuito Caixa, eles têm o mesmo número de eventos que os atletas deficientes físicos, visuais. Faz parte da nossa filosofia tratá-los de modo igual. Quer dizer, não podemos discriminar áreas de deficiência.

Há possibilidade de mais modalidades em 2016. Eles retornam em quatro, em 2012: atletismo, natação, tênis de mesa e remo. Existe a possibilidade de inclusão de mais modalidades para o Rio de Janeiro, segundo decisão do Comitê Paraolímpico Internacional.

No segundo semestre haverá um seminário no Brasil para formarmos mais profissionais ligados à questão da elegibilidade. São aqueles profissionais que identificam se a deficiência

intelectual do atleta é suficiente para torná-lo atleta paraolímpico ou não; ou seja, se a deficiência intelectual dele interfere no desenvolvimento das modalidades. E existe enorme potencial de medalhas para o Brasil. Seria até contraproducente, para não dizer que seria uma grande bobagem, não abraçarmos a área da deficiência intelectual. Essa é uma atitude bastante recente do Comitê Paraolímpico, em relação à área citada. O Adilson pode falar melhor do que eu sobre o assunto.

Deputado Walter Feldman, quanto à aproximação do CPB com tudo que foi feito em São Paulo, temos plena ciência de que a apresentação é, muitas vezes, sobre os programas do próprio CPB. Mas, quando destacamos o Parajasc, até pelo tempo reduzido... Observamos com muito interesse e entusiasmo que, com a criação da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, abre-se um novo canal de diálogo para o Movimento Paraolímpico.

Hoje nós lemos nos jornais de Curitiba que um ex-Vice-Presidente do Comitê Paraolímpico, Irajá de Brito Vaz, assumiu a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência em Curitiba. Ou seja, além de tudo, o caráter esportivo dessas Secretarias é bastante...O esporte paraolímpico cresceu a ponto de influenciar até na indicação dos secretários, o que é bastante oportuno. Mas é culpa do CPB também. Durante muitos anos, o Comitê Paraolímpico Brasileiro focou suas atenções no alto rendimento. E foi preciso fazê-lo, porque o esporte paraolímpico tinha uma crise de identidade. Não se sabia se ele era uma *Special Olympics*, um grande festival. As pessoas não entendiam muito bem o que era esporte paraolímpico. Então, focou-se muito no alto rendimento para criar ídolos, para criar referências, para torná-lo um pouco mais relevante.

Optamos, como na apresentação, por olhar um pouco mais para esse lado de fomento e para o lado social. Por isso a aproximação com a Corde, com o Conade, que é conselho nacional das pessoas com deficiência, também ligado ao Governo Federal. Mas devemos nos aproximar das Secretarias Municipais e Estaduais das pessoas com deficiência.

A culpa é do CPB, sem dúvida nenhuma, mas, como V.Exa. disse, também é nossa. Eu divido essa culpa, porque nós também

nos focamos muito em nós mesmos no esporte de alto rendimento e deixamos de fazer parcerias com o Poder Público.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Vamos fazer uma terapia de grupo, então.

O SR. ANDREW PARSONS – Em São Paulo, na reunião proposta pelos senhores, estamos 100% à disposição. Mas é uma culpa que pode ser dividida. O CPB, há muito tempo, também se furtou a envolver-se com as questões sociais da pessoa com deficiência. É um compromisso desta gestão. Nós o faremos em parceria com Corde, Conade, Secretarias. Não podemos olhar para o esporte pensando só nas medalhas, como bem disse o Presidente Steinhilber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Henrique Lustosa) – Obrigado.

Meus amigos, gostaríamos de ter oportunidade de debater a questão, mas o Vice-Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, acabou de passar aqui para avisar que estamos em plena votação do reajuste para os aposentados no Plenário, que deve estar animado.

Estão presentes vários representantes de diversas entidades e organizações importantes. Vou mencioná-los e pedir desculpas por não alongarmos esta reunião. Já passa das 19 horas. A sessão ordinária deve estar sendo prorrogada ou se encerrando. Cito, então, os seguintes nomes: Ivaldo Vieira, da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (Ande); Mizael Oliveira, já citado, do Comitê Paraolímpico; David Farias Costa, da Confederação Brasileira de Desportos para Cegos (CBDC); Adilson Pereira Ramos, da Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais (Abdem); Walcles Osório, da Confederação Brasileira de Vela Adaptada (CBVA); Luís Cláudio Pereira, Edilson Alves, José Afonso da Costa – todos do Comitê Paraolímpico; Márcio Gomes de Oliveira, da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Paulo César Boechat e João Luís Moreira, da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (CBCVB); Luís Garcia Júnior, também do Comitê Paraolímpico. Para não dizer que só vieram homens para esta reunião, cito os nomes das Sras. Glaucia Regina, da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo

(CNC); Talita Kalix, também do Comitê Paraolímpico; e Carolina, da TV Câmara, que está aqui nos prestigiando também.

Agradeço a todos e a todas, aos Presidentes Jorge Steinhilber e Andrew Parsons.

A Comissão de Turismo e Desporto... Os Deputados Otavio Leite e Walter Feldman, que ainda estão aqui, têm todo o nosso apoio. Particularmente, como membro, desde 2007, da Comissão de Direitos Humanos, também tenho um interesse especial por essa temática. Foi mencionada a preocupação com o legado. Acho que a questão foi muito bem apresentada pelo Sr. Jorge, pelo Sr. Andrew e pelos Parlamentares.

O legado que temos de esperar dos Jogos Paraolímpicos tem a ver com a mudança da forma como o País olha para as pessoas com deficiência, da forma como as trata. É claro que queremos heróis, atletas laureados, medalhistas. Mas queremos, acima de tudo, cidadãos. Queremos que o brasileiro veja a pessoa com deficiência como um igual, como um cidadão. Essa é a mensagem que o Sr. Steinhilber deixou, quando disse que, além do quadro de medalhas, nos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos, as Olimpíadas têm o dom de unir os diferentes em todos os sentidos: regional, cultural, físico, intelectual. As diferenças estão presentes nos Jogos Olímpicos. Temos oportunidade de ver que, apesar das diferenças, somos todos iguais. Temos paixões, interesses.

Falo também em nome da Presidenta desta Comissão, Professora Raquel Teixeira, que é uma defensora dessa temática, da questão da educação, do trabalho com as bases. Também coordeno a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A questão da infância e da adolescência com deficiência também é uma temática importante.

Agradecemos a todos. Acredito que o Deputado Otavio Leite participará do evento, nos dias 21 e 22, já que será realizado no Rio de Janeiro. Não sei se S.Exa. estará presente nos dois dias, mas representará a Comissão de Turismo e Desporto, com sua grande competência.

Antes de encerrar a reunião, convido todos os presentes para o seminário que será realizado na próxima terça-feira, dia 11 de maio, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados,

denominado *A Educação Física Escolar Especial, a Inclusiva e as Paraolimpíadas*. Os dois palestrantes que nos prestigiaram na Comissão também vão participar do seminário na próxima terça-feira. Aproveito e convido todos os presentes para participarem.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Boa noite a todos.

2. Audiência Pública para debater projeto de lei que veda a transmissão de lutas marciais não olímpicas pelas emissoras de televisão

EMENTA: Audiência Pública realizada em 26 de maio de 2010, com o objetivo de consolidar o debate sobre o Projeto de Lei no 5.534/2009, que veda a transmissão de lutas marciais não olímpicas pelas emissoras de televisão, por meio da contribuição de profissionais de lutas e artes marciais, educadores, religiosos e estudiosos da comunicação.

CONVIDADOS: Terence Mattar de Carvalho Paiva, Diretor de Esportes da *RedeTV*; Edgard Rebouças, Professor de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo e Coordenador do Observatório da Mídia Regional: Direitos Humanos, Políticas e Sistemas; Artur Mariano, Vice-Presidente da Confederação de *Muay Thai* e lutador de *Mixed Martial Arts* (MMA); Carlos Maiolino, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Lutas e Artes Marciais do Estado de São Paulo; Wallid Ismail, organizador do *Jungle Fight*; Irmão Joaquim Oliveira, Diretor do Colégio Marista Champagnat; Senador Arthur Virgílio; Bispo Jerônimo Alves, Presidente da Igreja Universal.

Foto: Akimi Watanabe



Da esquerda para a direita: Artur Mariano, Terence Mattar, Wallid Ismail, Deputada Raquel Teixeira, Bispo Jerônimo Alves, Irmão Joaquim Oliveira, Carlos Maiolino e Edgard Rebouças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Turismo e Desporto, destinada a debater o Projeto de Lei

nº 5.534/2009, que veda a transmissão de lutas marciais pelas emisoras de televisão na forma que especifica, e dá outras providências.

Gostaria de agradecer a presença de todos e convidar os nossos expositores a comporem a Mesa.

Convido para compor a Mesa – alguns ainda não estão presentes – o Senador Arthur Virgílio; o Sr. Terence Mattar de Carvalho Paiva; o Sr. Artur Mariano, Vice-Presidente da Confederação de *Muay Thai* e lutador de *Mixed Martial Arts* (MMA); o Sr. Wallid Ismail, Organizador do *Jungle Fight*; o Sr. Edgard Rebouças, Professor de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo e Coordenador do Observatório da Mídia Regional: direitos humanos, políticas e sistemas; o Sr. Carlos Maiolino, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Lutas e Artes Marciais do Estado de São Paulo; o Irmão Joaquim Oliveira, Diretor do Colégio Marista Champagnat; e o Bispo Jerônimo Alves, Presidente da Igreja Universal.

Os requerentes desta audiência foram, respectivamente, o Deputado Jilmar Tatto e o Deputado Fábio Faria.

Antes de passar a palavra aos nossos expositores, gostaria de saber do Deputado Fábio Faria se S.Exa. quer fazer uso da palavra, por dez minutos, agora.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA – Deixaremos para o final.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Fala no final.

Consulto o Deputado Jilmar Tatto se S.Exa. também transfere sua intervenção para depois dos expositores.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO – Sra. Presidenta, eu só queria parabenizá-la pela condução dos trabalhos desta importante Comissão, cumprimentar todos os nossos convidados. Quero dizer que este é um debate de fundamental importância do ponto de vista do melhor conhecimento, pela sociedade brasileira, dessa modalidade de luta, e de uma necessidade muito grande de regulamentar essa profissão, esse esporte. Fui o autor do requerimento, junto com o Deputado Fábio Faria, mas o autor do projeto foi o Deputado José Mentor, da minha bancada.

Bem, acho que está havendo uma incompatibilidade de horários. Eu sou o Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o início da reunião lá estava marcado para 14 horas, e já são 14h30. Então, se V.Exa. me permitir, logo depois dos debatedores eu transfiro a palavra ao Deputado José Mentor, para que ele possa falar como autor do projeto e não do requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Deputado. Esse é o tipo de decisão que depende da vontade do poder discricionário do Presidente. Terei enorme prazer em ceder a palavra ao Deputado José Mentor, autor do projeto, no lugar de V.Exa., que abre mão daquele espaço.

Gostaria de lembrar que nós temos uma audiência com muitos expositores, vamos ter que ser rigorosos na obediência ao tempo. Serão dez minutos para cada um dos expositores, sem possibilidade de ultrapassar esse limite de tempo. Se isso ocorrer, perdoem-me, mas vou ter que interromper.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA – Peço a palavra, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Pois não, Deputado Fábio Faria.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA – É somente para uma informação. O Senador Arthur Virgílio está terminando uma reunião do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas S. Exa. pode se pronunciar após os últimos debatedores. Peço a V.Exa. que inclua o Senador também na lista.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – O Senador já está incluído como expositor. Quando S. Exa. chegar nós lhe daremos a palavra. O Senador será convidado para tomar assento à Mesa.

Gostaria, então, de pedir aos expositores que prestassem atenção ao tempo. Terminada a exposição, os Deputados Fábio Faria e José Mentor terão, também, cada um dez minutos. Depois abriremos o debate aos Deputados presentes.

Peço a compreensão dos Parlamentares inscritos para o debate, para que também se atenham ao prazo, que será de três

minutos, porque esta Comissão, hoje, está sendo anfitriã de duas importantíssimas audiências públicas.

Temos agora essa audiência pública sobre as lutas marciais e, às 17 horas, também, sem possibilidade de atraso, nós estaremos recebendo o Dr. Ricardo Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que vem aqui prestar conta aos Parlamentares sobre os encaminhamentos da Copa do Mundo.

Então, nós temos que terminar em tempo de dar início à audiência pública seguinte.

Passo a palavra ao Sr. Terence Mattar de Paiva.

O SR. TERENCE MATTAR DE CARVALHO PAIVA – Boa tarde, Sra. Presidenta, nobres Deputados e demais presentes.

A questão mais importante, no entender da *RedeTV*, já foi muito bem colocada pelo Relator, Deputado Fábio Faria. Não se pode restringir a liberdade de expressão. Leis federais já regulam e recomendam faixas etárias e horários mais adequados para um programa de televisão.

A própria *RedeTV*, de livre e espontânea vontade, faz isso ao exibir o *UFC Sem Limites* sempre depois de 23h30, aos sábados.

Também tratarei disso adiante, mesmo que rapidamente, na certeza de que essa proposta, se aceita, será uma ação limitadora do desenvolvimento do desporto no Brasil, como também concluiu o Relator.

Porém, o motivo dessa audiência pública é somar opiniões, é entender se as transmissões de lutas marciais não olímpicas contribuem para a escalada de violência entre os jovens.

A *RedeTV* entende que a exibição do *UFC Sem Limites* não banaliza a violência, não a torna comum. Nosso entendimento é completamente oposto. Essas exibições irão banalizar, isto é, tornar comum a certeza de que para a prática de um esporte profissional de contato são necessários preparação, respeito e disciplina. Não estamos falando de briga, estamos falando de luta. Luta é sinônimo de combate. Combate é uma modalidade esportiva, uma atividade que requer destreza física, com observância de regras específicas. Briga – basta consultar o di-

cionário – é sinônimo de confusão, de desentendimento e até de desinteligência.

O primeiro ponto é diferenciar o MMA do Vale-Tudo. Estamos em pleno século XXI e isso ainda se faz necessário. Aliás, esse foi um dos motivos pelos quais insisti na exibição do MMA em televisão aberta. Há que se acabar com essa associação de uma vez por todas. MMA é luta, é esporte. Vale-Tudo, que não existe mais, é briga, briga de rua. Poderia explicar aqui o surgimento do Vale-Tudo, a maneira como o *Jiu-Jitsu* brasileiro, que de certa forma deu origem ao Vale-Tudo, foi difundida, a história dos *pitboys* e outras, mas isso já é muito passado. Só não entende quem não quer ver, quem não quer enxergar. A *RedeTV* exhibe hoje combates do *Ultimate Fighting Championship* (UFC), o maior campeonato de lutas de MMA do mundo.

MMA é uma sigla em inglês que significa *Mixed Martial Arts* – Artes Marciais Mistas –, ou seja, um *mix*, uma mistura de artes marciais com técnicas específicas e permitidas das principais lutas; golpes com punhos do boxe, esporte olímpico; técnicas de imobilização como as do judô e do *wrestling*, mais dois esportes olímpicos.

Com a evolução desse esporte, regras foram criadas: há tempos determinados para as lutas, há categorias de peso; ninguém mais fica lutando, ou melhor, brigando até não aguentar mais. No MMA um lutador pode parar um combate a qualquer momento, é regra básica; há juízes, médicos e mestres, que também podem parar o combate. Passaram a ser exigidas sanções por diversas comissões atléticas, principalmente nos Estados Unidos. Desde a regulamentação, o MMA invadiu a TV. O UFC, por ser o mais organizado campeonato de lutas, virou sucesso, principalmente nos Estados Unidos nos programas *SporTV* e na *RedeTV*.

Antes dos números do sucesso do UFC e pelo fato de a *RedeTV* resolver fazer desse um movimento mundial, gostaria de citar algumas das 31 faltas previstas no Regulamento do UFC.

É expressamente proibido o seguinte: dar cabeçadas, colocar o dedo nos olhos do adversário, morder, puxar o cabelo, enfiar os dedos na boca ou colocar o dedo em qualquer tipo de corte ou machucado; é proibido golpear a espinha, a clavícula ou a nuca

do oponente, lançar cotoveladas de ponta, golpear a garganta ou apertar a traqueia, chutar, pisar ou dar joelhada na cabeça de adversário caído; não pode, como já li em algumas entrevistas, arremessar oponente na lona de cabeça ou de pescoço.

No UFC-113, o lutador Paul Dale deu um soco no adversário depois de finalizada a luta e foi expulso da organização. Há regras! Trata-se de esporte plenamente estabelecido.

Desde a criação em 1993, ainda sem regras, nenhum atleta morreu ou teve lesão permanente ou ficou impossibilitado da prática desse esporte.

Conforme estudo da Faculdade de Medicina da Universidade Johns Hopkins, publicado pelo *Journal of Sports Science and Medicine*, em 2005 e em 2008, 635 lutas profissionais foram analisadas e 1.270 atletas. Desse número, 300 tiveram algum tipo de lesão, na maioria dos casos, e 110 deles foram cortes na face. São esses índices plenamente compatíveis com outros esportes de combate envolvendo golpes.

No MMA, as luvas obrigatórias são mais finas e leves como as do boxe, por exemplo. Elas pesam no máximo 227 gramas e foram projetadas com os dedos para fora, para que o lutador consiga agarrar seu oponente. Isso gera mais cortes, talvez mais sangue, mas ajuda a explicar que a porcentagem de nocautes seja quase metade das relatadas no boxe nesse mesmo estudo.

No MMA, as imobilizações e agarramentos diminuem o risco de pancada na cabeça e de lesão traumática no cérebro.

Claro, essa não é minha especialidade, mas é bom deixar claro que todos esses pontos foram analisados e avaliados pela *RedeTV*, quando decidimos, como disse, fazer parte desse movimento mundial. Tínhamos de saber em que universo estávamos entrando.

O MMA é hoje o esporte que mais cresce no mundo. Em 2009, quando fizemos pesquisas, o UFC, evento que controla 90% da indústria de MMA, chegava, pela TV, a 420 milhões de residências no mundo, em cerca de 170 países, mais de vinte diferentes línguas e culturas, segundo a revista *Forbes*. Em 2010, chegou à China. A profissionalização despertou o interesse de grandes empresas como Adidas, Nike, Harley-Davidson, Budweiser, Cervejarias Petrópolis, Naja, a Empresa Pretorian.

Será que para essas empresas o MMA banaliza a violência?

Há ainda mais alguns números a relatar. Há o movimento de milhões de dólares por evento. Chega-se a 25 milhões de dólares por evento do UFC, principalmente em Las Vegas.

Há um ano, a *RedeTV* percebeu o crescimento desse mercado e principalmente o interesse do consumidor em ter esse esporte: o MMA em televisão aberta.

Sábado passado, cerca de 100 mil pessoas, só em São Paulo, assistiram ao *UFC Sem Limites*, segundo dados do Ibope.

No dia 13 de fevereiro, alcançamos mais de 7% da audiência do horário, números expressivos para a *RedeTV*.

Um detalhe que vale ser ressaltado, ainda segundo dados do Ibope, quase sempre o maior público é o feminino, e das classes A e B.

Claro, é impossível provar uma teoria, mas me orgulha saber que muitas das nossas preocupações, ao criar o Projeto *UFC Sem Limites*, estão sendo compreendidas pelo público.

Há um ano, fomos buscar pessoas especializadas para falar de MMA, com conhecimento técnico, que explicassem as regras, mostrando o esporte como é. O esporte é de contato, sim, mas com preparação. São anos de prática até chegar ao octógono mais famoso do mundo. Palavras como “porrada” são vigiadas cautelosamente. Lutadores e apresentadores foram até evitados num primeiro momento. Colocamos um jornalista, um advogado e um administrador de empresas, que praticam MMA, para explicarem ao público as regras e a preparação.

Mesmo com toda essa preocupação, entendemos que alguns brasileiros ainda não têm a educação e a visão necessárias para compreender, como nos Estados Unidos, a inteligência e a filosofia do MMA.

Mesmo a pessoa tendo a liberdade de não ver o UFC na *RedeTV*, mantivemos o horário perto da madrugada, das 11 horas às 11h30, quando o número de televisores ligados é menor.

À medida que as pessoas começarem a compreender o esporte, a imagem de violência pura e simples é imediatamente desassociada.

Nos Estados Unidos, o MMA está em horário nobre. Tirar a luta da TV é retirar a chance, repito, de disciplinar crianças, jovens e adultos.

Em que ocasião se vê adversários que entram se encarando mas que saem se cumprimentando, senão na luta, olímpica ou não?

Por isso, nobres Deputados, por favor não confundam. Existem briga e violência em qualquer parte da sociedade, em muitos programas de TV, mas existe também a luta, a filosofia de cada arte marcial, o esporte. Quem luta não briga. É nisso que a *RedeTV* acredita.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Parabéns, Sr. Terence. Obrigada pela exposição.

Passo a palavra, em seguida, ao Sr. Edgard Rebouças, Professor de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo e Coordenador do Observatório da Mídia Regional: direitos humanos, políticas e sistemas.

O SR. EDGARD REBOUÇAS – Boa tarde. Em primeiro lugar, agradeço à Comissão o convite para participar desta discussão.

Também, como ponto de partida, quero esclarecer que não sou especialista em luta, como o colega da *RedeTV*, apesar de ter feito grande exposição sobre o assunto. Sou especialista na área de políticas de comunicação e na área de indústrias culturais. Então, na parte de comunicação, eu estudo como é feita a regulamentação de produtos de televisão, de rádio, de audiovisual em geral e como essas culturas, que são arte, esporte, religião, com o passar do tempo, vão se mercantilizando. E a colaboração, que acho que posso dar aos Deputados, é entender a base do projeto apresentado e a base da contestação feita pelo Relator, e como isso afeta ou não as questões da televisão.

Eu parti do princípio, do art. 1º da proposta do Deputado, quando ele fala em emissoras de televisão, em todo o território, proibidas de transmitir lutas não olímpicas. Partindo desse ponto, nós temos que considerar o que seriam emissoras de televisão na visão do legislador. Emissoras de televisão contam-se as ditas de canal aberto, aquelas de canal por assinatura e também as de canais *pay per view*. Então, acredito que esse tenha sido o

entendimento, e não que emissoras de televisão seriam somente aquelas de concessão pública. Depois o Deputado poderia esclarecer melhor.

Dessa forma, há uma amplitude muito maior nessa proposta de lei, que transpassa inclusive o que acontece em outros países, onde só passa em *pay per view*, por exemplo, ou só passa em canais por assinatura, mas raramente em televisão de concessão pública.

O parecer do Relator Fábio Faria ressalta o art. 220, quando se refere à manifestação de pensamento, à liberdade de expressão. Mas eu acho que existe um ponto que não é muito levado em conta nesse artigo, que é essa última oração do *caput*, que diz: “observado o disposto nesta Constituição”.

Então, não quer dizer que por termos liberdade de expressão ela esteja acima de todos os outros direitos. Não. Nós temos questões referentes a racismo, a religião, a sexo, a privacidade, a criança, ao adolescente, que estão na Constituição e que não podem ser sobrepostos pela liberdade de expressão. Então, eu fui pegar alguns pontos que estão no parecer do Deputado. Por exemplo: o art. 5º, inciso III diz: “Ninguém será submetido à tortura ou a tratamento desumano ou degradante”. E em algumas situações esses programas exibidos podem levar ao entendimento de um tratamento desumano com referência ao que está sendo mostrado ali.

Um outro ponto que o Deputado não coloca no seu parecer é o que se refere ao art. 227, que diz que criança e adolescente têm absoluta prioridade, inclusive sobre liberdade de expressão, e devemos colocá-los a salvo de qualquer forma de violência. Seja violência dentro de casa, do pai contra a criança, seja violência exposta na televisão, seja violência na rua, temos que proteger a criança e o adolescente disso.

Continuando nesse mesmo ponto, o Deputado também não colocou um outro aspecto, que está no art. 221, que fala das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas do rádio e da televisão, e também do respeito aos valores éticos e sociais. Esse tipo de exibição de violência não faz parte dos nossos valores luso-cristãos brasileiros. Esses valores não estão embutidos na nossa cultura, mas fazem parte dos valores dos americanos, que

têm algumas considerações sobre o perdedor ser sempre o pior; quem sempre se dá mal é o perdedor, então não tem nada na vida. Na nossa tradição luso-cristã isso não funciona muito bem.

Outro ponto também é que tem um outro inciso no art. 220 que fala sobre a classificação indicativa, que o Deputado ressalta e que o colega da *RedeTV* diz também que obedece. Mas o que foi constatado, desde que houve essa convocação de assistir e gravar esses programas, se pegarmos as normas de classificação indicativa para determinar o horário e a que público a programação é destinada, vamos ver que existem cinco pontos relativos à violência. Esses programas estão ligados a três desses pontos listados pelo Ministério da Justiça. Isso faria com que o programa fosse de classificação etária de 18 anos, para ser exibido após as 23 horas. É o que realmente acontece no canal *Combate*, no *SporTV* e na *RedeTV*: eles passam depois das 23 horas. Só que em nenhum deles há a indicação da classificação indicativa. Nem no programa, nem nos anúncios durante o dia, para que os pais saibam – porque a classificação indicativa foi criada partindo desse princípio – e o filho não assista tevê nesse horário, porque nele vai passar determinado programa. A mesma coisa se dá em relação a programas envolvendo sexo. A classificação indicativa se aplica basicamente a programas que envolvam sexo e violência.

E um outro ponto, que também o Deputado não relatou, e que está no inciso II, § 3º, do art. 220, que diz que compete à lei federal o estabelecimento de meios legais para garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defender de programas ou programações de rádio e televisão. Então, estaria correto o Deputado que propôs a lei criar um mecanismo para proteger a sociedade de um programa ou de uma programação.

Eu fui verificar como esse fenômeno tem ocupado espaço, fiz um levantamento e infelizmente não deu para exibir aqui no sistema os trechos de vídeos que eu gravei da *RedeTV* e da *SporTV* em que se comprova essa ausência da classificação indicativa. Mas os senhores mesmos podem verificar que não se coloca o selo, que é uma indicação do Ministério da Justiça; mas a *RedeTV* não coloca, assim como outras emissoras também não colocam para alguns outros programas. Então fui verificar como isso tem

ocupado espaço, principalmente nos Estados Unidos, onde essa marca UFC, que se constituiu quase como um novo monopólio desse combate, transmite lutas, ao vivo e gravadas. E eles têm uma série de subprodutos, como o *playstation*, que é um jogo eletrônico, aqueles joguinhos de parques, bonecos, filmes, isso tudo já está no mercado americano, alguns já chegando ao Brasil, principalmente bonecos, aos quais as crianças têm grande acesso, e os bonecos são bem articulados, é vendida a gaiola dos bonecos para as crianças brincarem de luta. Isso tudo faz com que essa grande empresa tenha hoje um faturamento anual na faixa de 220 milhões de dólares. Parece muito, mas não é. Se fosse no Brasil, essa empresa estaria na lista das maiores e melhores da Exame em 670º lugar entre as empresas brasileiras. Ela teria um faturamento menor do que o da empresa de perfumaria Boticário, por exemplo. Tem que se relativizar também toda essa grande importância que vem sendo dada a esse UFC.

Outra ocupação de espaço desse tipo de luta: o que se apre- goa é que ela tem ocupado audiências de outros esportes muito tradicionais nos Estados Unidos, como as corridas. Realmente houve um caso, um treino da *National Association for Stock Car Auto Racing* (Nascar), em que a luta teve uma audiência um pouco maior; mas foi um treino da Nascar. Houve também o caso de uma audiência maior do que a de um jogo de basquetebol universitário. Houve um caso também de aumento de audiência em relação à exibição de um jogo de futebol americano universitário, mas também não é essa coisa toda.

E um último ponto que eu queria ressaltar é o aspecto de que é objeto de aposta. Realmente passou o boxe como sendo a principal disputa de aposta e no Brasil pode se apostar também pela internet.

As outras considerações, eu acho que os colegas vão falar, mas podemos no debate discutir os pontos relativos à influência que isso pode gerar na pessoa que está assistindo – repito, pode gerar, não afirmo nunca que vai gerar –, já que se exigem muitos estudos longitudinais, de muitos anos, para se chegar a esses pontos. Mas voltaremos a debater isso, na sequência.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Professor Edgard.

Passo a palavra ao Sr. Artur Mariano, Vice-Presidente da Confederação de *Muay Thai* e lutador de MMA.

O SR. ARTUR MARIANO – Primeiramente, cumprimento a Sra. Presidenta, Deputada Professora Raquel Teixeira, e os companheiros de Mesa.

Vou falar um pouco do meu início. Aos nove anos de idade, assisti a um filme do Jean-Claude Van Dame – acho que todos já assistiram a ele – e dentro daquele cinema pensei que era aquilo que eu queria para a minha vida. Falei com minha mãe, que me levou para uma academia. Comecei e nunca mais parei. São 26 anos de treino direto.

Dentro da academia, realmente aprendi e vi muitas coisas interessantes, como pessoas saindo das drogas e da marginalidade. Vemos também a socialização. É impressionante ver dentro de uma academia um Deputado, um juiz, um médico, um advogado criarem uma amizade grande, por exemplo, com um *office-boy*. Podemos ver a socialização e a luta mostra que todos somos iguais. Isso é muito forte.

Isso veio de um filme a que assisti e das lutas de *Kickboxing* e de *Muay Thai* que passavam nas emissoras de televisão. Quando eu via, ficava tocado com aquilo. Eu sou comentarista do *SporTV*, há alguns anos. Quando saio às ruas, vejo o carinho que as pessoas têm para comigo. Elas me contam que assistem aos combates e que os filhos querem entrar para a luta, que isso lhes está fazendo bem. Realmente, isso mexe muito com a gente.

O nosso querido Terence Mattar, Diretor de Esporte da *RedeTV*, falou muito bem sobre as regras do UFC, que se preocupam em preservar a integridade dos atletas, o crescimento e desenvolvimento dessa modalidade, que hoje gera emprego no mundo todo e no Brasil, o que é uma coisa fora do comum. Aqui está também o Wallid Ismail, organizador do *Jungle Fight*, um dos maiores eventos da América Latina – se não for o maior. As pessoas não têm ideia da quantidade de empregos que são gerados num evento como esse. São árbitros, laterais, a imprensa local,

lutadores, treinadores. Realmente, o crescimento da modalidade é muito grande, não só do MMA, mas também das lutas marciais.

Quando fui chamado para vir aqui e disseram-me que querem vedar a transmissão de lutas na televisão, fiquei impressionado. Hoje vemos nas novelas, nos filmes, nos jornais, só coisas ruins: ensinamentos negativos, traição, como fazer assalto, etc. Aprende-se de tudo na televisão.

A luta socializa as pessoas, gera emprego, tira a pessoa das drogas. Eu tenho um projeto social grande no Rio de Janeiro e vejo a quantidade de pessoas que consegui tirar das drogas. Fico muito triste quando aparece esse tipo de coisa.

Mas, tudo bem! Estamos aqui para mostrar a importância das lutas e das artes marciais na televisão brasileira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Artur. Foi realmente um depoimento contundente.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Maiolino, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Lutas e Artes Marciais do Estado de São Paulo.

O SR. CARLOS MAIOLINO – Boa tarde a todos.

Estamos falando em nome do Mestre Otávio de Almeida Júnior, Presidente da Federação Paulista de *Jiu-Jitsu*, da Confederação Brasileira de Esporte de Contato, da qual sou Vice-Presidente. Também represento a *World Traditional Karate and Kickboxing Association* (WTKA), simplesmente a maior entidade de lutas do mundo, a famosa entidade que está no *Guinness Book*, que conseguiu reunir o maior número de atletas numa única atividade esportiva, a chamada Olimpíadas Marciais, que acontece na Itália.

Sou faixa preta de *Jiu-Jitsu*, graças a Deus. Comecei no *Kung Fu*.

Mudei totalmente o que eu ia falar, rasguei tudo o que eu trouxe, porque realmente tenho que tirar o chapéu para o que você faz lá no Rio de Janeiro, Artur. Há alguns meses, eu ia parar...

Desculpem-me.

Uma mãe, em um mercado, disse-me assim: “Olha, você salvou a vida do meu filho, porque ele roubava dinheiro em casa, arrumava briga na rua, olhava as pessoas por baixo. Hoje, ele me

surpreendeu, falando que vai ser professor de Educação Física e quer ser melhor professor de *Jiu-Jitsu* que o professor dele!”

Eu fiquei muito contente ao ouvir o Artur, por conta desse trabalho no Rio de Janeiro, que está muito à frente ao de São Paulo. É realmente um trabalho de base. Tivemos muitos avanços, mas no Rio o trabalho é muito maior e organizado.

Fiquei muito feliz também com as palavras do Deputado Jilmar Tatto, assim como com as do Deputado José Mentor, sobre regulamentação. As palavras “excluir” e “proibir” são muito pesadas. Se hoje temos oportunidade de fazer uma discussão, vamos fazê-la sobre a regulamentação.

E não estou falando em regulamentar evento. O Wallid está aqui e posso dizer-lhe que ele foi um dos caras que mudou a cabeça das pessoas sobre o que é o *Jiu-Jitsu* no Brasil e no mundo. Ele mostrou que naquela briga que os Gracie faziam, querendo mostrar que eram os “bambambãs”, eles podiam ser derrotados. O Wallid Ismail, de quem muita gente não fala, mostrou que há um novo sentido. Ele deu esperança a muitos atletas que não tinham patrocínio, que viviam passando fome e mendigando. Deu-lhes a possibilidade de colocar a tarja de uma empresa no quimono e, assim, ter uma oportunidade melhor e buscar um novo horizonte. Há pessoas que moram na periferia, na Zona Leste de São Paulo, em Itaim Paulista, isso não é fácil.

Fortalecer o professor, o atleta, o instrutor, regulamentar as federações e as confederações, esse é o tema de discussão. Estão falando em proibir um mercado! E o Terence tem toda razão de estar ali explicando que é um comércio, mas existem regras das quais os senhores não têm noção. São Paulo é um grande exemplo. O Vale-Tudo em São Paulo é terminantemente proibido. Existe o MMA. E o Wallid acabou de organizar um evento, o *Jungle Fight*, no qual não houve incidente algum, e, além disso, abriu para atletas da América Latina, coisa que não se fazia. Então, precisamos regulamentar a base, os professores.

A grande bandeira do sindicato é trazer para os senhores do Congresso, aos Deputados Walter Feldman, José Mentor, Jilmar Tatto e Fábio Faria, e à Deputada Professora Raquel Teixeira, uma nova realidade do esporte, transformar de fato o esporte no

Brasil. Nós não fizemos a transformação! E estamos discutindo, numa audiência pública, uma restrição!

Fiquei muito feliz quando o Deputado Jilmar Tatto falou em regulamentar e o Deputado José Mentor olhou para mim com um ar positivo. Acho que isso resolve tudo. Se tivéssemos feito isso lá atrás – e já bati à porta de muita gente, há dois ou três anos em São Paulo, pedindo essa regulamentação –, nós estaríamos aqui falando sobre o quê? Sobre a cátedra da arte marcial, sobre a responsabilidade do professor, sobre a responsabilidade do instrutor, sobre como vamos avançar dentro da universidade, levando esse curso e especializando aqueles que necessitam de especialização, para tirar os desfavorecidos das ruas.

Nós também temos um projeto social. Sabem qual é o nome do nosso projeto? Tatame Gospel, premiado em 2005, no Fórum Social Mundial, quando foi apresentado como um exemplo. Nós somos evangélicos e levamos *Jiu-Jitsu* lá para dentro. O nosso Pastor Anderson Dias fala que temos que trazer para dentro da igreja a comunidade. E alguns desses mecanismos é a escola e também a luta, a arte, o esporte. O esporte inclui, ele não divide. E nós nos dividimos hoje para discutir uma proibição.

Portanto, vamo-nos unir e partir para frente, olhar um horizonte, para regulamentarmos o que tem que ser regulamentado. Vamos dar àqueles que realmente têm moral e estrutura condição para levarem esse trabalho adiante e ajudarem a tirar as crianças das ruas.

Há um amigo nosso dentro do esporte, o Aurélio Miguel, que fala que um real investido no esporte são dois a menos na saúde – aliás, três, como afirma o Deputado.

Obrigado, Deputado. São três a menos!

Se nós acreditarmos que o esporte é um meio de inclusão, um interventor de saúde, vejam o quanto vamos economizar e como vai ser a nossa geração, como eles vão conseguir viver melhor!

Portanto, acho que esta tem que ser a discussão: vamos pegar os professores mal-intencionados e excluí-los; vamos pegar aqueles que querem banalizar o esporte, aqueles que são maus promotores do esporte e excluí-los. Tudo que é ruim vamos tirar e colocar como banda podre mesmo. Mas vamos pegar as coisas boas e levar

adiante, levar à frente. Vamos aproveitar esta oportunidade aqui e realmente levar à frente, Deputado José Mentor, e regulamentar esse esporte, Deputados Walter Feldman e Fábio Faria.

Desculpem-me, eu fiz um improviso. Estavam pontuadas as coisas que eu ia falar, mas acabei falando de improviso.

Cito um exemplo, dado pela TV, pela própria Rede *Record*. Foi o Luciano Szafir que retomou aquela questão das artes marciais. A *Record* usou o Luciano Szafir numa novela para tirar um pouco da mística, bem no auge dos *pitboys*, que havia à época, aquela marginalização em cima do *Jiu-Jitsu*, que não tinha nada a ver com aquelas pessoas mal-intencionadas que apareciam no esporte. Elas treinavam de dois a cinco meses e achavam que eram atletas, e não eram. Eram marginais. Vamos pegar os atletas e dar-lhes um direito digno.

Ali está o representante do UFC. Pode levantar, levante-se!

Olhem, é isso! A partir dele, vamos tirar muitas crianças das ruas. Se queremos regulamentar eventos, temos um modelo. Nós podemos melhorá-lo e trazê-lo para o Brasil inteiro. Vamos criar regras, dar oportunidade e fazer a diferença.

Eu acho que essa iniciativa do Deputado José Mentor veio muito a calhar. Reafirmo isso porque se vai começar, a partir de hoje, uma discussão em gabinetes que vai transformar o nosso esporte.

Nós dominamos o esporte de luta no mundo inteiro, só que nós não enxergamos isso!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Muito obrigada, Sr. Carlos Maiolino, pela sua sinceridade, pela forma confiante com que o senhor abriu o seu coração aqui. Isso é muito importante.

Nós passamos a palavra ao nosso próximo convidado, Sr. Wallid Ismail, organizador do *Jungle Fight*.

O SR. WALLID ISMAIL – Quero agradecer à Deputada Professora Raquel Teixeira a presença. Sinto-me até bem confortado, porque vejo que a senhora está mesmo pelo entendimento. É possível sentir isso aqui ao seu lado.

Agradeço ao ilustre Deputado José Mentor; ao queridíssimo, ilustre e amigo do esporte das pessoas do Estado de São Paulo, que é o nosso grande Deputado Walter Feldman; e ao querido amigo também, que conheci hoje, Deputado Fábio Faria, que entende de esportes.

Eu vou começar falando o seguinte, Deputado José Mentor: infelizmente, o nosso querido Pastor e Senador Magno Malta não pôde vir. Os senhores já devem ter visto na imprensa que ele teve um problema de saúde hoje. Ele me ligou dizendo que estava com um problema de saúde e que ia ao médico. Ele, apesar de ser muito forte, tem alguns problemas. É uma pessoa muito forte e querida, mas isso acontece. Ele me disse: “Você pode ter certeza de que o Deputado José Mentor não é uma pessoa mal-intencionada. Ele só deve estar sendo mal-assessorado.”

Deixem-me falar um pouco do Senador Magno Malta. Ele usa o esporte de luta para a recuperação de drogados na sua casa, no Espírito Santo, com todo o apoio da igreja. Por quê? O que mais leva uma pessoa – eu vou para um outro lado, o lado da filosofia – a Deus? Levo para esse lado porque o atleta brinca. O Pastor e Senador Magno Malta fala o seguinte: “O atleta não bebe nem refrigerante. O verdadeiro atleta não faz coisa errada, não sai às ruas brigando.” É por isso que ele é tão forte. É por isso que o esporte leva o atleta ao caminho do bem. Independentemente de religião, leva-o para mais perto de Deus.

Falando por outro lado, eu trouxe aqui as regras. O *Jiu-Jitsu* hoje é um esporte de regras, Deputado José Mentor. Não vale cabeçada ou cotovelada. No caso do *Jungle Fight*, quando o atleta está no chão, não vale chute no rosto. Nós temos três jurados, um juiz e um assistente do juiz. Se o juiz do centro não estiver vendo o golpe, o assistente avisa para parar a luta. Se o atleta não conseguir se defender, para-se a luta.

Eu estava ali ouvindo na televisão sobre esporte para crianças. Nos Estados Unidos hoje o *mixed martial arts* é um esporte em que não existe mais aquela violência. Por exemplo – eu vi o senhor mostrar aqui fotos de pessoas sangrando –, se o sangue não estancar, para-se a luta. É uma coisa interessante de se falar, porque às vezes as pessoas no Brasil ignoram esses detalhes.

Acredito sinceramente que se o senhor soubesse disso, Deputado José Mentor, o senhor não iria à frente – e acredito que não vá – depois dessa discussão. Achei muito importante e até legal, e eu até o agradeço, porque isso serve para que as pessoas entendam o que é um grande esporte.

O Artur falava acerca do seu caso, mas o meu caso é ainda mais interessante. Eu era moleque, gordo, criança, do Amazonas. Como consegui me destacar no Amazonas, graças ao Senador Arthur Virgílio Neto, eu fiz amizades. Foi o Senador Arthur Virgílio Neto que introduziu o *Jiu-Jitsu* no Amazonas. Isso é uma coisa interessante, porque só faz bem: bem ao espírito, bem às pessoas. Você fica amigo. Como o Senador Arthur Virgílio falou, um Senador da República é amigo de um gari. Um juiz, o Ministro Fux, um dos maiores apoiadores do esporte hoje no Brasil, é amigo de um *office-boy* dentro de uma academia. É a socialização. Como dentro de uma igreja, todos são iguais.

Então, só posso acreditar que tenha sido alguma coisa, como o Senador Magno Malta disse, muito mal-assessorada, porque esse é um esporte com regras. Nos Estados Unidos, as crianças vão assistir a esse esporte. Por quê? Se a pessoa começar a sangrar, para-se a luta. Os golpes baixos, como puxar cabelo, cabeçadas, chutes no rosto quando o atleta está no chão, ou um bater sem que o outro se defenda, não são permitidos. Como o nosso representante da *RedeTV* falou no último UFC, o esporte faz amigos. Aconteceu de um atleta bater no outro depois que acabou a luta, e ele foi banido do UFC, porque hoje no esporte, o senhor pode ver, quando acaba a luta há aquele abraço.

Falaram aqui do caso de drogas. Não há coisa que mais afaste o viciado das drogas do que o esporte. O trabalho que o Exmo. Deputado Walter Feldman faz em São Paulo é inacreditável! É um trabalho de inclusão social. Aquela sua virada esportiva é uma coisa impressionante! Aquilo tem que ser mostrado para o mundo todo.

Agora vamos falar por outro lado, o lado do negócio. Já falamos do lado espiritual, a força que o esporte dá para a pessoa, independentemente de religião, porque ela tem que ter um bom caráter, doutrina, tem que ser forte, todos sabem. Sou muito

amigo do queridíssimo José Luiz, cunhado do Bispo Edir Macedo. Ele é muito meu amigo, meu irmão. Vamos para o lado econômico agora.

Eu era um garoto que não tinha dinheiro nem para comer. Ou eu tinha dinheiro para almoçar, ou eu tinha dinheiro para jantar. Isso é algo bem sincero, desculpem-me, mas eu não consigo segurar. Hoje eu tenho casa em Los Angeles, casa no Rio de Janeiro, viajo o mundo inteiro, por causa desse grande esporte, desse esporte que atrai tantos recursos internacionais.

O último evento que fizemos em São Paulo, na última sexta-feira, imaginem, foi transmitido pela *Globosat*, pelo canal *Combate*, e pela *Entertainment and Sports Programming Network* (ESPN) americana. A ESPN americana vai mostrar a cidade de São Paulo para mais de cem países. Isso é uma coisa histórica! Segundo dados da *RedeTV*, o esporte de luta tem hoje a força de uma Fórmula 1.

Querido Deputado José Mentor, esse esporte pode proporcionar uma vida melhor para muitas pessoas, a exemplo desse garoto, ex-cortador de cana, que não tinha dinheiro nem para comer. Hoje consegue ter uma vida melhor, porque ganhou um evento e já conseguiu patrocínio. Sem televisão não há patrocínio.

Deputado, sei que o senhor quer saber da população. Eu não acredito que o senhor continue convicto – se o senhor sorriu agora, parece que não mudou de ideia –, porque acho que a nobreza de um homem é saber, realmente, quando é mal-assessorado num certo momento.

Professor, esse esporte tem regras: há três jurados e um juiz. Se houver algum corte, conforme o senhor mostrou naquela foto, se sangrar e não parar de sangrar, a luta acaba. Se houver alguma indisciplina, cartão amarelo. O segundo é vermelho.

Com relação ao esporte olímpico, Bernard Rajzman, meu maior incentivador, meu irmão – querido Deputado, lembra do Bernard do vôlei, do saque jornada nas estrelas? – disse que o MMA é uma mistura de judô, *Jiu-Jitsu*, boxe tailandês, *pankration*, *tae-kwon-do*, com todas as regras – e isso é uma coisa muito importante: ele sempre me pediu para não falar mal do vale-tudo. Eu já fiz essa luta. O vale-tudo não existe mais. Era um

tipo de luta contra outro tipo de luta. Hoje é o esporte nº 1 nos Estados Unidos, entre lutadores de 18 a 35 anos.

E o esporte é disciplinador. É uma coisa incrível! Um esporte de luta disciplina a pessoa.

Eu estou feliz de ter participado deste debate.

Está aqui o querido Senador Arthur Virgílio Neto. Eu só comecei a lutar *Jiu-Jitsu*, bem ou mal, porque ele o levou para o Amazonas. Se ele não o tivesse levado, eu não havia feito. Uma coisa é certa: o *Jiu-Jitsu* é um esporte disciplinador.

Eu quero agradecer a todos a presença.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Muito obrigada, Wallid.

Registramos a presença do nosso querido Senador Arthur Virgílio, a quem convidamos para se juntar conosco à Mesa.

Nós estamos chamando alternadamente os defensores nesta Mesa. Nosso próximo convidado é o irmão Joaquim Oliveira. Eu sei que o horário do Senador é sempre complicado, mas, se S.Exa. puder esperar dez minutos para sua fala, nós agradeceremos, a fim de darmos equilíbrio à Mesa.

O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Espero, Sra. Presidenta, com prazer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Muito obrigada.

Portanto, com a palavra o irmão Joaquim Oliveira.

O SR. JOAQUIM OLIVEIRA – Enquanto a tecnologia é adaptada, agradeço o convite e cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Professora Raquel Teixeira.

O grande humanista Leonardo Boff, brasileiro e teólogo, diz que todo ponto de vista não passa da vista de um ponto. Eu acho que nós estamos presenciando isso aqui: pontos de vista, a fim de que possamos chegar a uma iluminação, a um raciocínio válido para a sociedade brasileira.

Eu acredito, ouvindo meus colegas de Mesa, que em alguns momentos nós desfocamos a discussão, porque começamos a discutir a existência ou não de lutas marciais. Acredito que o pro-

jeto do Deputado trata da transmissão ou não de lutas marciais. É outro foco, é outra discussão. A existência ou não da prática da luta é outra coisa e é outro direito.

Trago outra perspectiva. Eu sou religioso marista há trinta anos. Trabalho com adolescentes e jovens. Dirijo o Colégio Marista em Brasília, com 2.600 alunos. Talvez tragamos a reflexão de um educador que está na outra ponta, às vezes recebendo reflexo, com as crianças e os jovens, daquilo que acontece no dia a dia e daquilo que hoje é refletido dentro de uma comunidade, como a escola.

O primeiro aspecto para o qual quero chamar atenção é a constituição do ser humano. Trabalhando com crianças e jovens, percebemos que essa formação se dá em estágios. Falando de formação em valores a partir dos estudos de pesquisadores, de psicólogos, de gente que acompanha e estuda o fenômeno infância e juventude no mundo, nós encontramos o grande estudioso chamado Kolberg, que nos diz o seguinte: “No caso de um ambiente familiar mal-estruturado, a criança buscará modelos fora do âmbito familiar para construir seu sistema de valor ético-moral.” Quando falamos de formação de valores, está cada vez mais claro na sociedade, na educação, que ou esses valores existem no ambiente onde se vive, ou eles não serão apreendidos.

O que acontece muitas vezes? Quando o mundo interno se encontra mal-estruturado e pobre em imagens identificatórias, os meios de comunicação social passam a ter o poder de oferecer solução a conflitos internos. Não é que a violência em si, ao ser contemplada, gere conseqüentemente um outro fato violento. Mas percebemos, pela desestruturação da grande maioria, ou por falta de tempo, ou por não saber como educar, ou por determinados fenômenos familiares que estão acontecendo, que a criança está muito mais aberta a encontrar a violência como única solução. A exposição à violência, a exposição de fatos violentos – e não somente uma luta, mas qualquer fato de violência via televisão –, leva a criança que não tem identidade ou não tem estrutura psicológica formada à conclusão lógica de que a violência é, sim, solução para os problemas.

Isso é fruto de pesquisas de anos e anos.

O que caracteriza a violência nos dias de hoje é que ela vem sendo utilizada como uma forma, às vezes a única, de dar vazão às insatisfações pessoais e sociais. Nós sabemos que hoje o fenômeno das gangues acontece constantemente nas portas de nossas escolas. Eu recebo, na porta de uma escola, outros grupos, muitas vezes movidos pela violência, pelo desejo de luta, pelo desejo de massacrar, de bater. Um grupo da escola “A” vai à porta da escola “B” confrontar-se com o grupo desta escola, atingindo principalmente os menos favorecidos.

Pode até ser que alguém com grau de cultura e compreensão assista a uma luta pela televisão e diga que aquilo é simplesmente uma luta, não o atinge, não o influencia. Mas a quem destinamos essa imagem? O fenômeno é tal que hoje um pai, uma mãe, um educador não vai deixar, conscientemente, uma criança assistir a alguém, na rua, bater em outra pessoa, massacrar ou matar outra pessoa. Nós nos cercamos de todas as possibilidades. Mas a televisão trás tudo isso para dentro de casa. Então, como promover educação da criança nesse sentido?

O pesquisador Jeffrey Johnson, da Universidade de Columbia, realizou um estudo em que acompanhou um grupo de 800 crianças dos 5 aos 30 anos, ou seja, durante 25 anos. Uma das conclusões a que ele chegou com a pesquisa foi de que o tempo de exposição a cenas de violência está significativamente associado à participação em brigas com vítimas e em crimes de morte. Essa pesquisa foi publicada em 2002, na revista Science, reconhecidamente muito séria em termos de pesquisa.

A *American Medical Association* publicou, em 2001, um estudo sobre o problema. Nos Estados Unidos, é claro, esse tipo de exposição já existe há muito mais tempo. O estudo diz que “os dados apontam, de forma impressionante, para uma conexão causal entre a violência na mídia e o comportamento agressivo em crianças e jovens.”

A neurociência, que tem avançado enormemente – não temos tempo de aprofundar o estudo – diz-nos e também percebemos que TV é condicionamento. TV é condicionamento. Se não fosse, ninguém investiria milhões em propaganda. Se não desse certo o condicionamento feito pela tevê, ninguém investiria mi-

lhões em propaganda, ninguém pagaria milhões para uma atriz global botar o pé para cima e amarrar a sandália para ser vista por milhares de adolescentes. Por que isso? Porque é um fenômeno subconsciente.

Hoje, se eu conversar com alguns dos senhores aqui, e alguém me perguntar daqui a meia hora de que cor era o sapato do Deputado Fábio Faria, eu direi que não sei. Mas se amanhã alguém me hipnotizar e a minha visão tiver captado o sapato do Deputado Fábio Faria, eu, sob influência da hipnose, direi qual é a cor do sapato. Então, a televisão atinge o nível subconsciente e a neurociência está aí para provar isso, para provar que o ser humano, principalmente a criança, entra num estado semi-hipnótico em trinta segundos diante de uma televisão. Por quê? Porque ela está estática, recebendo luzes a trinta vezes por segundo, imagens geradas a trinta vezes por segundo, com som fixo e na penumbra. Se perguntarem a um psicólogo ou psiquiatra o que é isso, vai dizer que isso é hipnose. Trinta imagens por segundo, um som fixo, na penumbra: isso é uma sessão de hipnose. Pergunte, sem dizer que está assistindo televisão.

Dizemos que é missão da família proibir e dizer à criança para não assistir televisão. A reflexão que eu faço, na qualidade de educador, é esta: a mentalidade educacional deturpada das famílias de hoje leva os pais a acharem que não devem coibir nada, pois qualquer controle talvez crie traumas. Esta é uma expressão de um livro chamado *Quatro Argumentos para Acabar com a Televisão*, de Jerry Mander, 1978.

Aqui entra outro foco em que temos de prestar muita atenção. Se o negócio das estações de tevê é vender telespectadores aos anunciantes, elas jamais controlarão seus programas enquanto estes atraírem audiência. Ninguém vende luta, ninguém vende futebol, vende quantidade de telespectadores. É isto o que interessa para fazer girar o mercado da comunicação: a quantidade de telespectadores.

Finalmente, a conclusão: Neil Postman, autor do livro *O Desaparecimento da Infância*, diz que a TV e em particular seus programas violentos fazem com que as crianças deixem de ser infantis.

Essa foi a nossa contribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada.

Agradeço a todos os palestrantes.

Passo a palavra, com muita alegria, ao Senador Arthur Virgílio, que vem aqui menos como Líder do meu partido no Senado e mais como lutador que é.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Sra. Presidenta, queridos Artur Mariano e Wallid Ismail, Sr. Relator e demais Parlamentares presentes, vou dar um depoimento bastante objetivo. Eu ia mesmo procurar o Deputado Mentor, com quem mantenho relações as mais cordiais, até que o Deputado Fábio me disse da oportunidade de se discutir a questão de maneira mais aberta.

Louvo a intenção do Deputado José Mentor e sua preocupação com o ser humano. Faço questão de separar violência das *Mixed Martial Arts* e violência das artes marciais de modo geral. Ao contrário, eu ligo as artes marciais a comportamento pacífico, a temperamento domado, a autocontrole.

Muitas vezes há notícia nos jornais do tipo: “lutador de *jiu-jitsu* ou lutador de *muay thai* fez e aconteceu no bairro tal.” Dificilmente é um lutador de verdade, é alguém que passou três ou quatro meses na academia, às vezes foi expulso pelo dono da academia, pelo seu mestre, e ele próprio faz questão de fingir que é um lutador, coisa que ele jamais seria. Se fosse, não estaria promovendo arruaças.

O projeto do Deputado Mentor trata da proibição do televisionamento e não da luta. Nessa hipótese, meu prezado Deputado Mentor, essas lutas aconteceriam de maneira clandestina em fundo de quintal, sem assistência médica, sem regras, à base de “clube da luta”, como já vimos em tantos filmes que chocam pela violência.

Temos de separar o lutador preparado do homem comum. O lutador preparado enfrentando outro lutador preparado têm queixos semelhantes, punhos parecidos, fôlego de longo alcan-

ce. E há o juiz. Muitas vezes o juiz falha, mas ele tem a obrigação de separar os lutadores no momento exato em que percebe que alguém está sem condições de prosseguir. O córner do jogador em desvantagem pode jogar a toalha, e, em caso de finalização, o lutador dá os três tapinhas e acabou.

Não considero que haja violência e quero chamar atenção para o comentário, aliás, se não me engano, do meu próprio xará, o Artur Mariano, sobre o último *Jungle Fight*, empreendimento muito significativo das MMA, que o Wallid Ismail faz – estava lá o Walter Feldman. No sábado, em São Paulo, promoveram-se diversas lutas, uma de *muay thai*, pelo menos que eu me lembre, outra de boxeador contra lutador de *Jiu-Jitsu* e várias misturadas. Não me lembro de nenhuma ocorrência médica. Não há um só jogo de futebol em que não registre uma ocorrência médica, às vezes muito grave. Não me lembro, no MMA, de ter havido nada parecido com aquela torção do joelho do Ronaldo Fenômeno. Não me lembro disso.

Por outro lado, percebo uma cena final. Aquele que perdeu, às vezes, até por nocaute técnico, em seguida está refeito. Ele está preparado para isso. Ele se levanta, cumprimenta o adversário e vai para casa. Tem um prazo de três ou seis meses de interdição para lutar, de três ou quatro meses sem poder treinar, fazendo luvas, fazendo *sparrring*. Se houvesse a clandestinidade dessas artes, desses confrontos, passaria valer mesmo literalmente tudo, porque é um equívoco se chamar de vale-tudo as *Mixed Martial Arts*. Elas não são vale-tudo.

Diria que o boxe – aprecio o boxe, já o pratiquei – é muito mais duro do que as MMA, porque uma das defesas que o lutador usa é a cabeça. Isso não considero correto. O *muay thai* afasta com o pé e protege a cabeça. O *Jiu-Jitsu* objetiva levar para o chão, de preferência sem trauma, derrotar o adversário por resistência, enfim.

O fato é que entre os boxeadores as incidências de trauma cerebral acontecem uma vez ou outra, entre pessoas leves. Entre os mais pesados, não. Os leves batem muito um no outro e acontece isso.

Não estou me recordando de nenhum evento de monta – UFC, *Strikeforce*, *Storm*, os feitos aqui no Brasil como o *Bitetti Combat*, o *Jungle Fight*, do Wallid –que tenha sido registrado um óbito ou a invalidez de alguém. Pode ser que na clandestinidade isso aconteça. À luz do dia não acontece. Para haver assistência médica imediata, isso requer juiz competente e bem pago, requer cuidados médicos efetivos e que os lutadores passem por uma avaliação muito grave antes de subirem ao ringue ou ao octódromo.

Quero chamar a atenção para os empregos que geram. O Wallid faz seu empreendimento e não tem direito ainda de receber *pay-per-view*. Caso contrário, ele ganharia 1 milhão e meio, 2 milhões de dólares a cada evento. Nos Estados Unidos, *pay-per-view* maior do que as MMAs só o futebol americano, o *American Football*. Ninguém mais paga tanto *pay-per-view*. Há emprego para o massagista, para o carregador do balde, para o treinador das diversas modalidades. Hoje, para alguém subir ao octódromo e justamente não se machucar, Deputado Mentor, precisa saber *Jiu-Jitsu* – aí puxo um pouco a brasa, puxo a sardinha para o meu lado, é a base, a meu ver – precisa saber bastante *muay thai*, precisa saber boxe inglês, precisa saber *wrestling*, que é a greco-romana americana. Não faz mal se ele tiver noções de sambo *russian* ou de judô. Isso não atrapalha em absolutamente nada. Se ele souber sumô, como Lyoto Machida sabe, não atrapalha em nada. Mas ele tem de pagar um especialista para lhe dar aula disso.

Por exemplo, o Rogério Minotauro tem um instrutor para cada modalidade que ele pode utilizar ao longo de um confronto com outro campeão do seu porte. É emprego que vem do turismo. As cidades se enchem de visitantes. As regras estão muito mais humanas e podem melhorar mais ainda. Se alguém quiser discutir regra, aceito discuti-las, sim. Eu não gostava das regras do *Pride* japonês.

O Wallid lutou no Maracanãzinho contra Eugênio Tadeu, que é um outro herói da luta livre, um homem de imenso valor. Wallid foi vitorioso, como aliás em toda a sua vida. Não havia

luva. Era praticamente um vale-tudo. Até a luz apagou na hora. Era um vale-tudo mesmo, era um faroeste.

O *Pride* permitiu chamar tiro de meta. Era uma brutalidade. Eu não gostava daquilo. Achava aquilo um exagero, um desrespeito em relação à saúde do atleta. Hoje não. Hoje, quando se vê o UFC, por exemplo, ou as demais instituições, percebemos que há uma crescente preocupação com a saúde do atleta, com o preservar da vida e da integridade física do atleta. Todos são extremamente saudáveis, são profissionais que estão ali. Fazem seu papel e voltam para suas casas.

O objetivo de um Anderson Silva, por exemplo, é se machucar o menos possível. Ele pretende também machucar o adversário o menos possível. Se ele puder, ele faz isso. Do ponto de vista econômico, aspiro ao Brasil que faça render tanto dinheiro quanto nos Estados Unidos hoje, quanto rende um nocaute (K.O.), no Japão, com regras fixas, é só *strike*, a chamada “trocação”, enfim.

O Brasil tem os melhores lutadores do mundo. Quanto mais à luz do dia, quanto mais claro o jogo, com regras humanas, as mais humanas possíveis, melhor para termos certeza da própria humanidade.

Sra. Presidenta Raquel, meu xará Artur Mariano, prezado Wallid e prezados colegas e companheiros da Mesa, Deputado José Mentor, Deputado Fábio Faria, peço um minuto a mais para concluir. Considero covardia um jovem agredir no trânsito uma pessoa com mais idade. Isso é uma covardia brutal. Dificilmente quem faz isso é lutador de arte marcial. Pode até mentir dizendo que é, mas não é.

Considero covardia não se observar os pesos. Os pesos são parecidos. Se querem propor uma mudança de regra, Wallid, por exemplo, o Brock Lesnar, com 125 quilos, magro – com 125 quilos é um homem que não cabe na televisão; ou cabe ele ou cabe o repórter; os dois juntos não cabem – não pode lutar contra uma pessoa com 100 ou 106 quilos. Teria de haver uma subdivisão de peso, porque é desigual. Ele é rápido, como se ele tivesse noventa quilos, é um rinoceronte. Por outro lado, é extremamente técnico e preparado, é um *wrestling* de alto nível, da American *Wrestling*, que é uma classe especial de *wrestling*.

Tenho muita esperança de que não precisamente as minhas palavras, hoje muito mais de admirador do que propriamente de praticante das artes marciais – embora ainda faça por brincadeira *Jiu-Jitsu* em casa e seja aluno de um aluno do mestre Artur Mariano, que é o Prof. Dídimo Neto, em Manaus.

Espero sensibilizar o Deputado José Mentor e passar a todos nossos democraticamente oponentes a ideia de que não há conexão entre isso e a violência. Ao contrário, não há conexão.

Vi outro dia – vou encerrar agora – uma coisa brutal. Deveria ter sequência aquilo. Eram garotos que sabiam luta, em Santa Catarina. Saiu no Fantástico eles trocando pancadas de modo desumano. Enfim, o menor que perdeu a luta estava sendo humilhado. Temos de saber quem é o irresponsável que promoveu aquilo, um lutador frustrado. Dificilmente é alguém com coragem efetiva para ele próprio enfrentar uma luta, exercitando sua frustração e sua covardia em cima daqueles menininhos. Não é isso o que aprendemos.

Se um amigo meu, se o Mentor me dissesse: “Eu tenho um filho, eu tenho um neto que quer fazer luta, o que você me aconselha, Artur”? A minha raiz toda é do *Jiu-Jitsu*, mas eu diria: “Mentor, ponha no judô para dar uma acalmada no menino, porque o judô, logo de início, não ensina chave-de-braço, não ensina estrangulamento. Ponha no judô. Quando ele tiver consciência do que significa estrangulado, do que significa puxar um braço, ele não vai fazer mais isso. Aí ponha no *jiu-jitsu*”. Depois eu diria: “Mas ainda faça ele complementar o *jiu-jitsu* dele com o muay-thai, com outras técnicas, se é que ele gosta mesmo desses esportes”.

Eu tenho certeza de que você terá em casa um filho ou um neto respeitador dos outros, sabedor da superioridade dele. Ele só reagirá se tiver de defender alguém da família, algo muito grave. Ele não será um provocador, porque sabe a arma que tem nas mãos. Ele é uma figura educada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Senador, para terminar, por favor.

O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Para terminar, diria mais: na academia de *muay thai* que frequento em Manaus

noutro dia foi expulso um menino porque brigou na rua. E era assim na academia do Professor Carlson Gracie também. Não éramos criados para brigar na rua, mas, sim, para aprendermos que não era para brigar e para disputar os campeonatos, ganhando ou perdendo, e sempre aprendendo a respeitar o adversário. Isso nos leva a dar valor aos outros, porque aprende-se a dar valor a si próprio.

Considero que o projeto é muito bem-intencionado, mas não colabora para elucidar a questão, na medida em que as lutas vão acontecer. Elas podem acontecer dando muito dinheiro aos profissionais cercados de proteção, ou clandestinidade, tipo rinha de galo, porque elas acontecerão. Tenho certeza de que daqui sairá uma bela síntese.

Quero agradecer ao Mentor o sentimento que demonstrou e quero depositar muitas esperanças na lucidez do Relator Fábio Faria, e aqui haverá um consenso.

Muito obrigado. Desculpe-me, mas aqui estou acostumado a não respeitar tempo, mas respeitamos lá fora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Senador.

Passo a palavra, com muito prazer, ao último palestrante da Mesa, Bispo Jerônimo Alves, Presidente da Igreja Universal.

O SR. JERÔNIMO ALVES – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Sra. Presidente da Mesa, Deputada Professora Raquel Teixeira, também companheira professora, como nós, sofredores.

Quero cumprimentar o nobre Deputado José Mentor. Eu saio daqui hoje, Deputado, com a certeza de que o seu mandato tem atingido todos os objetivos, porque esse projeto de lei representa a preocupação de milhões de brasileiros.

A fala do nosso querido Irmão Joaquim, do Professor Edgard Rebouças, enfim, isso nos dá a oportunidade de olharmos e fazermos uma análise do que gera violência de todas as formas.

Fui convidado pela Comissão de Turismo e Desporto para debater a questão da violência na tevê aberta. O Artur Mariano

citou algo interessante a respeito do que vemos na TV: agressões, violências, noticiários. Porém acho que um erro não pode ser seguido de outro. É uma comparação difícil de se entender.

Quero cumprimentar o mestre Wallid Ismail e o Carlos por defenderem suas causas. Achei de suma importância, Wallid, quando você falou do nosso querido amigo Walter. São 500 mil jovens do Força Jovem Brasil e o Walter, toda vez que faz a virada, leva 70 mil jovens do Força Jovem São Paulo, que estão com ele. O Juarez Santos é nosso ícone, veio do Força Jovem no Rio de Janeiro, é campeão do mundo de judô. Temos vários projetos, como o do Magno do Espírito Santo, que são louváveis. Isso nos dá a oportunidade de ver o ponto e o contraponto.

Estou fazendo uma análise até interessante, mas não poderia deixar de cumprimentar o nobre Deputado por apresentar projeto de lei que trata da questão da violência na tevê, muito embora tenha sido defendido pelos nossos mestres.

Eu também sou um cidadão que ascendeu de comunidades carentes. Nasci e me criei na comunidade D. Marta, no Rio de Janeiro. Não foi fácil para nós. Dizia para o Joaquim que ganhei uma bolsa no Colégio Santo Inácio de Loyola. Os ex-alunos que se formaram acabaram me dando uma bolsa. E eu, menino, descendo para colocar as compras dos carrinhos das donas de casa nos seus automóveis, acabei ganhando a simpatia de muitos do bairro e eles acabaram investindo em mim.

Eu ascendi dessa questão da pobreza. Minha mãe nos criou cozinhando num fogão velho o pouco que meu pai conseguia adquirir no seu trabalho digno. O Severino retirante nos ensinou a não roubar, a respeitar o próximo e a sermos cidadãos dignos, independentemente da maneira como nós ascendemos.

Hoje sou teólogo, professor de línguas, jornalista, estou no quinto período de Direito, fiz alguns cursos de extensão. Meu pai se aposentou como *maître* e acabei fazendo gastronomia também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Hoje sou um ícone. Tenho esta responsabilidade em meio a muitos jovens – o Walter sabe disso. Vou a São Paulo e reunimos 30 mil jovens num estádio. Vitor Belfort é nosso amigo. Nós o admiramos muito.

Eu ascendi dessa condição da miserabilidade humana. Nasci e me criei nessa comunidade, até que conheci a Igreja Universal do Reino de Deus num momento difícil da minha vida e encontrei a paz. Somos um povo ordeiro, um povo de paz, e somos contra todo e qualquer tipo de violência.

Vamos entrar um pouco na questão da ética, da soberania e da família, bem defendida pelo meu companheiro aqui. Hoje um filho jovem confunde direito com desejo. Ele diz para o pai: “Eu quero. Se o senhor não me der, o senhor não gosta de mim. Se o senhor não fizer o que eu desejo, esta ou aquela viagem, vou embora”. E o pai que não quer conflitos. Ele cede, dá o que pode e até o que não pode. Esse mesmo pai, essa mesma mãe dizem: “Minha filha, estude para você ser alguém na vida, senão você vai ser doméstica.”

E vemos jovens de classe média alta na Barra da Tijuca agredindo uma empregada doméstica motivados por esse tipo de informação, de educação, de valores. Quatro estudantes de Medicina agredem um idoso negro na rua. De onde vem tanta violência?

Acho que este é o momento de repensar nossos valores, a forma como estamos criando nossos filhos, porque isso traz à baila esta discussão. Mamãe sempre dizia que o mundo que vamos deixar para nossos filhos depende dos filhos que vamos deixar para este mundo.

Mais uma vez, quero dizer que ascendi de comunidades carentes, venci a violência através da minha incursão no Evangelho. O Walter sabe que temos o *jiu-jitsu*, o judô, mas o que estamos discutindo aqui é a questão da violência, que é muito abrangente, não é só a questão do MMA.

Não vi, no projeto de lei do nobre Deputado, a extinção do esporte. Nesse caso, teria um inimigo ferrenho porque eu iria entrar no circuito e defenderia, com unhas e dentes, essa questão do esporte. É notório o trabalho maravilhoso da recuperação de drogados, tanto é que nós o fazemos através do esporte.

Mais uma vez quero dizer ao nobre Deputado que está de parabéns por atender a um clamor de parte da sociedade que precisa dessa satisfação no que tange à questão da violência, se o esporte é violento. Vamos rever essa questão.

E de quem é a responsabilidade, como disse o Senador Arthur Virgílio? É daquele que fez a luta, que agrediu, mas não tem nada a ver com o seu mestre e a sua academia. Temos de discutir também a questão das responsabilidades.

Parabéns pelo seu posicionamento, bem como ao Mestre Wallid pelos esclarecimentos, ele que é um ícone para nossa juventude. Carlos, seu depoimento nos emocionou a todos e você também está de parabéns. Mais uma vez, digo que, para nós, é uma satisfação. Nosso posicionamento foi, é e sempre será contrário a todo e qualquer tipo de violência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Muito obrigada, Bispo Jerônimo Alves.

Encerramos a primeira parte da audiência pública, na qual os expositores apresentaram suas posições.

Agora, passaremos a palavra aos autores dos requerimentos. Um deles é o Deputado Jilmar Tatto, que cedeu o lugar ao Deputado José Mentor, autor do projeto de lei. O autor do outro requerimento é o Deputado Fábio Faria.

Portanto, passo a palavra ao Deputado José Mentor, por dez minutos e, depois, ao Deputado Fábio Faria, também por dez minutos. Em seguida, iniciaremos o debate com os Parlamentares que quiserem se manifestar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Apenas quero solicitar a V.Exa., Presidenta, que seja colocado o vídeo, porque vou gastar quatro minutos do meu tempo com algumas imagens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Está bem. Serão quatro minutos de imagem e seis minutos de palavras.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – As imagens vão falar melhor do que eu, que não sou especialista na área.

Sra. Presidenta, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. e os demais Deputados da Comissão que acolheram esse pedido e realizaram esta audiência pública de qualidade, tanto por parte dos que defendem a luta marcial quanto daqueles que a ela se opõem por vários motivos.

Quero, inicialmente, fazer jus e defender a minha assessoria, Wallid, porque, se dependesse dela, eu não teria apresentado o projeto.

Sra. Presidenta, quero começar de outra maneira, fazendo justiça à minha assessoria, porque, se dependesse dela, eu não teria feito o que fiz nesse caso. Também quero dizer que tenho um filho que é professor de Educação Física e faz especialização em Artes Marciais e um genro que é professor de *jiu-jitsu* nos Estados Unidos. Então, não tenho problema com luta marcial. A primeira vez em que ouvi a palavra *jiu-jitsu* foi da boca do meu pai, que era delegado de Polícia e aprendeu essa luta para defesa pessoal. Portanto, não tenho problema com lutas marciais. Muito bem, começamos por aí. Digo, ainda, que também assisti a Fantomas, Ted Boy Marino. Quando era moleque, apreciava aquela luta totalmente combinada, aquele *show*.

Sei que esse projeto é muito polêmico. O *Correio Braziliense* fez uma enquete em Brasília e, para minha surpresa até, o resultado foi superior a minha expectativa: 52% eram favoráveis ao projeto e 48% contrários. Quer dizer, trata-se de projeto polêmico, mas o importante é a discussão.

Dos componentes da Mesa – à exceção da Deputada Presidenta, que, é claro, conheço aqui da Câmara dos Deputados, e do Deputado Arthur Virgílio, que conheço desde 2003, quando fui ao Senado ser Relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – o único que conheço é o Carlos Maiolino, a quem convidei para participar desta audiência porque tem contribuição a dar. Não sabia que ele era Presidente do Sindicato dos Profissionais de Lutas e Artes Marciais de São Paulo. Eu o conheci num trabalho de periferia, ensinando *jiu-jitsu* à molecada. Eu quero que o trabalho continue; não é esse o problema, não estamos falando de idoneidade das pessoas, da disciplina, do regramento, do respeito. O projeto não fala disso, ao contrário, e acho que tem de continuar.

Eu sou frustrado, porque quis fazer luta marcial, assim como Arthur Virgílio fez, mas não tive condição. Isso me frustrou muito. Mas eu admiro muito quem tem esse controle, essa disciplina e sabe colocar coisas no seu devido lugar. Perdoem-me,

estou falando como leigo, não entendo dessas lutas. Aliás, passei a entender um pouquinho depois que apresentei o projeto. Mas o leigo que vê na televisão o que vimos aqui... Perdoem-me, é uma brutalidade, uma violência descomunal, uma agressão! Como disse Arthur Virgílio há pouco, é claro que o lutador vai tentar agredir o mínimo possível. Mas qual é esse mínimo? É até ele ganhar. Não é o mínimo possível; é até ganhar. Então, é o máximo possível, tem que derrotar. Mal comparando, passa a ser a orquestração de uma briga de rua. De novo quero dizer que, como leigo, não estou desrespeitando os profissionais, não estou desrespeitando aqueles que se educam e fazem disso uma profissão. Estou falando aqui de quem liga a televisão e assiste.

O senhor sabe por que apresentei esse projeto? Porque ouvi uma chamada na televisão de um programa do Sistema Brasileiro de Televisão (*SBT*) em que um lutador pegava o outro, virava de ponta-cabeça e batia a cabeça da pessoa no tatame como se fosse uma mão de pilão. Estou-lhe falando. Eu vou requisitar. E assisti uma outra chamada – não assisto luta, até porque não tenho tempo – em que um lutador imobilizou o outro com o pé, segurou-lhe as mãos e pôs o joelho na cabeça. Pelo amor de Deus! Para mim, que sou leigo, isso é uma brutalidade! O objetivo é atingir o outro, porque a regra é essa. Para ganhar, um tem de derrubar o outro, tem de machucar o outro, tem de agredir o outro. A regra não é marcar um gol, fazer um a zero, como no jogo de futebol. É claro que, num conflito, numa cabeçada, vi jogador se machucar, mas o objetivo da luta é derrubar o outro, atingi-lo, feri-lo, e há lesões graves.

Uma outra frase foi dita aqui: “Talvez o boxe não faça tanto sangue quanto”. Puxa vida! Espera um pouquinho, eu tenho uma compreensão: nessa luta, a agressão é dolosa, a pessoa tem que atingir. Ela conscientemente pensa: “Eu tenho que fazer isso senão vou perder a luta”. Ela tem a intenção de. No campo do Direito, doloso é isto: não queria, mas aconteceu. Aqui, não: eu quero fazer. E essa luta não tem nada a ver com caratê ou *taekwon-do*, é outra coisa, é um *mix*. O caratê é defesa pessoal, tem regra, tanto que foi para as Olimpíadas. Estamos falando de outra coisa. Não estamos misturando defesa pessoal, treinamento,

disciplina, regramento com a luta de que estamos falando, em que um lutador derruba o outro. Sabe o que me lembra? Vou mal comparar para bem comparar: lembra a Roma antiga, os gladiadores...

Deixe-me falar, porque você vai entender o que estou dizendo. Lembra-me o gladiador vencido, na arena, já derrubado, e o vencedor prestes a finalizar – lá, a morte era a finalização; aqui, não, porque a humanidade evoluiu. O imperador fazia assim com o polegar e o povo também fazia. Vejam que estou radicalizando ao usar um mau exemplo para dar um bom exemplo. E estou disposto a ir mais longe. Por que será que no Brasil proibem-se os rodeios? Porque ferem-se animais em rodeio, em briga de galo e rinha de canário. Por quê? Para não se maltratar os animais. E o ser humano, não? Não é somente eu que digo isso.

Eu quero aproveitar alguns minutos para ler algumas palavras do mestre em *Kung Fu*, Jackie Chan: “Arte marcial tem a ver com respeito. Quando alguém leva um knockdown, você para. Quando o cara cai, você para. Não luta”. Esse não é o espírito do MMA. Ele é quem está falando, não sou eu, e ele é especialista: “Quando você está no chão, eu vou te levantar. Pode continuar? Não está em condições? Então não continua”.

A intenção do projeto... Eu estou aberto, como disse o Carlos. De toda a Mesa, o único com quem conversei, rapidamente, foi com o Carlos, além do amigo dele. O Carlos eu conheço desde antes de vir a ser Presidente do sindicato. Aqui nós podemos conversar, há Deputados com muita experiência. O Feldman é Secretário de Esporte, o que é melhor do que lutar. É cartola.

Quando essa luta, que é um *mix*, ganha o tom da comercialização, desculpe-me, quanto mais sangue houver, melhor; quanto mais bordoadada houver, melhor; quanto mais, melhor, porque isso é que chama a atenção, isso é que atrai a pessoa para a televisão. Desculpem-me, mas vejam que estamos potencializando a agressão, a violência, a pretexto de ganhar mais dinheiro.

Quando dei aquele sorriso no momento em que você falou, pensei comigo: “Puxa vida, é um grande lutador e muito habilidoso”.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Deputado.

Gostaria de explicar aos participantes da Mesa que a audiência pública tem regras. Terminada a exposição do Deputado José Mentor, falará o Deputado Fábio Faria e, depois, todos vocês poderão responder a alguma pergunta – com certeza, o Deputado Walter Feldman vai querer – e teremos uma rodada geral, para encerramento, em que vocês farão suas considerações finais, em três minutos.

Com a palavra o Deputado Fábio Faria.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA – Sra. Presidenta, dos meus quatorze minutos, vou destinar cinco minutos para o vídeo e tentarei concluir nos nove minutos restantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Para ser justa, eu permitirei.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA – Sra. Presidenta, Professora Raquel Teixeira, demais expositores, quero cumprimentar cada um, Wallid, Terence, Artur. Cumprimento o Senador Arthur Virgílio, o Irmão Joaquim, o Bispo Jerônimo, o Carlos Maiolino, o Edgard Rebouças; cumprimento os Srs. Parlamentares, o autor do projeto, José Mentor.

Na época em que eu estava com esse relatório pronto já por três vezes para colocar em votação, recebi ligação do Deputado José Mentor, que nem fazia parte desta Comissão, e, atendendo a um pedido e vendo a importância de estar colocando uma matéria sobre a qual muitos Parlamentares – é pena que é difícil dar um quorum alto na Comissão – pudessem saber e deixassem de ser leigos no assunto, que soubessem um pouco mais do que é que trata o MMA. Depois de mestres falarem, não vou explicar, mas o MMA são artes marciais mistas, Deputado José Mentor, oriundas do boxe, do caratê, do judô, do *kickboxing*. Estou falando isso porque o projeto do Deputado José Mentor – lembrando aqui o Diretor do Colégio Marista, o Irmão Joaquim – depende do ponto de vista. O ponto de vista do projeto é a proibição da transmissão de lutas não olímpicas pela televisão.

Eu passei esse vídeo do futebol, mas eu tenho certeza de que o vídeo do Deputado José Mentor, que 85% a 90% foi de boxe,

com cenas chocantes, que é uma modalidade olímpica e que pode passar em qualquer canal, qualquer horário, pode ser vista por crianças de três, quatro anos de idade... O futebol não tem regras para violência. E essas cenas que nós vimos não são vistas no MMA. Entradas no joelho, quebrando a perna ou o pé, saindo para o lado, chute na cabeça. Nós vimos cenas chocantes. Isso foi um vídeo que eu vi agora.

Quando eu soube que ia haver um vídeo do Deputado José Mentor, entrei no *Youtube* e procurei “violências no futebol”, só para mostrar que nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, nós temos que separar o joio do trigo. E aqui nós estamos tratando do MMA, no qual, de 1993 para cá – não foi em 2001 que ele foi regulamentado? – não houve uma morte. E no boxe, Deputado – como V.Exa. falou, não há como comparar o boxe ao MMA – que é uma modalidade olímpica, em termos de violência, de 1993 para cá, houve 71 mortes. Então está havendo uma discriminação muito grande do MMA.

Comparando as lesões graves provocadas pelo boxe com as do MMA, são 3% contra 16%, quer dizer, são cinco vezes mais. Eu sou defensor total do boxe, do MMA e do esporte, porque nós estamos falando aqui de atletas profissionais.

O Senador Arthur Virgílio elucidou tão bem, explicou tão bem: são atletas preparados, passam a vida se dedicando ao esporte. Eu, que fui atleta profissional de tênis, cheguei a fazer ponto na *Association of Tennis Professionals* (ATP), dediquei três anos da minha vida treinando nove horas por dia ao esporte, sei o que o esporte faz com o ser humano. A disciplina ajuda na formação do caráter, você fica mais concentrado. É importante a socialização, o esporte para combater as drogas.

Eu, Presidente, tenho a felicidade de dizer que criamos a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack, da qual sou Presidente. As drogas têm um canal muito forte com o esporte, porque o esporte tira os jovens das drogas, ele ajuda a incluir socialmente as pessoas.

A luta marcial, as artes marciais, nós não podemos tratar como luta livre, que não existe mais. Nós não estamos na Comissão em 1972, 1970; estamos em 2010. Há internet, há números. Estou

falando de dados que qualquer um pode acessar. Fiquei muito tranquilo em não colocar o projeto em votação, porque eu tenho certeza de que o relatório contava com uma grande maioria, até que fizeram uma pressão muito grande no ex-Presidente Afonso Hamm para votar.

Achei importante esta audiência pública para quê? Para que todos pudessem observar e ter a certeza e a clareza de que nós podemos até, Deputado José Mentor, fazer um substitutivo que obrigue as televisões, os canais, antes das lutas, a expor as regras para as pessoas que estiverem assistindo fazerem uma classificação etária sem discriminação.

Vamos, também, ver todos os esportes que apresentam violência. Nas Olimpíadas de Inverno foram mais de três mortos. E todos viram: descendo no esqui e morrendo. Na Fórmula 1, apresentada todos os sábados, às 9 horas da manhã, quantos? O nosso Ayrton Senna, nosso ídolo. Quer cena mais chocante do que aquela?

Eu, adolescente, guardo aquela cena até hoje. Ele balançando a cabeça para um lado, batendo de frente para o muro. Será que isso não incita os jovens a pegarem um carro e sair a duzentos quilômetros por hora para fazer um racha, um pega?

Chegou a hora de acabarmos com a hipocrisia. Temos, não sobre esse projeto, mas em tudo, de ser mais sensatos. Esta audiência pública serviu para isso, para que pudéssemos ir mais a fundo, ouvir mestres, ouvir Artur Mariano, ouvir Wallid, ouvir Terence. Agradeço a eles e a todos que vieram até aqui.

Tenho certeza de que qualquer que seja o trabalho, inclusive do bispo... Sou católico, mas reconheço o grande trabalho da igreja evangélica, principalmente no Rio de Janeiro, de chegar mais perto das favelas, onde a polícia às vezes não entra, de resgatar jovens viciados em drogas e devolver-lhes a cidadania.

O esporte faz isso, a arte marcial faz isso. Porque você estar em um esporte em que há regra, em que há atletas profissionais que treinam, preparados por mestres, em que há uma alimentação regrada, em que eles fazem toda a preparação para ir a uma luta cheia de regras, com médicos, três juízes dentro do ringue, em que nenhuma morte é ocasionada no MMA.

Por que transmitir outros esportes com número mil vezes maior de acidentes do que o MMA e tirar o MMA do ar? Sra. Presidenta, eu tenho formado um relatório na minha cabeça e esta audiência pública serviu para que eu tivesse mais certeza, uma ideia ainda maior, com mais clareza, com mais tranquilidade de saber que nós podemos, sim, fazer um substitutivo para elucidar melhor a questão das regras.

O Senador Arthur falou que podemos até aprimorar mais uma ou duas regras que podemos incluir nesse relatório para fazer com que o projeto do Deputado José Mentor possa sair com algum substitutivo, e nós, nesta Comissão, possamos criar alguma regra.

Então, quero agradecer a todos. Cumprimento a Presidenta por esta audiência pública, cumprimento o Deputado José Mentor pela iniciativa. Tenho certeza de que S.Exa. está muito satisfeito porque esta audiência foi importante para toda a Comissão. Estou à disposição para discutir. Eu acho que os mestres podem contribuir também para chegarmos a alguma evolução, porque todos os esportes vão evoluindo. Vejam que o tênis muda as regras de acordo com o tempo. O futebol muda as regras. Agora há a lei do pênalti. Não pode mais haver a paradinha. Quer dizer, um mês antes da Copa. Então, eu acho que serviu de alerta e para mostrar a todos que nós temos de separar o lutador profissional do homem comum e deixar claro que luta não é briga.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Deputado. V.Exa. usou três dos quatro minutos que teria a mais. Foi cronometrado.

Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – E mais um, com o beneplácito da nossa Presidenta. Vou tentar ser o mais rápido possível.

Quero, em primeiro lugar, dizer que fiquei muito satisfeito com a audiência. Ela teve muito mais conteúdo, muito mais valor do que poderíamos imaginar, tudo suscitado pela iniciativa do Vereador Deputado amigo José Mentor.

Quero dizer que a característica principal do Mentor é ser polemista, o que é fundamental para o Parlamento, é debater ideias, apresentar aquilo que inclusive o incomoda como cidadão.

Quero salientar esse aspecto. O Deputado José Mentor trabalhou nessa matéria como cidadão. E S.Exa. tem o direito de fazê-lo porque ele também é um cidadão que recebe influência de familiares, amigos e da sua própria manifestação pessoal quando se impressiona mal com aquilo que vê. Eu diria que ele respondeu ao chamado senso comum, àquilo que nós vemos e com que nos assustamos à primeira vista.

Achei muito interessante, inclusive, os depoimentos religiosos e a gradação que se constituiu neste debate. A manifestação do Professor Edgard colocou um adicional de elementos informativos ao telespectador, para que ele possa saber exatamente ao que está assistindo, ter a informação adequada. Por sinal, regra é a nossa lei. Isso não foi feito e deve ser aperfeiçoado. Nós já conversávamos aqui sobre um eventual substitutivo que aperfeiçoe essa matéria.

Nosso Irmão Joaquim apresenta uma questão um pouco mais profunda: a comunicação e a violência. Pela exposição do irmão, essa questão também passa por um tema muito maior, que é a violência na televisão. Muitos filmes, muitas novelas, muitos outros esportes, às vezes, possuem dimensões de violência muito maior do que é possível no horário e de acordo com a legislação estabelecida.

Não há manifestação nenhuma organizada, inclusive de matéria legal, para que isso seja coibido. Nós sabemos que abrange hoje, infelizmente, grande parte da produção informativa, de entretenimento, da parte intelectual, infelizmente, da televisão brasileira.

Todavia, fiquei muito feliz ao participar desta Comissão por causa da Presidenta. Porque quem dirige a Comissão – vou deixar o turismo de lado – de Esportes, na Câmara dos Deputados, é uma educadora. E vim para cá com um desejo muito forte, depois de três anos e três meses de mandato como Secretário, de discutir a questão do esporte na educação brasileira. É isso que está faltando. Qual é essa característica? É uma violência

o que é feito hoje com o esporte, retirá-lo da educação formal. Isso é violento. É uma absoluta ignorância nós não compreendermos as características do Brasil, um País vocacionado para o esporte, e não colocar isso como matéria essencial na formação da cidadania. Porque é o esporte que traz elementos cognitivos, emocionais, éticos e estéticos de compreensão da solidariedade que a educação formal, muitas vezes, não traz. Ou seja, a nossa vida é profundamente dialética, conflituosa. Gandhi, quando trabalhava a questão da cultura de paz, dizia que há o conflito, o conflito existe. O erro da compreensão da cultura de paz é tentar colocar o conflito debaixo do tapete. Ele existe e deve ser enfrentado. Poucas atividades humanas tratam o conflito com tanta sabedoria como o esporte. Porque ele é real. A sociedade tem características de formação instintiva no ser humano que devem ser trabalhadas. Temos uma relação de contato. E o esporte traz o contato com regras, o que a violência e a vida não trazem. Não é apenas a questão da violência. A vida não traz. Isso tem que ser enfrentado na compreensão do esporte, numa dimensão muito maior do que aquilo que o Brasil infelizmente concebeu. Esporte de contato será violento sempre, portanto, terá de haver regras que disciplinem o excesso. Isto é tão forte e tão graduado que chega às lutas, nas suas variadas gradações, desde o judô, o caratê, matérias filosóficas. Sabemos que as lutas marciais são antes de tudo filosóficas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Milenares.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – ... conceituais.

Sabem qual é o esporte sagrado do Japão? O sumô. Mais do que qualquer outro o sumô. Tem um estádio de sumô no Japão para 70 mil pessoas. É extraordinário. E são regras de contato. Se deixarem, aqueles homens fortes e gordos serão violentos. A disciplina não permite. São movimentos divinos interpretados pela filosofia japonesa.

Parece-me então que essa dialética do conflito pode nos trazer a informação de que a luta é uma resposta à violência. Não se trata apenas de uma contradição simples do “eu luto e não brigo”, muito bem levantada pelo Wallid nas suas atividades,

iniciativas e empreendimentos, Deputado Mentor. Luta marcial pode ser uma resposta à violência da sociedade brasileira.

Na minha avaliação, se nós tivéssemos capacidade de universalizar o acesso às lutas marciais, nas suas mais variadas gradações, a sociedade brasileira seria menos violenta. Tenho certeza disso, porque ela introduz elementos, sejam de filosofia, sejam de regras e disciplinas, que são fundamentais, mas que não são aprendidos na educação formal.

Tenho acompanhado de perto essa discussão sobre as lutas marciais por dever de ofício nesse período em que lá vivi, e devo dizer que aprendi muito. Tive um debate intenso com a minha equipe, porque uma regra fundamental da minha gestão foi a cultura de paz. Trabalhei muito nessa linha. Vocês devem ir ao Pacaembu para verificar os nossos equipamentos. Eu coloquei a ideia da cultura de paz em todos os lugares, porque é nisso que eu acredito: numa sociedade que negocia seus conflitos, que medeia.

Há uma experiência educadora de inserir alunos no processo esportivo como árbitros, como juízes, para que haja sempre uma troca de papéis, para que se compreenda melhor e sob vários ângulos aquilo que deve ser a compreensão plena do esporte praticado.

Então, a proposta do Deputado José Mentor é muito interessante. Evidentemente, teremos de encontrar uma saída negociada para esse “conflito” – entre aspas – de concepções. Não se trata apenas de ideias, mas de concepções. Na conclusão da proposta do Deputado José Mentor há muita agressividade. S.Exa. está usando o senso comum do cidadão José Mentor. Por exemplo, ele fala em “inibir a banalização dos atos de violência”. Ele considera atos de violência o MMA. Ou seja, é um preconceito que expressa na formulação do seu projeto, e vamos trabalhar para corrigir isso. Coloca também cenas de violências explícitas e voluntárias com o fim de saciar a sanha de alguns em busca de fama e dinheiro fácil. São afirmações que não correspondem, na minha avaliação, Deputado José Mentor, àquilo que, temos certeza, será um consenso.

Dizer que é comércio... Não há nada mais comercial do que o futebol profissional. Nada. Futebol é um grande negócio. O

Presidente Ricardo Teixeira, quando vier aqui, dirá isso. A Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) é uma entidade privada, empresarial, um grande comércio. Se fosse diferente, seria muito melhor, mas faz parte. É evidente que há aspectos comerciais e empresariais que permitem inclusive o acesso universal a essa informação. Seria clandestino, como disse o Senador Arthur Virgílio.

Então, ao encerrar, porque tenho de cumprir as regras, cumprimento as Igrejas Evangélica e Católica por introduzirem nas liturgias clássicas elementos de esporte e de música, como não havia antes, até para atrair a juventude, que hoje infelizmente está marginalizada, no caminho das drogas, e que poderia ser atraída para o bem se praticasse mais esportes, inclusive os relacionados às lutas marciais.

É muito bom o debate. Parabéns à nossa Presidenta, parabéns aos Deputados Faria e José Mentor. Estou absolutamente pronto para preparar e aperfeiçoar algo que seja reconhecido pelo Brasil, ou seja, o sucesso das lutas marciais em nosso País.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Pela ordem, Sra. Presidenta.

Não era minha intenção, mas sabendo que V.Exa. é uma grande regimentalista, vou pedir a palavra como autor do projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – V.Exa. tem três minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Três minutos, com a tolerância sempre da Casa, o relógio da Câmara.

Quero agradecer ao Deputado Fábio Faria pela consideração, bem como a V.Exa. pela realização desta audiência.

Acho que marcamos aqui dois tentos. Primeiro, ouvir pessoas ilustres e que conhecem a matéria. Segundo, ouvir do Relator que podemos fazer um substitutivo, um avanço muito grande, tendo em vista que o parecer tem sentido contrário. Temos agora regras para discutir um substitutivo.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sou um conciliador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – São dois aqui, então.

Quando fiz minhas considerações sobre a televisão – não me referi especificamente a negócio, embora no capitalismo tudo

seja negócio – quis dizer que uma coisa é o negócio matar o outro e jogar futebol é outra coisa.

Imaginem uma fatalidade, como às vezes vimos no futebol, quando um jogador quebra uma perna, acidente que pode acontecer em qualquer lugar como, por exemplo, em casa, tomando banho – escorrega e quebra a perna, uma fatalidade.

Imaginem, Deputados Feldman e Fábio Faria, se num concurso desse, de lutadores, acontecer uma encrenca e eles resolverem brigar! É só para imaginar. O que vai acontecer com quem estiver perto deles? Já imaginaram isso? Pelo amor de Deus! Vamos então colocar as coisas no lugar.

Quero fazer uma pergunta para a *RedeTV!* Por que o programa se chama *UFC Sem Limites*? Por que sem limites? O sem limites quer dizer vale tudo? Não, aprendi hoje aqui que vale quase tudo; quase tudo, algumas coisas não valem.

Pois bem. Quando há briga no futebol, ou na luta, tem que prender, tem que responsabilizar. Rixa é outra coisa. Estou falando de esporte? Não, estou falando de outra coisa; estou falando de violência mesmo, como disse e tentei mostrar.

Estou aberto a discutir uma regulamentação. Por exemplo, não se pode colocar dezoito anos. Vamos ver se é só horário ou regulamentação da idade, se podem alguns golpes e outros não. Ouvi aqui que não pode a ponta do cotovelo, mas pode naquela luta. E não foi tanto assim. Aquela luta que parece de boxe, mas não é, tem joelho, é o *muay thai*. É outra coisa, não é boxe. Aliás, preciso ter mais aulas com o senhor para aprender o que é *muay thai*. Eu não sabia o que era, aprendi aqui. Boxe é uma coisa, *muay thai* é outra.

Digo isso como leigo, porque vejo as coisas como elas aparecem. Tenho abertura suficiente para dizer que temos de evoluir nesse *mix* de lutas. Vamos aproveitar tudo de bom que tem o *tae-kwon-do*, o caratê, as lutas de defesa pessoal e impedir a barbaridade que temos visto em alguns lugares, como vimos aqui hoje. Estou disposto a fazer isso.

Tenho certeza de uma coisa, Deputado Fábio: consegui modestamente trazer a solução do problema do tatame para a Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Muito obrigada, Deputado.

Antes de passar à rodada final, consulto o Deputado Marcelo Teixeira se deseja manifestar-se.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Sra. Presidenta, estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada.

Não irei necessariamente repetir a ordem de chamada.

Para facilitar, vamos passar a palavra ao Sr. Edgard Rebouças e dar sequência...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Posso fazer uma sugestão?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Uma ponta com a outra ponta e o mesmo jogo na outra rodada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Tudo bem. Mas pode ser que nem todos aqui queiram se manifestar. É uma oportunidade que os convidados têm de apresentar suas considerações e se despedir, se assim desejarem. Podem inclusive não fazê-lo.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA – Quero apenas, como Relator, Sra. Presidenta, dizer que quanto ao que ouvi do Deputado José Mentor sobre o substitutivo, seria dentro do que eu achar justo e sem discriminação, sem preconceito e, a meu ver, mudando praticamente 95% do projeto. Não sei se seria o caso, mas estou aberto a isso em nome do esporte e no das artes marciais. Eu tenho certeza de que pelo que ouvimos aqui, poderemos sim chegar a um consenso, a um tom conciliador, o que será melhor para todos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Sra. Presidenta, peço a palavra, porque fui citado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Aí, vamos começar a entrar numa discussão, que é pós-audiência, de como vai ficar o relatório. A audiência não é para isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – É só para cumprimentar o Deputado Fábio Faria, dizendo que nós podemos rasgar esse projeto, desde que arrume a luta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Prof. Edgard.

O SR. EDGARD REBOUÇAS – Causou-me estranheza, Deputada, quando estava acompanhando o andamento desse processo, que não houve nenhum apenso, nenhuma emenda, não houve nada. Da mesma forma como foi apresentado, chegou à Comissão e recebeu parecer contrário. Achei isso muito estranho, porque no processo parlamentar há negociações. Eu não sabia que a negociação só ocorreria a partir da audiência pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Não necessariamente. É que ninguém se manifestou no tempo devido. Há um prazo regulamentar para emendas, e ninguém as apresentou.

O SR. EDGARD REBOUÇAS – Felizmente nós todos pudemos colaborar com os Deputados, nossos representantes, incumbidos do papel de fazer as leis.

Só para esclarecer um pouco mais essa questão do esporte e negócio. Nos Estados Unidos foi a televisão que impulsionou a criação dessa quantidade de esportes que são transmitidos. A televisão criou monopólios. Eram três grandes emissoras, uma passava futebol, outra basquete e outra beisebol. E qualquer um que quisesse transmitir esses esportes não podia. Então, tiveram de sair inventando esportes nas outras emissoras locais. Daí esses outros esportes que não são olímpicos acabam ocupando espaço e ganhando popularidade.

Um ponto interessante, e os Deputados devem levar isso em conta, é que sempre houve um debate na comunicação sobre o real e a fantasia, principalmente para a criança e para o adolescente, o que é real e o que é ficção na televisão. Nesse caso específico, é tudo real. O sangue é real, não é uma representação da cena de uma novela em que a mãe bate na filha ou alguma coisa assim. Então, com isso também se pode saber o que vai gerar

nesse adolescente ao perceber que o real está sendo legitimado ali como uma violência e não como uma fantasia.

Um terceiro ponto é uma teoria da comunicação que se chama síndrome do mundo cruel, em que vemos que existe mais violência exibida na televisão do que na vida real, ou seja, há mais tiro na televisão do que no dia a dia. Então, as pessoas acabam tendo medo de sair à rua, porque acham que vão ser atingidas por uma bala perdida, não vão mais a festas, porque acham que vão apanhar de um valentão qualquer, ou à escola, porque vão sofrer *bullying*, e não é tanto assim. Mas se a televisão começa a mostrar muita violência, pode gerar esse sentimento, principalmente por parte dos jovens, de não quererem sair de casa.

Um quarto ponto, quando o senhor disse, Deputado, para separarmos o joio do trigo, infelizmente, na história da televisão, a separação fica sempre muito joio e pouco trigo. Então, a maior parte da programação da televisão é de joio, há pouquíssimo trigo. Esse é um risco que temos de correr.

Faço uma proposta final de que seja, sim, feita uma regulamentação. Por exemplo, de início, eu não concordei com a suspensão da exibição dos programas, mas que haja então uma regulamentação de horários e classificação. A minha sugestão para Comissão, e seria interessante levar aos outros Deputados, é que não seja simplesmente a regulamentação desse tipo de esporte, mas que para as lutas olímpicas, como greco-romana, boxe, *tae-kwon-do* e judô, os Deputados elaborem uma normatização para que as televisões, que são concessões públicas, exibam obrigatoriamente esses esportes, porque estes só são vistos em época de pan-americano e olimpíada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Professor, fui informada de que os nossos convidados para a próxima Mesa já chegaram. Por favor, conclua.

O SR. EDGARD REBOUÇAS – A sugestão é essa: televisão não é só futebol, como não é só MMA. Televisão tem de mostrar esporte como cultura. Deputados, sugiram normas para que, até as Olimpíadas, os brasileiros conheçam os esportes via televisão, concessão pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, professor.

Tem a palavra o Sr. Artur.

O SR. ARTUR MARIANO – Vimos hoje o Irmão Joaquim e o Deputado José Mentor falarem sobre a influência psicológica nas pessoas do que é exibido na televisão. Muitas vezes, vemos brigas em partidas de futebol, acidentes em corridas de carro, de Fórmula 1, mortes no surfe. Observamos, por exemplo, a pessoa que está assistindo a uma partida de futebol e vê a violência, não durante o jogo, mas fora do campo, aquela violência que estamos cansados de ver pela televisão. Se ela tiver caráter, será que irá para rua jogar bola, fazer igual e brigar? Isso vai muito do caráter da pessoa. Quando a pessoa não tem caráter, aí sim, pode ver aquilo e querer fazer igual. Como numa corrida de Fórmula 1, em que se vê os pilotos correndo, a pessoa pode pensar: eu vou para rua e vou correr também. Então, isso vai muito do caráter e da criação da pessoa.

Quando se falou em socialização, achei muito interessante o que disse o Irmão Joaquim. Observamos, na luta, pessoas ilustres, como o hoje Ministro Fux. Particularmente, tive a oportunidade de treinar com ele quando ainda era juiz. Eu treinava *jiu-jitsu* com o Mestre Osvaldo Alves, que dava aula particular à época ao juiz Fux. O Mestre Osvaldo Alves levava para a casa do juiz os garotos que estavam começando, alguns eram *office-boys*, outros não tinham emprego e estavam tentando na luta. Muitos vinham de Manaus para o Rio de Janeiro, e ele os levava para treinar. É maravilhoso ter a oportunidade de treinar com um juiz, na maior simplicidade possível. O juiz daquela época se tornou Ministro. E vemos a simplicidade do Senador Arthur Virgílio. Ele tem um *muay thai* em Manaus, é um faixa preta de *jiu-jitsu*. Esse é o poder das artes marciais.

Para finalizar, é interessante o que disse o Deputado Fábio Faria, que vem defendendo essa causa, a respeito da criação de regras, como vem acontecendo no futebol, e de horários, como disse o nosso querido Edgard.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Artur.

Tem a palavra o Sr. Carlos.

O SR. CARLOS MAIOLINO – Para nós foi até engraçado. Eu não sabia que eu era o único convidado do Deputado José Mentor. Inclusive, quando ele me ligou, eu disse: “Mas, Mentor, você vai convidar alguém para bater em você?!” A grande chance que o Deputado Mentor nos deu foi a de ouvir o nosso clamor, como atleta e como Presidente de Sindicato, pela regulamentação. Regulamentar um programa de televisão é algo que o mercado já faz naturalmente. E disse isso a ele. Agora, é sempre bom estarmos atentos e de olho, valorizarmos os grandes eventos, como o *Jungle Fight*, que pode ser exemplo para criarmos essa regulamentação do MMA no Brasil, porque o que vem de fora já é regulamentado lá fora. Cabe à própria emissora, no seu cunho comercial, ver o que vai transmitir ou não dentro da regulamentação do horário e da programação.

A grande vitória aqui hoje está sendo esse substitutivo e a atenção dos Deputados José Mentor e Fábio Faria ao pensarem algo para o esporte. A grande transformação no nosso País se dá por meio do esporte e, como o Deputado Walter Feldman diz, do esporte educacional. Se conseguirmos universalizar as artes marciais, sem discriminação e com bons professores dentro das escolas, poderemos mostrar novas maneiras de ver o esporte de forma geral. Esse foi o grande passo dado hoje aqui.

O sindicato vai cobrar a universalização dos Deputados José Mentor, Fábio Faria e Walter Feldman e da Deputada Professora Raquel Teixeira. Vamos fazer um relatório, distribuir a todos os nossos afiliados e tocar em frente.

Somos vencedores aqui hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Carlos.

Com a palavra o Sr. Terence.

O SR. TERENCE MATTAR DE CARVALHO PAIVA – Ouvindo tudo, eu comecei a fazer os meus argumentos, e tive dois sentimentos aqui hoje. Primeiro, fiquei muito feliz porque todas essas preocupações aqui argumentadas foram as preocupações da

RedeTV ao criar o *UFC Sem Limites*, que já vou explicar o que é. Por outro lado, fiquei muito triste porque ninguém viu absolutamente nenhum dos 52 programas exibidos até hoje – absolutamente nenhum! Quisera eu que alguém, na infância que o senhor teve, pudesse ter assistido ao *UFC Sem Limites* e não *Fantomas* ou essas “fajutadas” que existiam. Assistir a um esporte com regras e respeito ao adversário. Se o senhor puder assistir a um, eu tenho certeza de que mudará a sua opinião. Nós temos uma preocupação fora do comum, semanalmente, em explicar ao público que aquilo é um esporte, são pessoas preparadas para disputá-lo, são pessoas que treinam, é a vida daquela pessoa.

Um dos nossos dois comentaristas é advogado e propõe, em todos os programas, que o MMA seja uma disciplina de educação física nas escolas. Um Deputado ligado ao nosso querido Lyoto Machida já estuda fazer isso no Pará. Em Abu Dhabi, o *jiu-jitsu* é dado na educação física, nas escolas.

Então, é preciso ver, porque isso que o senhor mostrou aqui é de vinte anos atrás. O *Pride* acabou faz muitos anos. Aquela cena de bater o pilão, como o senhor disse, acabou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Foi há um mês atrás, no *SBT*.

O SR. TERENCE MATTAR DE CARVALHO PAIVA – Não, de jeito nenhum. Na Internet, o senhor pega o que senhor quiser; o senhor pega até o *Fantomas*.

Eu gostaria também de deixar para o senhor o que li aqui, porque acho que também não foi ouvido. E o *UFC Sem Limites* simplesmente é só uma concorrência com o *pay-per-view*, porque lá há limites, paga-se para assistir. Na *RedeTV* é de graça, não se paga para assistir. É sem limites. Isso é explicado no programa. É só isso. Eu acho que é preciso assistir, acompanhar, e, aí sim, avaliar, monitorar, como há hoje ferramentas que monitoram as idades, a faixa etária. E a *RedeTV* faz isso de livre e espontânea vontade. Falta colocar o número da indicação. Com relação a todo o resto, eu saio daqui muito feliz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Terence.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Será que o senhor poderia mandar para nós, da Comissão, os cinquenta programas?

O SR. TERENCE MATTAR DE CARVALHO PAIVA – Claro, os 52.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Cinquenta e dois. E as chamadas?

O SR. TERENCE MATTAR DE CARVALHO PAIVA – Claro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Irmão Joaquim.

O SR. JOAQUIM OLIVEIRA – Eu queria começar agradecendo o convite para estar aqui hoje. Realmente aprendemos muito nesses trabalhos.

Como educador, destaco três aspectos. Primeiro, num processo de comunicação, há quem comunica e quem recebe. Não estou duvidando de quem comunica, não estou desconhecendo o trabalho, a coragem, a ousadia dos que estão aqui representando as artes marciais. Estou lembrando a esta Casa, que legisla para crianças e jovens deste País, que os emissores não estão preparados para tanto. Quantos milhares de analfabetos nós temos no País, de crianças que não têm essa compreensão, de crianças que percebem a diferença social entre pobreza e riqueza como vingança, como violência, e que leem nesses programas a possibilidade de esmagar, de bater! Estou falando para se ter cuidado com o receptor. Não é cuidado com o emissor.

Não concordo, Deputado José Mentor, em mostrar a luta mais “arrumadinha”. Não. A luta é essa, tem regras, tem definições. Está aí. Pratica quem quiser, de livre e espontânea vontade. Ninguém é forçado a praticar artes marciais. Mas cuidado para quem mostrar isso. A grande preocupação dos educadores é para quem estamos mostrando isso e como isso está sendo entendido. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é com relação a perceber que essas crianças e esses jovens estão em formação. Outro dia, assistimos a uma notícia, como disse o nosso amigo aqui, com relação à fantasia. Uma criança ficou presa – isso passou no *Jornal Nacional* – numa sala de aula no segundo andar. Ela passou a noite inteira presa na sala de aula porque a professora a esqueceu lá. Ela abriu a janela e disse para a repórter: “Eu me lembrei da TV e pulei, porque eu tenho força”. É a fantasia da cabeça da criança, que vê aquilo como possibilidade. Se a criança entende essa manifestação esportiva como violência que gera violência, está feita a desgraça no meio da infância e da adolescência. É sobre isso que estamos chamando a atenção.

Outro aspecto com o qual os que estão aqui podem contribuir muito é a qualificação dos educadores. Eu tenho, na minha escola, judô, capoeira e caratê. Nós rodamos Brasília inteira para conseguir um educador qualificado, graduado, porque é exigência da Secretaria de Educação. Muitas vezes são educadores que se fizeram lutadores, se fizeram formados nas artes marciais, mas não têm a pedagogia, o princípio educativo, a formação moral e ética. Isso é um complicador.

Um último aspecto. Uma vez – por participar de uma congregação internacional, que me concedeu viajar pelo mundo, muitas vezes vendo sistemas educacionais – visitei um colégio nosso em Bilbao, no norte da Espanha. A tourada é muito criticada na Espanha. O que o senhor dizia sobre a rinha, lá, a discussão é a tourada. Lá, havia um muro onde estava escrita uma frase que até hoje trago na minha memória: se tourada for esporte, canibalismo é gastronomia.

Se violência por violência for esporte, o que é o resto? Então, eu acho que esses são alertas. A nossa preocupação é com a formação dessas crianças e desses jovens que estão aí aos milhares, tentando sair dessas situações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Irmão.

Com a palavra o Sr. Wallid.

O SR. WALLID ISMAIL – Irmão Joaquim e Deputado, para encerrarmos, queria fazer apenas uma pergunta. Os senhores continuam – vejo que o senhor bate na tecla violência o tempo

todo – acreditando que a arte marcial, que o *Mixed Martial Arts* é uma violência? Desculpe-me, posso ter entendido errado, porque não é uma violência.

Na sua primeira fala, o senhor falou do problema nas escolas. Eu me vi nesse problema. Eu sou uma pessoa que tem essa experiência de vida em briga de colégio. O senhor sabe o que me tirou de tudo isso? Foi o esporte. Quando comecei a aprender a arte marcial, eu vi que isso só era para covarde. Brigar na rua não existe. A arte marcial mostra isso. É impressionante.

Vou falar um pouco sobre o seu vídeo, Deputado José Mentor. Aquelas são imagens antigas. Hoje, se tiver sangrando como estava sangrando, para-se na hora. É inadmissível o sangue jorrar, e a luta continuar. Isso não existe. O senhor se referiu também ao nocaute. Quando acontece o nocaute, que o atleta não consegue se defender, o juiz interrompe na hora, justamente prevalecendo o que é mais importante: a integridade física do atleta e de todos que fazem o *show*. Então, vamos ter essa consciência: não é violência, é um esporte com regras e juízes. Todas as vezes que comparam, sinto até uma dor no meu coração. Sei que não é seu interesse Irmão Joaquim, mas eu falo, de coração, que não tem nada a ver. O esporte leva as pessoas a ter uma vida melhor.

Agradeço muito ao Deputado José Mentor por trazer esse debate à tona. Foi muito importante.

O nosso querido Deputado Fábio foi extraordinário ao defender o esporte de luta e o esporte em geral.

Obrigado a todos.

É isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Confesso que, como educadora, estou muito tentada a entrar nessa discussão, mas vou me restringir de começar, porque senão eu é que não paro de falar.

Ao encerrar, não posso deixar de dizer que estou muito feliz com essa audiência pública. Tivemos depoimentos de altíssima qualidade. Cumprimento cada um dos expositores pela manifestação, pelo que demonstraram de conhecimento, de compromisso com a causa, de responsabilidade cívica. Foi um grande avanço.

O que vai acontecer depois é um desdobramento. Essa audiência pública está gravada e está à disposição de todos que quiserem ouvir novamente os argumentos aqui colocados.

Wallid, também saímos com a impressão de que em alguns momentos estamos misturando as coisas. Uma coisa é a luta respeitosa, disciplinada, com regras; outra é a briga violenta, da violência pela violência. Temos que saber fazer a distinção entre uma coisa e outra antes de partirmos para a regulamentação.

Agradeço de coração a presença a todos.

3. Audiência Pública para debater a regulamentação e o estabelecimento de normas para os esportes de aventura, pelo Ministério do Turismo

Ementa: Audiência Pública ocorrida em 30 de junho de 2010, com o objetivo de ampliar e aprofundar o debate sobre o processo de regulamentação e de estabelecimento de normas para o turismo de aventura, conduzido pelo Ministério do Turismo, com a participação de representantes de entidades atuantes no segmento de esportes de aventura.

Convidados: José Otavio Franco Dornelles – Presidente da Confederação Brasileira de Orientação (CBO); Jorge Steinhilber – Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef); Cláudio Rogério Consolo – Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Parapente (ABP); Silvério Nery – Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME); José Wagner Fernandes – Gestor do Comitê Brasileiro de Turismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/CB); Jurema Camargo Monteiro – Coordenadora-Geral de Eventos e Apoio à Comercialização do Ministério do Turismo; Jean-Claude Marc Razel – Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta).

Foto: Akimi Watanabe



Da esquerda para a direita: Jean-Claude Marc Razel, Jurema Monteiro, José Wagner Fernandes, Silvério Nery, Deputado Walter Feldman, Cláudio Rogério Consolo, Jorge Steinhilber e José Otavio Franco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Boa tarde a todos.

Com a chegada do Deputado Silvio Torres, damos início aos nossos trabalhos. S.Exa. é o autor do Requerimento nº 220, de

2010, em que solicita a realização de audiência pública para discutirmos a regulamentação e o estabelecimento de normas para os esportes de aventura, pelo Ministério do Turismo (MTur).

Declaro aberta a presente reunião.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. José Otavio Franco Dornelles, Presidente da Confederação Brasileira de Orientação (CBO); o Dr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef); o Sr. Cláudio Rogério Consolo, Presidente da Associação Brasileira de Parapente (ABP); o Sr. Silvério Nery, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME); o Sr. José Wagner Fernandes, Gestor do Comitê Brasileiro de Turismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/CB); a Sra. Jurema Monteiro, Coordenadora-Geral de Eventos e Apoio à Comercialização do Ministério do Turismo; o Sr. Jean-Claude Marc Razel, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – O Sr. Cláudio Rogério é ex-Presidente da ABP. Assessor jurídico da entidade, está representando oficialmente a ABP neste evento.

Informo também a presença do Sr. Cláudio Lúcio Dundes, Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); da Sra. Regina Cavalcante, Diretora do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; e da Sra. Saskia Freire Lima, Coordenadora-Geral de Segmentação da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo.

Eu quero ainda realçar a presença do Sr. João Tomasini, Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa); do Sr. Humberto Medaglia, Presidente da Associação Brasileira de Canionismo (ABCânion) – depois o senhor explica: é a entrada em cânion; do Sr. Fernando Martins, membro da Associação Profissional de Instrutores de Mergulho; e do Sr. Sérgio Viegas, representante da *Divers Alert Network* (DAN Brasil).

Pessoal, como a Mesa tem muitos integrantes e teremos um bom debate, sobre um tema tão palpitante, eu proponho que nós, na medida do possível, concentremos a apresentação, de maneira sintética, em dez minutos.

Com base na minha experiência, depois de um tempo vai cansando e vai esvaziando. Daqui a pouco se esvazia a Mesa.

Então, eu peço um esforço extraordinário de síntese. É fundamental termos a essência, o conteúdo principal das apresentações. Vamos evitar o detalhe, que em outra oportunidade poderá ser apresentado. É um pedido geral de síntese, para que a apresentação, as inscrições, a réplica e a tréplica deem à audiência o conteúdo necessário, o conteúdo suficiente para que depois possamos fazer o relatório e apresentá-lo à apreciação dos Srs. Deputados desta Comissão.

Está presente também o Sr. José Osório Naves, Diretor de Comunicação da Confederação Nacional de Turismo.

Muito bem. Vamos tentar?

Vamos passar a lista de inscrição aos Srs. Parlamentares para que se inscrevam.

Com a palavra o Sr. José Otavio Franco Dornelles, insistindo na possibilidade de redução do tempo da sua exposição.

O SR. JOSÉ OTAVIO FRANCO DORNELLES – Exmo. Sr. Presidente da Mesa; Exmos. Srs. Deputados; senhoras e senhores, eu tenho uma experiência no esporte por ter reunido um grupo de pessoas e fundado o primeiro clube da minha modalidade esportiva no País; por ter fundado a primeira federação estadual; por ter fundado a confederação nacional do meu esporte; por ser filiado à federação internacional da minha modalidade esportiva; por ter vinculado ao Comitê Olímpico Brasileiro o esporte que dirijo; e por ter instituído e regulamentado toda essa modalidade esportiva no País.

Vou fazer uma apresentação rápida, dentro do tempo que me foi concedido, para que os senhores entendam como funciona a estrutura da modalidade esportiva que eu dirijo no País.

A Orientação é um esporte em que o praticante tem de passar por pontos de controle marcados no terreno no menor tempo possível, com o auxílio de um mapa e de uma bússola. É uma corrida em meio à natureza, que utiliza como campo de jogo a própria natureza.

Os senhores podem observar aqui um atleta numa competição de Orientação: o atleta executa uma corrida, passa por todos os pontos de controle que estão marcados no terreno e termina a sua prova. Ao chegar, é computado o seu tempo.

O campo de jogo, como eu falei, é a própria natureza: é um terreno mapeado, preparado por técnicos especialistas do esporte, formados pelas próprias federações internacionais. O regulamento da Federação Internacional diz como devemos preparar o mapa de competição, o campo de jogo da modalidade esportiva. E o mapa só é aceito se estiver de acordo com as regras da federação internacional.

Aqui vemos a soma dos pontos de controle pelos quais o atleta tem de passar, que ele tem de visitar dentro da floresta, ou num parque, ou numa praça esportiva. Enfim, são os pontos pelos quais ele tem de passar no menor tempo possível para concluir o seu percurso.

Hoje, usamos equipamentos eletrônicos nas provas oficiais realizadas no Brasil. O atleta leva um *chip* e também é monitorado o tempo todo por um sensor. Nós podemos acompanhar o deslocamento dele no mapa.

Este é um equipamento eletrônico que fica na floresta. O atleta insere o *chip* nesse equipamento eletrônico, e fica registrada a sua passagem no ponto de controle.

Este é o mapa de competição. Como eu disse, é o único mapa padronizado em âmbito internacional. É um mapa para uma prova esportiva, regulado pela Federação Internacional de Orientação. Sem esse mapa não se pratica o nosso esporte.

É importante destacar que quem forma os cartógrafos de Orientação é a própria Confederação Brasileira de Orientação. Aliás, no ano que vem, teremos o Campeonato Mundial Militar no Rio de Janeiro. Não é o Instituto Militar de Engenharia que forma os militares habilitados a fazer esse mapa. Pelo contrário: é a própria Confederação Brasileira de Orientação. O Exército reconhece o militar que realiza um curso de cartógrafo da CBO e cadastra esses mapeadores. Esse curso é reconhecido pelas Forças Armadas.

Nós temos no Brasil, hoje, onze federações estaduais. Esses são os Estados que possuem federações estaduais, ou seja, neles há

competições, clubes, toda a estrutura esportiva de uma federação estadual. Nos outros Estados, há gerentes – ainda estamos em processo de organização do nosso esporte. Às vezes, funciona no local um clube e é feito um plano de cursos para que o esporte seja desenvolvido nos demais Estados da Federação.

Este é o número de atletas filiados à Confederação Brasileira de Orientação. Todos eles têm um presidente de clube, todos eles têm uma federação estadual e estão sujeitos às regras do desporto, inclusive do *doping*.

É importante destacar que, na Confederação, nós instituímos o esporte conforme a lei; as instituições esportivas estão registradas e funcionam de acordo com o Código Civil, ou seja, têm de declarar Imposto de Renda, cumprir as exigências da Justiça do Trabalho, contribuir para o INSS, enfim, atuam de forma legal. Além disso, têm de se enquadrar à legislação esportiva, têm de estar de acordo com a estrutura esportiva para serem reconhecidas e filiadas à Confederação.

Temos, portanto, onze federações estaduais; 102 clubes; diretoria-executiva; Superior Tribunal de Justiça Desportiva; quadro de mapeadores; quadro de árbitros e quadro de técnicos.

Esses técnicos, os professores, são graduados em Educação Física e registrados no Conselho Federal de Educação Física. Não aceitamos, de maneira alguma, que uma pessoa que não seja graduada, que não tenha feito curso de formação de técnico da Confederação e não tenha o seu registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) ministre aula do esporte Orientação. Ou seja, o MEC forma o profissional, ele se credencia no CREF e nós o habilitamos para atuar, para ensinar as pessoas e conduzi-las para a prática dessa modalidade esportiva. É assim que funciona, é uma condição para ser técnico da Confederação Brasileira de Orientação, ou seja, ter registro no CREF, ser professor, ter uma escolinha, trabalhar com esporte.

Temos também uma Comissão Científica, porque a nossa modalidade esportiva, por história, não está nos currículos escolares, nos cursos de formação. Fizemos convênio com várias universidades, capacitamos no esporte seis doutores e quatro mestres, que formam essa comissão científica que conduz e

valida os estudos que fazemos no âmbito esportivo, no caso do nosso esporte.

As categorias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Dr. José Otavio, já se passaram dez.

O SR. JOSÉ OTAVIO FRANCO DORNELLES – Vou concluir.

Então, o nosso esporte é novo. Foi criado dentro de uma dinâmica nova. É diferente do desporto tradicional, que é seletivo. Então, no Campeonato Nacional, há homens e mulheres, dos dez aos noventa anos de idade, competindo.

Por isso é que tem de ser um profissional habilitado para ensinar e, por exemplo, traçar o percurso adequado para uma menina de dez anos de idade que está disputando o Campeonato Nacional de Orientação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bom. Quero agradecer ao Sr. José Otavio.

Imediatamente, quero pedir ao Dr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, que inicie a sua apresentação.

O SR. JORGE STEINHILBER – Boa tarde, Deputado Walter Feldman, Deputado Silvio Torres e demais presentes.

Agradecendo a oportunidade de estar presente a esta audiência pública, gostaria de registrar a presença da Dra. Vera Lúcia Menezes Costa, a nossa especialista nessa área de esporte de aventura. Quando houve a primeira discussão relacionada à questão do turismo de aventura ou esporte de aventura, foi criada uma comissão especial no Conselho Nacional do Esporte, para exatamente fazer essas definições.

Então, passo a V.Exa., Sr. Presidente, o endereço, o telefone e o contato da Dra. Vera, para a continuidade dos trabalhos. Sem dúvida nenhuma, esta Casa vai necessitar de informações a respeito de toda essa problemática.

A nossa linha de intervenção, evidentemente, quando surgiu a primeira discussão, há seis ou sete anos atrás, foi no sentido de deixar claro que nós estamos falando de esporte de aventura e

que, em se tratando de esporte de aventura, sem dúvida nenhuma, essa questão tem de estar vinculada ao Ministério do Esporte, deve haver regulamentação esportiva e assim por diante.

Sem dúvida nenhuma, a atribuição do Conselho Federal de Educação Física, do Sistema Conselho Federal/Conselho Regional de Educação Física é a de zelar para que essas atividades sejam todas conduzidas com qualidade, com segurança, de tal forma que, em qualquer faixa etária, nós possamos ter o profissional de educação física dinamizando essa atividade. Essa é a responsabilidade do nosso sistema.

Sabemos que o esporte teve um crescimento muito grande. Saímos daquela fase primitiva de esporte de qualquer forma, de qualquer maneira. Hoje, o esporte é uma questão de negócio, o esporte é uma questão de educação, o esporte é uma questão de saúde, sem dúvida nenhuma. E precisam ser reconhecidos os riscos e os perigos de qualquer atividade esportiva. Não é dizer que o esporte só promove saúde, que o esporte só promove educação. Não. O esporte também, infelizmente, mata, o esporte também causa lesões. Daí a razão de esta Casa do povo ter aprovado a regulamentação da profissão, em 1998, exatamente para garantir à sociedade que todas as atividades físicas e esportivas passariam a ser conduzidas por pessoal qualificado, formado em curso superior e, sem dúvida nenhuma, habilitado.

Lembro sempre que – a gente esquece isso – a Medicina começou como arte. Nos primórdios, a Medicina era apenas uma atividade artística. Mas, hoje, na verdade, ela já é uma ciência. Ou seja, vale-se de todo o processo em razão de todo esse desenvolvimento. Podemos dizer que o esporte segue na mesma linha. Não é mais apenas uma questão de atividade física e, sim, todo um comprometimento em relação ao processo.

Surpreende-me não estar aqui representado o Ministério do Esporte porque, em 2005, houve uma reunião em São Paulo, desse grupo de especialistas da área do esporte de aventura, na qual foi elaborada uma carta. E essa carta foi entregue ao então Ministro do Esporte Agnelo Queiroz. Nela estava o pedido de instalação de uma comissão de esporte de aventura no Conselho Nacional do Esporte no sentido, exatamente, da normatização e

da elaboração de propostas de legislação que estimule a organização e o desenvolvimento do esporte de aventura no País. Essa questão foi discutida na reunião do Conselho Nacional do Esporte de 11 de novembro de 2005. E foi aprovada essa proposta.

Infelizmente, pelo que eu saiba, não houve nenhuma continuidade, a não ser o grupo de trabalho que foi constituído para traçar os conceitos do esporte de aventura e do esporte radical. Esse trabalho foi concluído, essa conceituação foi distribuída, está aprovada e foi publicada oficialmente pelo Conselho Nacional do Esporte.

Evidentemente, estamos tratando de um assunto muito sério. Na verdade, envolve atividade física em que é alto o risco de acidente, sem dúvida nenhuma. Portanto, é necessário preparo físico especial, é necessário muito cuidado com a saúde e, sem dúvida nenhuma, é necessária a segurança desses praticantes.

Essa questão é tão fundamental, ela é tão importante que, hoje, o esporte de aventura está inserido nas escolas. A própria Educação Física está tão interessada nessa questão do esporte de aventura... Há casos de diversas escolas que já oferecem o esporte de aventura como uma das atividades do seu currículo.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física defendem o ensino das atividades físicas sob orientação dinamizada por profissional da educação física. Evidentemente, entendemos que as normas relativas à preservação da natureza, das hospedagens, do estabelecimento de alimentação, do licenciamento e dos funcionamentos da segurança dos turistas e de outros aspectos podem ser e devem ser pertinentes a outros Ministérios. Deve haver aí uma conjugação.

Quero só, antes de encerrar, deixar alguns questionamentos em relação, principalmente, a este projeto de lei que tramita nesta Casa, que veio do Senado Federal. Ele deixa claro, no art. 2º, que a prestação dos serviços se refere especificamente a instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e pela operação de equipamentos. Ou seja, eles não se referem a instrução, ensino e orientação dessas atividades do esporte de aventura. Está claramente sintonizado aqui a preparação de local. O.k.

Preparação de local não tem nada a ver com o profissional de educação física, assim como a operação de equipamentos.

Há aqui várias normas da ABNT, que eu tive o cuidado de identificar, de verificar quais são. Há aqui várias normas relacionadas a turismo de aventura – o nome passou a ser turismo de aventura –, mas esse projeto de lei e essas normas não tratam da responsabilidade da pessoa que vai ensinar, orientar e conduzir essas atividades dentro do processo de esporte de aventura, até porque, sem dúvida nenhuma, não cabe à ABNT legislar sobre exercício profissional. A ela cabe legislar sobre normas de segurança, sobre normas técnicas referentes a situações e não a exercício profissional.

Eu fiz questão de verificar: realmente há várias competências de profissionais, mas todas elas relacionadas à preparação de locais, à segurança de equipamentos – saber dar nó, saber usar os aparelhos e dar segurança, evitando acidentes. Então, parece-me que não há nenhuma controvérsia em relação a essa questão.

No entanto, eu gostaria de alertar a Comissão para a necessidade de ser identificado de alguma maneira nesse projeto de lei a questão da condução dessas atividades, para que nós possamos garantir à sociedade a preservação quanto aos riscos e evitar que elas sejam conduzidas de qualquer forma e por qualquer um. Não me estou referindo à condução da pessoa que queira participar de uma atividade turística ou somente de uma caminhada. Não. Quanto a conduzir não há problema nenhum. Estou me referindo àquelas pessoas que vão ensinar e orientar, porque as pessoas não se jogam simplesmente no *Bungee Jump* ou fazem uma escalada. É preciso ensinamento, preparo e instrução para que isso aconteça.

Na verdade, a nossa contribuição, Deputado, seria nesse sentido, ou seja, trazer a preocupação de que, além da questão dos locais e da operação de equipamentos, seja inserida nesse contexto da discussão a condução, a instrução e a orientação dessas atividades. Seria essa a nossa contribuição.

Ficamos à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bem. Agradecemos ao Dr. Jorge Steinhilber.

Eu quero sugerir aos outros membros da Mesa que, pelo menos ao final da sua intervenção, fizessem uma ponderação sobre o objetivo final desta audiência, ou seja, sobre como nós devemos tratar a questão, apresentando a posição da instituição em relação a isso, para que não ficasse vaga a ponderação, para que não houvesse dúvida sobre a posição definitiva das entidades aqui representadas.

Peço ao Sr. Cláudio Rogério Consolo que faça a sua intervenção, ele que tem aqui a delegação da Associação Brasileira de Parapente.

O SR. CLÁUDIO ROGÉRIO CONSOLO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Walter Feldman. Um boa-tarde especial ao Deputado Silvio Torres, que, atendendo ao pleito das entidades do segmento, convocou esta audiência, que eu espero seja um divisor de águas na questão do turismo de aventura brasileiro, porque a atual situação não pode continuar.

O Ministério do Turismo criou um verdadeiro sistema esportivo de administração para as entidades, para as modalidades desportivas de aventura. A esse sistema, desde o início, diversas modalidades se opuseram, inclusive com a tomada de medida judicial, entre elas a ABP, a Confederação Brasileira de Orientação, a Confederação Brasileira de Paraquedismo (CBPq) e a Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos (CBPDS). E nós tomamos essa medida judicial.

O assunto é extenso, mas eu prometo falar em pouco tempo.

Para todo esporte de aventura existe um fator de risco que confere nome ao próprio segmento. A comercialização das atividades esportivas de aventura foi convencionada a se chamar de turismo de aventura. Nela, um não praticante é inserido na atividade esportiva através da operacionalidade de algum praticante, operacionalizando essa participação.

Exemplo clássico: salto duplo de parapente e salto duplo de paraquedas. Ambos, tanto o passageiro quanto o atleta, estão inseridos nessa atividade esportiva – um sob uma perspectiva formal, porque está ali operacionalizando o esporte de maneira formal; e o outro, o passageiro, também numa perspectiva de lazer, mas participando em maior ou menor intensidade,

conforme o tipo de modalidade, conforme o tipo de atividade esportiva de aventura.

Então, fica bastante claro que estamos tratando da comercialização de atividades esportivas. Portanto, técnicas, equipamento e formação pessoal, na comercialização das atividades esportivas, obviamente, são esportivos. A obviedade desse fato levou o Confef – e estou lendo o mesmo material que Jorge leu aqui, *A Posição do Confef* – a publicar em 2005, na sua revista, o seguinte:

“Cabe ressaltar que as normas de segurança, tanto do esporte em si, como do material e equipamento utilizado na sua prática, deva ser da competência das entidades representantes das respectivas manifestações do esporte de aventura.

Quanto às normas relativas à preservação da natureza, das hospedagens, dos estabelecimentos (...) de outros aspectos não inerentes à prática em si, mas ao seu contexto, entendemos caber ao Ministério do Turismo”.

Então, fica evidente que, na comercialização do esporte de aventura, temos um componente esportivo e um componente turístico.

A obviedade desse entendimento levou a II Conferência Nacional do Esporte a declarar:

“Os recursos humanos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com caráter multiprofissional e multidisciplinar, constituem-se de todas as pessoas que atuam no planejamento, organização, coordenação, fomento, incentivo, mobilização e implementação das atividades físicas, esportivas e de lazer, inclusas as oferecidas pelos esportes de aventura no chamado turismo de aventura.”

E ainda se declarou na mesma Conferência Nacional do Esporte:

“Os delegados da II Conferência Nacional do Esporte reconhecem que as atividades e técnicas vinculadas à prática dos esportes de aventura são eminentemente esportivas”.

Parece óbvio, mas tal obviedade não é vista por todo mundo. É óbvio para os senhores, mas não é óbvio para o Ministério do Turismo, que criou um sistema paralelo de administração esportiva que drenou, até o momento, 15 milhões de reais. É a informação que temos.

Eu trouxe uma denúncia que fiz ao Tribunal de Contas da União (TCU), um relatório de vinte laudas, de irregularidades a respeito dos 2 ou 3 milhões iniciais. Quanto aos outros milhões eu não posso falar nada, mas alguns pontos que estão aqui são bastante graves, e deles eu pretendo falar um pouco.

O que acontece? O Ministério do Turismo entendeu que a atividade, por ter sido considerada turística e chamada de turismo de aventura, devia ser regulamentada. E como regulamentá-la? Da forma que entenderam ser a melhor. E qual foi a maneira de regulamentá-la? Dentro da sistemática da ABNT, exatamente contra a qual temos ações. Ou seja, passaram um verdadeiro trator sobre as entidades esportivas do segmento.

É interessante eu ler aqui alguns *e-mails* trocados pelo representante do Ministério do Turismo, porque dão bem o ponto em que se orientou a formatação dessas regras. É bem interessante. O representante do Ministério do Turismo que cuidou da formatação disso tudo na época diz assim:

“Conhecendo a burocracia de Brasília e os corporativismos desse pessoal acho difícil lutar contra uma regulamentação já existente e oficial (...) nas comunicações oficiais o nome condutor tem que ser utilizado. Mas na prática, para o grande público, continuará sendo guia”.

Esse foi o início de uma discussão a respeito da escolha do termo que ia designar o atleta que está operacionalizando a atividade esportiva na comercialização do turismo de aventura, ou seja, o nome “condutor” e não o nome “guia”. Como os senhores devem saber, a atividade profissional do guia já é regulamentada, cuja defesa profissional é encargo do Ministério do Turismo. Mas eles queriam criar algo totalmente separado, mesmo dentro do Ministério do Turismo.

Aqui a questão esportiva nunca foi tratada. Eu estou falando de *e-mails* de 2003. Nessa época, esse pessoal do Ministério do Turismo declarava, mesmo em palestras dadas na Adventure Sports Fair, que isso era questão turística, que não aceitava a interferência do Esporte, que não queriam nem saber. Isso foi dito claramente. Além do mais, foi escrito.

Ele diz mais:

“Novamente volto ao lado legalista que odeio mas que justamente para escapar dele, temos que tomar as precauções.

Guia é uma palavra proibida em tudo que estamos pensando em fazer, isto porque é uma palavra já apropriada por uma legislação manejada pelo MEC.

Qualquer palavra não regulamentada serve”.

Neste aqui eu acho que ele dá bem o tom do que foi feito: “Para mim a solução é simples (...)

Oficialmente, é condutor ou monitor. Todos os papéis oficiais estarão assim. Na prática, é guia. Os clientes vão chamar de guia. Se as burocracias reclamarem, os grunhidos caem no vazio, pois não há papéis oficiais chamando de guia. Com isso, ganha-se tempo. Se houver briga pelo uso indiscriminado será depois da certificação implantada”.

Outro trecho:

“(...) o barulho no mínimo faz parar o processo de certificação e obriga a redirecionar as energias para um assunto que pode ser contornado da maneira mais fácil. Daí que é mais prudente chamar de condutor, ir em frente rapidinho e depois ver no que dá. O público vai continuar chamando de guia”.

Pelo amor de Deus! Alguém queria que as entidades que tomaram conhecimento desse tipo – e já na formatação desse sistema – aderissem a ele? Por favor, gente! Por favor!

Qual foi a arquitetura desse sistema criado? Dessa discussão, depois foi fomentada por essa mesma pessoa, por esse mesmo grupo, a criação das entidades, das pessoas que comercializam a atividade esportiva de aventura. Nada contra. Quem participa da comercialização tem mesmo de se organizar, tem mesmo de tocar. Mas, como muito bem classificado pelo Confef, a questão relativa a turismo e não a questão relativa a esporte.

Dentro do sistema ABNT, a associação desses condutores, dessas pessoas que comercializam, quer dizer, foi incluída num comitê da ABNT; dentro do comitê, elas criaram normas desportivas para todas as modalidades, regulamentando todas as modalidades; essa entidade, de cara, já foi considerada uma espécie de uma secretaria nacional de esportes de aventura.

Enfim, o que acontece? É impossível, fora do ambiente de prática desportiva, sem levar em consideração o histórico esportivo dessa pessoa... Não basta que a pessoa tenha habilidade na modalidade. Essa pessoa ainda tem de mostrar que é coerente na modalidade. E esse grau de habilidade coerente, esse preparo que a pessoa realmente deve ter para conduzir uma atividade esportiva de aventura, seja a título oneroso ou não, seja vendendo a um terceiro ou não, só pode ser aferido dentro do ambiente das entidades esportivas! É impossível para uma empresa de fora desse ambiente esportivo dizer que um paraquedista está apto a fazer um salto duplo de paraquedas! É impossível alguém vir falar que alguém está apto na minha modalidade! Gente, isso não existe!

Criaram esse sistema e despejaram 15 milhões rapidinho. Fizeram rapidinho para depois ver no que vai dar! É exatamente a situação que vivemos hoje aqui. Quer dizer, fazem de tudo, criam uma situação e depois veem no que dá.

Para terminar, há um aspecto do qual eu não posso deixar de falar. As normas criadas pela ABNT têm caráter obrigatório. Eu vou ler o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, artigo que não depende de interpretação, que não depende de jurisprudência, que não depende de ninguém. A lei consumerista é muito clara para que o consumidor comum entenda os seus direitos. Diz assim:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços (...):

-
- VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas (...) pela ABNT (...).

Então, o que acontece? As pessoas da ABNT, dos comitês da ABNT, são, sim, uma espécie de legisladores, sim. Eles, sim, fazem normas que têm abrangência nacional, sem controle nenhum desta Casa. E não adianta dizer que isso é uma questão de interpretação. Não. No próprio *site* do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) há vários *links* –, recomenda-se que, pelo art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, havendo norma da ABNT, ela seja, sim, obrigatória. Está no *site* do Inmetro. Existem várias colocações.

Eu gostaria, para finalizar, de ler alguns pontos destas vinte laudas do TCU sobre os milhões iniciais que a Abeta recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – O senhor vai ler as vinte laudas?

O SR. CLÁUDIO ROGÉRIO CONSOLO – Não, não! Por favor!

A planilha de custos apresentada pela Abeta não discrimina de maneira pormenorizada os itens de despesa, o que não possibilita saber realmente do que se tratam.

Como decorrência da ausência de discriminação dos itens de despesas, os custos unitários atribuídos a cada item da planilha não possuíam nenhum embasamento.

Não há memória de cálculo ou outro elemento que desse suporte aos quantitativos previstos para cada item de despesa.

Mais da metade do custo total do projeto refere-se a serviços de consultoria (R\$1.424.000,00). Não havia no projeto nenhuma definição clara dos produtos finais dessas consultorias e muito menos da real necessidade do quantitativo previsto.

Os custos relacionados a passagens aéreas foram estimados sem levar em consideração as localidades de origem e destino. Simplesmente o projeto atribui um custo estimado e um quantitativo de passagens, sem indicar as localidades envolvidas. É óbvio que os custos alteram-se em função desta variante.

Assim como é óbvio que o componente dos esportes de aventura, no turismo de aventura ou não, é esportivo.

Deputado, para finalizar, vou ousar impedir que os Srs. Deputados desta Comissão exerçam aquela função atípica, a de julgadores, e pedir a emissão de um decreto legislativo que anule toda a exorbitância que foi feita em relação aos esportes de aventura.

Quero deixar claro que não vou citar nomes porque não combato pessoas, eu combato ideias. E eu tenho plena convicção do que os senhores estão fazendo, do que fizeram. Espero que consigam justificar realmente toda essa movimentação. Juro. Espero mesmo que consigam movimentar tudo isso, mas espero também que coloquemos um fim nesta situação, que coloquemos um ponto final nisso e reestruturemos isso, porque do jeito que está, meus senhores, não dá. Esporte de aventura não comporta esse tipo de coisa que estão fazendo. Simplesmente não dá.

Poderia falar muito mais tempo, mas vou me ater a isso.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bem.

Cláudio Rogério Consolo utilizou treze minutos. Portanto, uma síntese boa dos vinte minutos inicialmente concedidos. Gostaria de agradecer-lhe pelo esforço e dizer que a polêmica está aumentando, está esquentando. E é muito bom para a continuidade dos nossos trabalhos.

De imediato, concedo a palavra ao Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada, Sr. Silvério Nery.

O SR. SILVÉRIO NERY – Boa tarde, senhores. Agradeço a oportunidade de estar na presença dos senhores.

Vou falar rapidamente sobre a nossa atividade e, como pediu o Deputado, apresentar um posicionamento.

Bom, a Confederação Brasileira regulamenta a atividade de montanhismo. E o que é realmente montanhismo? O montanhismo é uma atividade que já foi chamada, até adequadamente, de esporte diferente, porque comporta um componente de aventura básico na sua origem. Ele é origem de boa parte dos esportes de aventura hoje existentes no mundo e, para nós, abrange uma quantidade bastante grande de atividades, desde a escalada em gelo e alpina, até escaladas no Himalaia, expedições, e a própria escalada em rocha, muito praticada no Brasil, principalmente, muito visível no Rio de Janeiro, além das caminhadas em montanha, o *trekking* de longa duração. E tem também a modalidade de competição, a escalada esportiva, praticada em ambiente controlado, o *indoor*.

Então, é uma atividade extensa e abrangente, que forma pessoas. É uma atividade que tem um componente formativo muito forte. Ela é muito pouco reconhecida porque a competição não é muito visível. Então, às vezes, ela é considerada uma espécie de não esporte, mas o lado recreativo, de lazer mesmo, e o lado educacional são muito fortes no montanhismo. As pessoas formadas no montanhismo são diferentes.

Um histórico rápido no Brasil. Muito conhecida e considerada o marco inicial do montanhismo, a escalada do Dedo de Deus, em 1912, apesar de um pessoal do Paraná sempre brigar comigo porque lá no Monte Olimpo, no Morumbi, parece-me, subiram em caráter esportivo um pouco antes, no século XIX ainda.

Mas a conquista do Dedo de Deus, no Rio de Janeiro, a capital do País, ficou muito famosa e se tornou um marco mais conhecido.

Depois, temos o primeiro clube de montanha. Foi o Centro Excursionista Brasileiro, ativo até hoje, fundado em 1919 no Rio de Janeiro. A primeira escola de formação de guias de montanha foi fundada em 1939, também no Rio.

E assim seguiu a história. Os clubes foram se formando. O Rio de Janeiro é um centro importante.

De 2000 a 2002, as federações estaduais foram fundadas.

Percebemos que, apesar de sermos diferentes – o montanhista é um anarquista por natureza, uma pessoa que não gosta de regras, que segue princípios e não regras –, sem nos institucionalizarmos,

não iríamos muito longe. Então, fundamos as federações em São Paulo, no Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em 2004, com a união dessas federações estaduais, fundamos a Confederação Brasileira, da qual sou Presidente, desde então.

Em 2006, nós nos filiamos à União Internacional das Associações de Alpinismo (UIAA), órgão máximo do esporte.

Em 2008, nós nos filiamos a outra entidade. Houve uma divisão em âmbito internacional. Existe a *International Federation of Sport Climbing* (IFSC), órgão de competição. Hoje, devido à ambição olímpica da escalada de competição, achou-se por bem que seria mais adequado ter uma administração independente para isso. Nós estamos ali no meio, filiados a duas entidades internacionais.

Há hoje sete federações estaduais: Minas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Ceará e Santa Catarina. Também há clubes em Estados que ainda não comportam uma federação, como no Espírito Santo, no Distrito Federal, na Bahia e no Rio Grande do Norte. Os clubes mais representativos estão filiados à Confederação Brasileira.

Aqui se falou nas definições aprovadas no Conselho Nacional do Desporto e elas estão aí. O trabalho da professora Vera e o nosso, na Comissão de Esporte, resultou nessa definição. É importante ressaltar que nós nos encaixamos nas duas.

O montanhismo tem a vertente aventura, o que estamos tratando aqui, especialmente, mas a vertente *indoor*, pelas definições, se encaixa no esporte radical.

O texto é muito bom. Ele fala da interação com a natureza, nas sensações, emoções, condições e na incerteza em relação ao meio, risco calculado. A diferença entre os dois é que a aventura é realizada em ambiente natural: ar, água, neve, gelo e terra, como exploração das possibilidades da nossa condição humana em resposta ao desafio do ambiente. Então, sem o meio ambiente natural não existe aventura. Já o esporte radical é praticado em condições controladas, em ambientes desenvolvidos ou adaptados para isso. Essa é a principal diferença entre os dois.

A escalada de competição *indoor* se encaixa mais na definição do esporte radical, e o montanhismo clássico – a escalada em rocha e em neve – é um esporte tipicamente de aventura.

Como trabalhamos hoje? Temos por tradição, desde o início da formação desses clubes, que a razão de ser deles é a formação das pessoas. Os clubes existem hoje basicamente em função do oferecimento de cursos básicos de escalada e montanhismo. Além disso, pelo fato de o montanhista ser uma pessoa que geralmente chegou primeiro ao ambiente natural – a maioria dos parques e das unidades de conservação federais ou estaduais foram frequentados por montanhistas ou excursionistas muito antes de virarem unidade de conservação –, nós somos ambientalistas de raiz. Temos um código de comportamento na natureza, que procuramos respeitar ao máximo e que está muito bem elaborado.

No Programa Pega Leve, patrocinado pelo *World Wide Fund for Nature* (WWF), esse código está completinho. Ali se fala tudo da parte de comportamento ambientalmente correto para esportistas na natureza.

Temos currículos padrão, desde o nível básico até o guia de montanha. E também, por meio de uma associação de guias profissionais, que é filiada à CBME, no Rio de Janeiro, formamos profissionais de escalada e montanhismo.

Temos um código de ética, que não é só a parte ambiental, mas também a ética esportiva, bastante rígida, que segue um padrão internacional, estabelecido ao longo de muitas discussões pela União Internacional das Associações de Alpinismo (UIAA).

Nós estamos falando de uma estatística não exatamente perfeita, mas com levantamento ao longo dos 20 anos, 25 anos, em que tivemos uma média de uma morte a cada 5 anos na escalada praticada dentro desse ambiente com esse tipo de formação. Estamos falando de montanhismo e escalada.

É muito comum confundirmos os acidentes quando eles acontecem no ambiente de aventura, como aquela pessoa que aprendeu ontem e foi fazer o primeiro rapel em cachoeira. Aprendeu e, no segundo, já levou um cliente. Já aconteceram muitos desses acidentes por aí, mas essas pessoas não têm uma formação, não passaram sequer por uma conversa com o pessoal que pratica

realmente montanhismo e escalada. No nosso meio, o índice de fatalidade é muito baixo.

Como estamos encarando essa confusão? Bom, enxergamos que no mundo, historicamente, as entidades que administram esporte, devido à sua competência técnica, definem os critérios de qualificação adotados por praticantes. Isso ocorre em boa parte das modalidades no mundo. Aqui gostaríamos de seguir esse caminho.

O esporte é a atividade que deu origem ao segmento comercial, que hoje se denomina turismo de aventura. Como o Cláudio disse, o âmago, o núcleo da atividade é o esporte.

No Ministério, quando se escolheu este modelo que estamos discutindo aqui hoje, não se levou em consideração a existência das estruturas que já tínhamos, que praticávamos. Na verdade, o que aconteceu foi que se optou por um modelo diferente, sem se considerar que o que já existia podia ser aproveitado, utilizado.

Esse modelo resultou também de uma conceituação, constante dos documentos do Ministério do Turismo, que, a nosso ver, está equivocada. Ela conflita com aquela definição que mostramos antes. Quando se diz que turismo de aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividade de aventura, em caráter recreativo e não competitivo, isso pode ser muito. Então, na interpretação de um juiz, na interpretação de um legislador, isso pode ser um montanhista – que saiu, por exemplo, de São Paulo para escalar no Rio de Janeiro – praticando turismo. Está escalando, então, é um praticante turístico.

Entendemos que isso causa grande confusão e é muito recorrente nos esportes de aventura em si. Corremos o risco de ser turistas de acordo com o conceito do modelo adotado pelo Ministério.

O que acontece? Desde o início desse processo, ficamos muito receosos em ser regulamentados por essas normas, porque elas não foram desenvolvidas visando ao esportista, mas ao turista leigo. Sabemos disso, acompanhamos parte desse processo, e consideramos que o Sistema ABNT/Inmetro foi bolado, desenvolvido, montado para atender à indústria.

Sou engenheiro, trabalho com a ABNT na minha profissão de engenharia. Considero o Sistema ABNT bom, interessante, para

equipamentos, materiais. Muito recentemente, esse sistema tem-se prestado a regulamentar a formação de pessoas, mas ele não é para isso. Existe na história toda da ABNT normatizações para a engenharia. Lembro-me de que, até o final dos anos 90, a profissão de soldador era a única regulamentada. Agora surgiu uma série de outras profissões que entraram nessa sistemática. Acho que esse sistema é inadequado para a formação de pessoas.

Tivemos contato com empresas certificadoras, sabemos como funciona: é algo cartorial. Verifica-se a documentação da empresa. Se estiver em ordem, a empresa está certificada.

Esse sistema não funciona para o nosso caso do esporte, no qual se exige contato pessoal. É preciso avaliar o psicológico do condutor, saber se determinada pessoa tem condições de conduzir um grupo, até em extremo. O Código de Ética da Organização dos Estados Americanos (OEA), para dar um exemplo forte, considera que, a partir de certa altitude, no caso do Everest, não existe mais a condição de alguém guiar outro, porque os dois estarão na mesma condição: correndo risco de vida igualmente. Ninguém pode se responsabilizar pela vida do outro. Então, não existe para o UIAA nem para nós a guiagem, digamos assim, a partir de certa altitude. Isso só se avalia no contato pessoal, no dia a dia, e a formação depende muito disso.

Gostaria de deixar aqui nossa reivindicação principal: a criação ou o planejamento de uma política de incentivo, para que se pudesse aproveitar as estruturas que já existem nas entidades. Somos todos voluntários. Estou matando o dia de serviço para estar aqui hoje. Trabalho com engenharia. O pessoal do esporte trabalha por amor à camisa. Não somos empresários do segmento. Somos pessoas que gostamos mesmo do que fazemos. Tanto é que estamos aqui defendendo essas posições. Gostaríamos de um incentivo maior do Estado para que se possa aproveitar esse entusiasmo e esse conhecimento muito grande que temos lá dentro e que não pode ser repassado, de forma adequada, para a sociedade, por falta de estrutura. Conseguimos formar as pessoas que nos procuram. Com um décimo do valor citado, faríamos um trabalho excelente no montanhismo. Quem sabe, um dia, consigamos chegar lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – O Sr. Silvério Nery falou por treze minutos. Acho que este será o tempo que vamos adotar.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Já foram praticamente cinquenta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Juntandotudo, 45 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Quarenta e cinco? É que o Jorge foi bem econômico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Mas está ótimo. Foi uma boa exposição.

Concedo a palavra ao Sr. José Wagner Fernandes, gestor do Comitê Brasileiro de Turismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/CB.

O SR. JOSÉ WAGNER FERNANDES – Deputados Walter Feldman e Silvio Torres, muito obrigado pela oportunidade de participarmos, como ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, dessa verdadeira manifestação democrática, na qual todos têm oportunidade de expressar opinião e construir o que representa mesmo o interesse da sociedade brasileira.

A importância do turismo é de conhecimento de todos. Estamos falando algo que representa em torno de 2,5% do PIB brasileiro, cerca de 39 bilhões de dólares. É o sexto item da nossa pauta de exportação.

A Organização Mundial de Turismo estima que em 2020 haverá cerca de 2 bilhões de pessoas circulando pelo mundo na prática do turismo. Então, ter atividades seguras, responsáveis, de qualidade, faz com que grande parcela dessas pessoas nos visitem e tragam oportunidade de geração de emprego e renda para o nosso País, para a nossa sociedade.

As normas técnicas têm sido, historicamente, ferramenta de contribuição muito importante para a competitividade de todos os setores, seja o industrial, seja o de serviço. A correlação entre a existência de norma e a competitividade do País é diretamente proporcional, ou seja, é um instrumento que efetivamente contribuiu para que o serviço seja de qualidade.

A ABNT é uma entidade privada, sem fins lucrativos, de utilidade pública e foi fundada em 1940. Ela é o Fórum Nacional de Normalização, reconhecido pela Resolução nº 7, de 24 de agosto de 1992, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), que é composto por dez Ministérios, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), além da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), ou seja, uma representação da sociedade.

A ABNT, nesse mandato de normalização, de normas técnicas voluntárias, já publicou cerca de 10 mil normas, dos mais variados setores. Essas normas são publicadas por comitês técnicos. Hoje há 150 comitês temáticos dentro da ABNT. O trabalho é feito por comissões de estudo, por técnicos que participam de forma voluntária no desenvolvimento desses processos, dos textos, das normas brasileiras.

Explico rapidamente como é o desenvolvimento de uma norma. Há a manifestação da sociedade, a ABNT, sob o desejo de desenvolver a norma, cria uma comissão de estudo, que tem participação aberta de qualquer pessoa da sociedade, tendo obrigatoriamente um representante dos produtores de serviços, de consumidores, os neutros (normalmente academias), enfim, todo segmento da sociedade participa, o que chamamos “partes interessadas”. Depois disso, essas comissões, por meio de reuniões periódicas, desenvolvem um texto-base para o tema que está sendo trabalhado, com um produto, um serviço e com pessoas. Após a elaboração, essa comissão decide qual texto será encaminhado para consulta nacional. As decisões são feitas por consenso. Esgota-se ao máximo toda discussão, de maneira que se contemple mesmo o interesse das partes, da sociedade brasileira. Em seguida, esse texto fica, no mínimo, sessenta dias em consulta nacional. Se houver alguma contestação, ele volta para a comissão de estudo. Se houver qualquer modificação, ele tem que voltar à consulta nacional. Só então é publicado como uma norma brasileira. Então, há uma ampla possibilidade de participação de toda a sociedade nesse processo.

Especificamente, o Comitê Brasileiro de Turismo foi criado em 2002 por iniciativa de entidades do setor turístico. Na época, não existia o Ministério do Turismo. Então, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) representava o setor; o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), enfim, todo o setor turístico solicitou à ABNT a criação do Comitê Brasileiro de Turismo.

Essas comissões de estudo, como disse, já fizeram publicações. Especificamente no setor de turismo são 60 normas, das quais 24 vinculadas ao turismo de aventura. Cerca de 3 mil pessoas participaram do desenvolvimento dessas normas de turismo de aventura. Houve participação ativa de várias entidades esportivas, a exemplo da Confederação Brasileira de Canoagem, da Associação Brasileira de Canionismo, da Associação Profissional de Instrutores de Mergulho, entre outras, que emprestaram seus profissionais, enviaram textos técnicos e serviram de referência para a construção de normas brasileiras.

Esse processo de normalização do turismo iniciou-se em agosto de 2002, praticamente 2003, e vem evoluindo de forma substancial. Já existem vários outros movimentos. Esse setor vem expandindo o debate da normalização no setor de turismo, das normas técnicas voluntárias, evidenciando a importância do setor para vários países.

Destaco que as normas técnicas brasileiras são voluntárias, diferentemente de regulamentos técnicos e leis que são obrigatórios.

É importante também destacar que, no âmbito internacional, na organização internacional de padronização, que é a ISO, que desenvolve normas técnicas internacionais, aceitas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), criou-se em 2005 um comitê técnico de turismo, do qual o Brasil participa. O representante

do Brasil, indicado pelo Governo brasileiro, é a ABNT. Desse comitê técnico de turismo mais de sessenta países participaram. A última reunião desse comitê aconteceu recentemente no Brasil, em abril, em Foz do Iguaçu. Os países vieram participar e discutir questões de normas técnicas no setor de turismo. Esse grupo vem trabalhando em vários temas. O primeiro foi o de mergulho. Já existem normas internacionais da ISO publicadas para o setor de mergulho. Essas normas foram traduzidas pela ABNT e adotadas como normas brasileiras.

Recentemente foi criado um grupo para cuidar do turismo de aventura. Um grupo de trabalho foi submetido a esses sessenta países que fazem parte do comitê da ISO, que aprovou que a ISO comece os estudos de normalização, de normas técnicas no setor de turismo. Para nossa satisfação, quem está liderando esse trabalho é o Brasil, em parceria com a Inglaterra. Ou seja, isso nos dá uma posição de vanguarda e diferenciação no cenário do turismo mundial. O Brasil lidera esse movimento, ou seja, temos condições de trabalhar para que os interesses do País sejam respeitados e preservados. É uma vitória, eu diria, de todo esse processo que temos, se pensarmos que há cinco ou seis anos pouco se falava a respeito. Ainda que haja uma série de polêmica, é muito importante destacarmos isso aqui.

O Ministério do Turismo, desde sua criação, vem trabalhando com a ABNT e incorporou várias das suas normas como referências, especialmente nos seus programas de qualificação do setor, porque o processo de reconhecimento internacional dos modelos de certificação se dá por meio das normas dos países. O Inmetro atua como organismo acreditador, porque faz parte do organismo internacional e tem o reconhecimento amplo em todo o cenário de competição internacional, como disse, da Organização Mundial do Comércio.

Então, quero destacar também, como foi citado pelo Cláudio, a questão da legitimidade desse processo, que já transitou em julgado na primeira instância. Não domino especificamente a terminologia técnica. O Cláudio, nosso advogado, pode nos ajudar. Só quero ler o final do parecer do juiz, que diz:

Julgo improcedente as ações principal e cautelar, ajuizadas por Associação Brasileira de Parapente, Confederação Brasileira de Paraquedismo, Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos e Confederação Brasileira contra a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Entendo que é importantíssimo debatermos esse tema, mas é fundamental também que trabalhemos isso alinhados com o que está acontecendo nesse movimento internacional. Se trabalharmos marginalmente a isso ou de forma diferente, corremos o risco de nos segregarmos. Ao pensarmos em ser competitivos, não o seremos, porque o mundo vai dizer algo e faremos diferente, e aí estaremos num processo que nos dará muito trabalho para reverter.

Este é o momento certo de discutir, de ver como fazer as coisas, alinhadas com o que se está falando lá fora, para que façamos o setor competitivo, seja de que forma for, para lá ou para cá. Mas temos que ter um alinhamento para atender o praticante da atividade: o turista. A quem presta o serviço, devemos possibilitar mecanismos para que ofereça um serviço competitivo, de qualidade, com segurança e, fundamentalmente, sustentável.

Era isso que queria dizer.

Estou totalmente à disposição de todos. Se precisarmos aprofundar detalhadamente algum tema ou algo que não conseguimos cobrir nesse pouco tempo, meus contatos estão à disposição para serem divulgados pela Mesa.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Finalmente, uma mulher, Jurema Monteiro, Coordenadora-Geral de Eventos e Apoio à Comercialização.

A SRA. JUREMA CAMARGO MONTEIRO – Boa tarde a todos.

Srs. Deputados Walter Feldman e Silvio Torres, senhores membros da Mesa, no desafio de representar as mulheres e o Ministério do Turismo, quero agradecer pela oportunidade de trazer minha exposição e compartilhar com todos a experiência do Ministério do Turismo nos últimos anos, com foco no segmento de turismo de aventura.

Vou tentar me manter dentro do prazo, com o desafio de diminuir o tempo, conforme meu último companheiro da Mesa.

Rapidamente, então, acho importante trazer para conhecimento, embora esta informação seja compartilhada há tempos com todos, que o Ministério do Turismo, criado em 2003, tem um foco de atuação bastante específico nas questões da Política Nacional do Turismo. Para isso, logo no início da gestão, foi definida como estratégia uma política de descentralização da atividade, em conjunto com a sociedade, por meio de dois grandes braços: o Conselho Nacional de Turismo, hoje composto por 67 instituições que debatem o segmento e constroem em conjunto com o Ministério a política do setor e com o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur). Ou seja, por meio dessa parceria com entidades empresariais e as instâncias de governança estaduais, o Ministério vem conduzindo um processo de política pública em turismo. Para isso, foi debatido, logo de início, um plano nacional que estabelece oito macroprogramas de atuação e metas muito claras para o setor. Especificamente, promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, a geração de 1,7 milhão de novos empregos e ocupações, a estruturação de 65 destinos, com padrão de qualidade internacional, e geração de 7,7 bilhões de dólares em divisas para o setor. Este é o nosso foco, esta é a atuação do Ministério. A cada dia, cada programa operado internamente no Ministério busca atingir esses objetivos.

Nesse contexto, por intermédio da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e numa parceria com o Sebrae, que representa os pequenos e microempresários, o Ministério do Turismo fez uma parceria com a Abeta – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura para desenvolver o programa chamado Aventura Segura. Vou detalhá-lo um pouco, mas não sem antes contextualizar que, nas discussões iniciais do Ministério sobre os programas apresentados pelo Plano Nacional de Turismo no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, existe uma coordenação específica por segmentação, e nessa coordenação foram definidos os segmentos prioritários para o desenvolvimento do setor, para que o turismo brasileiro ganhe qualidade e competitividade.

Um dos segmentos destacados é o turismo de aventura, que compreende movimentos turísticos decorrentes da prática de aventura de caráter recreativo e não competitivo. Por movimentos turísticos entende-se a comercialização de produtos envolvendo toda a cadeia produtiva do setor. Esse é um segmento bastante complexo, com atividades específicas em função dos modelos de negócio envolvidos e dos riscos e perigos inerentes a essas atividades.

Para a construção do programa nós observamos as melhores práticas internacionais e nacionais do setor, buscando com a experiência de outros países as referências para estruturarmos um programa de aventura no País e entendendo que esse programa, mais do que atender à atividade A ou B, é uma opção de desenvolvimento para destinos turísticos. Algumas regiões têm como vocação exclusivamente o turismo de natureza, com presença forte de ecoturismo e turismo de aventura como única opção de desenvolvimento econômico. E é importante voltar a fazer referência ao que eu disse no início: todo o foco da atividade do Ministério é voltado para o desenvolvimento do setor, e por meio do Aventura Segura é possível desenvolver destinos, lideranças, governança, diálogo, ações integradas.

Para se chegar a esse ponto era necessário estabelecer uma metodologia. A metodologia utilizada foi buscar a qualificação e a certificação de produtos turísticos. É a isso que o programa se propõe com esses oito elos de atuação.

Em primeiro lugar, a geração e disseminação de conhecimento. Por mais que houvesse iniciativas no setor, era necessário padronizar em todos esses destinos um conhecimento sobre o segmento, então é decorrente do programa um conjunto de informações disseminadas nos destinos e entre empresários.

Em segundo lugar, o estímulo ao associativismo. Prova disso são as regionais e a própria instituição, como a Abeta, que se fortaleceu nos últimos anos apresentando crescimento no número de associados.

Em terceiro, os grupos voluntários de busca e salvamento, capacitados para atender situações de risco nos destinos onde o

programa é hoje aplicado e são importantes para garantir a qualidade do produto turístico ofertado em cada um desses destinos.

Além desses três elos, há ainda a disseminação de práticas socioambientais e uma campanha de consumo consciente. É importante que o consumidor saiba diferenciar as atividades e os ofertantes dessas atividades, justamente para poder fugir daquelas cuja prática pode oferecer risco.

Creio que o mais importante para a discussão que fazemos nesta audiência seja destacar essas três atividades do programa: qualificação empresarial, qualificação profissional e certificação de empresas e condutores. Com base nessas ações, que envolveram o trabalho relatado na exposição do representante da ABNT, o Wagner, foi construído um programa de normatização bastante democrático, que contou com a participação de toda a sociedade na discussão de normas técnicas voluntárias que se aplicam ao setor de turismo, sem jamais passar pelo tema do esporte, que, no nosso entendimento, envolve outras questões e não especificamente essas aqui apresentadas. Essas 24 normas desenvolvidas hoje em dia servem para referendar o bom atendimento à qualidade dos serviços no setor de turismo. Elas são referência do programa e conseqüentemente dos demais programas desenvolvidos pelo Ministério.

Como resultados específicos do Programa Aventura Segura, podemos listar dezesseis destinos priorizados para recebimento desse programa. Treze Estados foram contemplados, as normas já foram mencionadas e 157 empresas já implementaram um sistema de gestão de segurança, o que lhes garante muito mais qualidade.

Retomo o início da minha fala: o foco do Ministério do Turismo é ampliar a qualidade dos produtos oferecidos dentro do País. Essas empresas, hoje, se diferenciam das demais numa prestação de serviços adequados ao consumidor, deixando o País mais competitivo na disputa de turistas internos e externos. Mais de 4.500 pessoas qualificadas em cursos presenciais à distância, 4 mil pessoas e 300 empresas mobilizadas nas ações, além de comissões e grupos voluntários já mencionados aqui.

Conseguimos perceber que todo esse conjunto de resultados é mensurável. Mais do que todo esse valor, existe o valor da competitividade do produto turístico brasileiro, que vem se destacando no mercado nacional e internacional em função de programas como esse, que garantem maior qualidade para os serviços.

Atendendo à solicitação do Deputado, a posição do Ministério do Turismo é bastante clara no sentido de fortalecer os programas e as normas criadas, fortalecer a Lei Geral do Turismo, debatida e votada nesta Casa, que aguarda a publicação de um decreto para ser regulamentada.

Nessa Lei Geral do Turismo há menção a essas normas, especificamente sobre o esporte de aventura.

Quero deixar claro que há necessidade de uma compatibilização com a Lei Geral do Turismo, desde que atendidas as diferenças técnicas entre esporte e turismo. Isso pode ser atendido por meio de uma emenda já apresentada pelo Deputado Marcelo Teixeira. Entendemos que, assim, estamos atendendo às necessidades do esporte e do turismo de aventura.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – A senhora utilizou apenas a metade do seu tempo.

Agradeço à Sra. Jurema Monteiro, representante do Ministério do Turismo, a ponderação.

Passo a palavra ao Sr. Jean-Claude Marc Razel.

O SR. JEAN-CLAUDE MARC RAZEL – Boa tarde a todos.

Quero saudar o Presidente Walter Feldman pela organização desta audiência pública, muito saudável, democrática, importante e oportuna, principalmente neste cenário da Comissão de Turismo e Desporto.

Agradeço aos Deputados Silvio Torres e Marcelo Teixeira e a todos, principalmente os presidentes de entidades esportivas de aventura que apoiam o processo de normalização feito pelo Ministério do Turismo, a presença nesta audiência pública.

Os presidentes de entidades esportivas estão presentes, mas, infelizmente, não puderam participar da Mesa, mas já solicitei

ao Presidente Feldman que lhes desse a palavra, para que possamos escutá-los sobre esse processo.

Sou Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Sou porta-voz dos 288 associados e sou um deles, ou seja, um empresário de turismo de aventura. Tenho uma operadora em Brotas, no Estado de São Paulo, que oferece muitas modalidades de aventura. No processo de normalização do turismo de aventura, a participação do Sebrae Nacional foi muito importante. Para um empresário como eu, esse processo foi um grande alívio, pois permitiu que tivesse um quadro para organizar a atividade, para não depender apenas da lei do consumidor, que é muito genérica para a especificidade do nosso assunto.

Na minha infância, meu pai me levava para fazer trilhas e escalar os Alpes de Mont Blanc, na França, onde nasci. Sou, de coração, de paixão, como muitos aqui, um praticante de esporte de aventura. Deixo claro que só pratico esporte em ambiente natural. É a minha essência.

Sinto-me à vontade para falar nesta sala, porque sou um esportista de aventura e também sou empresário de turismo de aventura.

A Abeta é a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, um segmento prioritário do Ministério do Turismo. Graças a Deus, este País tem uma biodiversidade, um enorme potencial, em termos de recursos naturais, que esse segmento não se torna prioritário.

A Abeta, hoje, congrega as empresas que têm foco em ecoturismo e turismo de aventura: 288 associados em 24 Estados; 19 comissões estaduais; 80% do faturamento do segmento, sendo que 15% dos interesses de viagem de turista para o Brasil é ligado ao segmento de ecoturismo e turismo de aventura. Estamos falando de uma atividade econômica relevante, que gera renda, que fixa empregos no local onde está sendo desenvolvido, que preza por sustentabilidade ambiental.

Como a Jurema disse, com categoria, em alguns destinos há oportunidade de crescimento econômico.

A Abeta tem uma boa representatividade nacional, integra o Conselho Nacional de Turismo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Comitê Brasileiro de Turismo da Associação Brasileira de

Normas Técnicas, o grupo do Inmetro e o Conselho da Associação Internacional de Turismo de Aventura (ATA).

O Ministério do Turismo e o Sebrae Nacional escolheram a Abeta para aplicar uma aventura segura, o grande programa de Política Nacional de Turismo para o segmento de aventura, com resultados concretos em 100 municípios, 13 estados, 5 regiões, 24 normas técnicas voluntárias publicadas, 12 grupos voluntários de busca e salvamento, 186 empresas implementando o sistema de gestão de segurança – Deputado, acho que isso é uma ferramenta de gestão essencial para as empresas –, dois organismos certificadores creditados, quinze empresas certificadas pelo Inmetro em gestão da segurança.

As únicas empresas do turismo brasileiro certificadas pelo Inmetro são do turismo de aventura, um esforço gigantesco, sendo que a certificação no mundo só foi feita inicialmente para empresas nucleares, aeronáuticas ou aeroespacial. Imaginem nós, pequenos empresários da aventura, aplicarmos sistema de gestão para a segurança! Foi um esforço tremendo. Temos a perspectiva de ter 130 empresas até o fim do ano, ou seja, o Brasil se torna uma referência mundial no seu processo de desenvolvimento de turismo de aventura.

Para nós do turismo de aventura, a regulamentação já existe. A Lei Geral do Turismo, o decreto de aplicação, art. 31, e as 24 normas técnicas voluntárias da ABNT específicas para o turismo de aventura resolvem o problema. Já temos uma lei que regulamenta esse processo. Não vejo motivo para incluírem na lei que está sendo proposta as atividades de turismo de aventura, porque isso é relevante para o esporte.

Acho que está muito fundamentada a Emenda nº 3, do Deputado Marcelo Teixeira, que diz que as determinações dessa lei não se aplicam a atividades de turismo de aventura oferecidas comercialmente, porque se trata de outra coisa.

Vou citar alguns exemplos concretos para explicar por que defendemos que turismo de aventura é uma coisa e esporte de aventura é outra coisa.

Estou aqui com o Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem João Tomasini. Uma coisa é turismo para canoagem; outra, é esporte canoagem, inclusive é olímpico, caiaque, etc.

Por acaso, o processo de certificação criou um embate com a atividade esportiva de canoagem? Estou perguntando ao pessoal do canionismo, João Tomasini e Humberto Medalha, grande companheiro de muitas batalhas em prol das atividades de aventura no Brasil.

Por favor, Humberto, você participou do processo de normalização de canionismo para o turismo de aventura?

O SR. HUMBERTO MEDALHA – A Associação Brasileira foi convidada a participar do processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Como não terá nenhum valor, porque não está sendo gravado nem faz parte das normas, peço-lhe que fale na oportunidade de um debate mais amplo.

Quero lhe cumprimentar pela capacidade de extensão das suas informações, mas vamos deixar para oportunidade mais adequada.

O SR. JEAN-CLAUDE MARC RAZEL – Eu quero simplesmente dizer que se encontram aqui pessoas que participaram ativamente do processo de normalização, cada um na sua modalidade. Há uma diferença muito grande entre a prática esportiva que eles representam e a prática de turismo de aventura, que é uma oportunidade de desenvolvimento do profissional para os membros, no caso do rapel, da orientação, duas atividades diferentes.

Não há o esporte rapel, mas o produto turístico de aventura rapel. No caso da orientação, há o esporte de orientação, como o nosso amigo apresentou com muita categoria, mas não existe oferta turística de orientação. Acho importante mostrar que depende das atividades.

Cito um exemplo muito querido, o *rafting*, que é a descida de corredeira em botes infláveis. Acontece que eu sou o *manager* da minha equipe de condutores de *rafting*, um esporte que se desenvolveu nos últimos anos com destaque. Eles foram bicampeões mundiais de *rafting*.

Tenho algumas fotos para lhes mostrar. Esses são os atletas da equipe. O campeão brasileiro se transforma automaticamente em seleção brasileira, representa o Brasil nas competições mundiais.

Essa é uma atividade de *rafting* em âmbito esportivo. Aqui são os atletas que participaram dessa competição. Vejam o empenho.

Nessa imagem, olhem os homens fortes, preparados com muita união e muito treinamento, remando na corredeira.

Eu tenho uma operadora de turismo de aventura. Olhem só a diferença de uma atividade de turismo de aventura; é o caso do *rafting*. Na corredeira, as pessoas estão sentadas dentro do bote para evitar eventuais quedas, que é uma operação totalmente diferente.

Vejam esta imagem de *rafting*: fora do bote, remando com muita velocidade – é o esporte; na outra, sentado no fundo do bote para curtir – é a diversão.

Eu só queria mostrar umas imagens dos nossos clientes de turismo de aventura, famílias que têm poucos atletas. Todo mundo aqui – pai, mãe, filho – com o condutor no fundo, praticando essa atividade segura. Realmente, a pessoa está aqui para uma diversão esportivo-recreativa. Não é somente esporte. É um ambiente natural. Estão sentados em botes, estão com colete, capacete, mas não estão fazendo esporte de aventura.

Olhem essa imagem que também é forte: há um condutor ajustando o capacete na criança, verificando se ela pode participar, para chegar a um nível de operação segura para esse tipo de público.

Existem entidades presentes aqui que não identificam conflito entre esporte e turismo de aventura e participaram do processo de normalização do turismo de aventura. Como disse, a Associação Brasileira de Canoagem e a Associação Profissional de Instrutores de Mergulho (Padi) estão aqui e são nossos parceiros de luta.

O que acreditamos, nós do turismo de aventura, é que esporte e turismo de aventura merecem uma discussão muito mais ampla, uma discussão por modalidade, porque realmente as coisas são diferentes, falando de uma atividade ou de outra. Há aqui “enes” profissionais de associações esportivas que têm embasamento para falar isso.

Quero ressaltar a importância da relação de consumo. Se nós dois, Deputado, formos escalar o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, não vamos fazer uma atividade turística como alguém que está pegando um avião. Não. Vamos praticar nosso esporte, no

caso, no Rio de Janeiro, para fazer uma escalada no Pão de Açúcar. Se nós dois achamos que não temos competência para isso, ligamos para um associado, como, por exemplo, a Abeta, e pedimos que nos leve com segurança para fazer uma atividade de aventura, no caso, escalar o Pão de Açúcar. Vamos pagar por esse serviço, pois se trata de uma relação de consumo e de responsabilidade transferida, o que é muito diferente da prática esportiva. O consumidor não é atleta nem o atleta é consumidor. O projeto de lei, na sua atual formulação, não deixa clara essa diferença, o que para nós é essencial.

Para terminar, deixo clara a nossa posição: no sentido que essa lei se apresenta, esporte de aventura é uma coisa e turismo de aventura é outra. Por isso estamos dando muita importância à Emenda nº 3, do Deputado Marcelo Teixeira.

Por outro lado, temos uma agenda positiva comum entre esporte e turismo de aventura em relação à sustentabilidade, tema essencial, porque evoluímos em ambiente natural. Essa é uma pauta comum de acesso às unidades de conservação e aos parques nacionais brasileiros que merecem uma reformulação. Acho que esporte e turismo de aventura muito podem contribuir para essa unidade de conservação.

E algo maior, Deputado, que V.Exa. será sensível a isso, foi o que se chamou de promoção da cultura da vida ao ar livre.

Eu me espanto em ver quanto os *shopping centers* estão lotados no finais de semana e em ver programas de televisão para adolescentes transmitidos aos sábados à tarde, quando o mais importante seria nossas crianças estarem praticando alguma atividade ao ar livre. Se for turismo, lindo; se for esporte, perfeito.

Temos muito mais em comum do que o que nos afasta. A Abeta veio com um discurso de conciliação, de agenda positiva, de paz; não de confronto, não de segregação. Convido os representantes das associações esportivas a se sentarem conosco para debater e estabelecer, de maneira democrática, como é característica desta Casa, uma agenda positiva comum e realmente pôr fim a essa discussão que, no nosso entender, não leva a mais nada do que a um embate estéril e que não faz nossas atividades crescerem como merecem.

Precisamos das entidades esportivas, gostamos das entidades esportivas, e nosso desejo é conseguir trabalhar juntos.

Se no início do processo houve falhas com algumas entidades esportivas – já comentei isso várias vezes com o meu amigo Silvério Nery –, da maneira como foi comunicado, somos totalmente abertos a sentar a uma mesa para resolver isso. Mas no caso dessa lei, nossa posição é clara: por favor, aceitem o art. 6º do Deputado Marcelo Teixeira, que diz que essa lei não se aplica às atividades de turismo de aventura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Cumprimento todos os membros da Mesa pelo debate extremamente produtivo, esclarecedor e saudável.

Peço ao Deputado Marcelo Teixeira para me substituir por três minutos, a fim de dar continuidade aos trabalhos.

De imediato, concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, proponente desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, vou esperar V.Exa. retornar, com todo o respeito ao Deputado Marcelo Teixeira, porque V.Exa. será o Relator do projeto de lei. Acho importante fazer minhas considerações diretamente a V.Exa. Nós aguardaremos V.Exa., sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Então, proponho que a reunião seja suspensa por três minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Desculpe-me, Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Declaro reiniciada a reunião.

Jorge, quero realçar que, no intervalo, muitos elogiaram esta suspensão temporária dos nossos trabalhos. Foi muito bom, porque o pessoal ficou, desde o início, saboreando as intervenções sem se movimentar. Foi quase um prêmio.

Quero dizer a todos que, depois das intervenções do Deputado Silvio Torres e Marcelo Teixeira, nós abriremos novamente a palavra aos membros da Mesa para réplicas ou trélicas. O

Deputado Silvio Torres tem uma viagem marcada. Por isso, peço a todos que tentem ser o mais sintético possível.

Tem a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Obrigado, Sr. Presidente. Vou fazer a minha parte.

Primeiro, agradeço a todos os nossos convidados por terem vindo aqui, acredito que todos imbuídos da ideia, do objetivo de inserir essa situação que vem de algum tempo nos meios mais adequados, nas condições mais adequadas para desenvolver tanto o turismo como o esporte. São atividades importantíssimas para nosso País, são complementares, e não é por outra razão que nós, como membros da Comissão de Turismo e Desporto, temos de tomar a iniciativa de procurar resolver essa questão.

Lembro que foram convidados representantes do Ministério do Esporte. Não vieram, mas foram convidados. Deveriam estar fazendo parte deste debate, e seria fundamental que aqui estivessem.

Quero cumprimentar os expositores pelas informações que nos passaram, através das quais V.Exa., como Relator, e todos nós, membros desta Comissão, poderemos melhorar, aperfeiçoar – se for essa a vontade da maioria – e, com certeza, produzir um projeto de lei que atenda aos interesses do País.

Dito isso, Sr. Presidente, queria passar meu entendimento, de uma forma geral, a todos os membros da Mesa.

Eu não vejo um confronto no que foi exposto por ambos os lados, um confronto que seja impeditivo de chegarmos a uma relação ou a uma convergência que possa continuar a atender um lado e passar a atender outro.

Acho que o projeto do Ministério do Turismo faz parte de toda a gama de projetos que esse Ministério tem de incentivar o turismo no Brasil. Esse tipo de projeto, que é feito em parceria com o Sebrae, existe para várias atividades de turismo no Brasil: para hotéis, para turismo rural – este no momento em que nós conseguimos regulamentar um projeto de minha autoria que procura dar condições ao turismo rural de também fazer parte deste esforço de desenvolvimento da economia nacional.

Eu acho que é um projeto econômico para a área de turismo. Certamente, o que está causando o problema é que, do outro lado, o do esporte, sem dúvida nenhuma a base central dessa atividade essencialmente esportiva, o Ministério do Esporte não está dando às entidades esportivas que compõem essas modalidades o mesmo apoio que o Ministério do Turismo está dando às empresas de turismo de aventura.

É uma questão semântica que parece que divide, que confunde e talvez seja por isso que nós ainda estejamos aqui discutindo esse problema. O turismo de aventura invade o espaço do esporte de aventura? Não, são espaços que se confundem, mas me parece muito clara a atividade de cada um. São atividades privadas que se destinam a explorar um segmento de lazer que tem sido cada vez mais procurado, está em franca evolução, porque está ligado à agenda de uma vida ao ar livre, em contato com a natureza. E tanto melhor que exista um órgão capacitado para certificar e garantir a segurança das pessoas que vão procurar o lazer, que vão aos hotéis, às pousadas, enfim, a todos esses empreendimentos, que vão lá em busca de lazer.

Quem quer procurar esporte, quem quer praticar esporte ou quem quer aprender a praticar qualquer uma dessas modalidades, certamente não deve ir a esse local, porque aí, sim, estará havendo um desvio. Quem se responsabilizaria se não for técnica e profissionalmente formado? São atividades que requerem informações específicas e aprofundadas, como já foi dito aqui pelo Dornelles. Há doutores, há mestres, gente que se especializou e sabe como fazer isso preservando a saúde e desenvolvendo a parte esportiva da atividade.

Assim, de um modo mais sintético, certamente eu não sou tão qualificado quanto eles para discutir com profundidade, mas acho que tanto V.Exa. como eu, como o Deputado Marcelo Teixeira e outros membros desta Comissão saberemos buscar um consenso que respeite o que existe e que é legítimo continuar a existir dessa maneira, mas ao mesmo tempo conceituar, regulamentar e deixar bem claro que as atividades aqui descritas são atividades esportivas.

Eu creio que esse é o entendimento não só daqueles que defendem o esporte, mas eles também se abastecem de modelos internacionais. É neles que nós devemos também nos direcionar, porque há países que se desenvolveram há mais tempo.

Essa polêmica pode ter surgido ou poderá continuar, mas acho que nós devemos seguir a linha que foi exposta pelo Confef, que achei uma linha muito sensata, de equilíbrio, como aliás têm sido as articulações do Jorge e de todo o pessoal. Acho que devemos preservar e dar a essas modalidades os mesmos incentivos que o Ministério do Turismo tem dado a essas empresas, à Abeta e a quem ela representa.

Acho, sinceramente, que não há conflito, e lamento que o Ministério do Esporte tenha-se ausentado deste debate há tanto tempo. Não foi apenas hoje; desde 2005 ele não tem entrado nessa questão como deveria, talvez porque tema que tenha de dar dinheiro, mas isso não é tão representativo assim, porque, pelo que foi dito, com o mesmo recurso que a área de turismo de aventura está recebendo, acho que o esporte de aventura estaria se desenvolvendo e prestando um grande serviço ao nosso País.

Então, eu gostaria de deixar aqui essas minhas posições, Sr. Presidente, como ponderações e reflexões para V.Exa., que será o Relator da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Quero agradecer ao Deputado Silvio Torres a sua intervenção e também a oportunidade de realização desta audiência, que muito nos esclarece e contribui para que o Relatório seja a expressão da vontade mais consensual possível neste debate.

Peço agora ao Deputado Marcelo Teixeira, autor de várias emendas e várias vezes citado nesta audiência, que se pronuncie.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Meu caro Presidente e amigo, Deputado Walter Feldman, V.Exa., que tão bem conduz esta sessão, foi Secretário de Esportes da maior cidade do nosso País – experiência é o que não falta a V.Exa. na condução desse assunto. Eu diria que V.Exa. está de parabéns. Esta Casa já está praticamente entrando em recesso e V.Exa. consegue um

ibope total aqui. Se andar pelos corredores, verá que praticamente a única Comissão que está trabalhando é a nossa.

É chegado o momento de novas eleições. Com certeza, hoje estamos dando um exemplo de altivez, de eficiência, quando aqui reunimos certamente as principais autoridades na questão da regulamentação desse processo muito importante.

Eu não poderia, meu caro Presidente, deixar de aqui enaltecer a participação e parabenizar não só a Dra. Jurema como a Dra. Regina Cavalcanti, que têm sido um grande baluarte no Ministério em apoio à discussão dessa matéria.

Recentemente, fui Relator da Lei Geral do Turismo nesta Casa. Fui praticamente o fundador desta Comissão. Senti-me muito à vontade ao fazer aquelas emendas, porque entendo que irão colaborar.

O Deputado Silvio Torres abordou muito bem a questão: não há conflitos. S.Exa. também é atuante, presente a esta Comissão; toda semana está aqui conosco.

Eu diria que o nosso trabalho é no sentido de tentar somar e, com isso, melhorar cada vez mais a situação.

Quero aqui, neste instante, parabenizar todos os que fazem parte da Mesa pelo interesse. Vai-se acabar chegando a um produto muito bom, se Deus quiser.

Parabéns, Presidente Walter Feldman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Obrigado, Deputado Marcelo Teixeira, que tem uma tradição no trabalho do turismo em nosso País. Sua contribuição será muito bem avaliada por esta Relatoria.

Quero fazer uma sugestão. Vários membros deste Plenário gostariam de pronunciar-se e vários outros também gostariam de fazer as suas réplicas e tréplicas. Sugiro um teto, para que possamos encerrar a audiência, complementar o nosso trabalho lá no plenário e ter as informações necessárias para avançarmos rumo à melhor compreensão deste tema.

Para sugerir algo intermediário, eu gostaria de propor que a Dra. Vera Lúcia de Menezes Costa iniciasse esta última etapa da audiência com a sua intervenção pelo tempo de três minutos.

A SRA. VERA LÚCIA DE MENEZES COSTA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu só queria deixar uma reflexão para que não se criasse aqui a falsa impressão de que lazer físico não está vinculado a essa atividade esportiva, e que a atividade esportiva é só a competitiva e a vivida por atletas, porque nós temos uma Constituição na qual está claro que as práticas físicas não formais estão incluídas dentro da atividade esportiva.

Eu só queria deixar essa reflexão para as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Mais sintético, impossível.

Meus amigos, há o rigor da audiência, que é o tempo. Nós estamos na etapa final. Desformalizando, queria sugerir que aqueles que tenham visão de que é necessária uma complementação do que já foi dito e que ainda não tiveram uma oportunidade para tal, possam fazê-lo neste momento. Quem gostaria de falar?

Tem a palavra V.Sa.

O SR. HUMBERTO MEDALHA – O canionismo é a descida esportiva de cânions. Existem muitas técnicas de progressão, como salto, natação, caminhada e várias outras técnicas oriundas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Diga o seu nome completo, entidade que representa e complemente, por favor, dizendo quais são os cânions do Brasil.

O SR. HUMBERTO MEDALHA – Essa pergunta é um pouco difícil de responder, porque existem muitos.

Sou Humberto Medalha, Presidente da Associação Brasileira de Canionismo e instrutor da Escola Brasileira de Canionismo, que é o braço técnico de nossa associação. Nós formalizamos a escola em 2007, trazendo instrutores da França, que é o País de maior tradição esportiva.

É um esporte relativamente novo. O primeiro manual técnico surgiu no final dos anos 90, com a junção da Escola Francesa de Espeleologia, de exploração e estudo de cavernas, junto com a Federação Francesa de Canoagem, porque esse esporte envolve técnicas de corda e águas brancas, com riscos de afogamento e tudo o mais.

A minha contribuição para a Casa é no sentido de que fomos chamados para o processo da normalização e, a nosso ver, ela caminha juntamente com os interesses de nossa associação, pois quando fomos chamados para contribuir, a questão realmente era como subir o nível técnico e de segurança da atividade comercial, que seria o cachoeirismo, o rapel em cachoeira, devido a muitos acidentes.

Então, um membro da nossa associação entregou um texto base para ser referência, para subir a qualidade do produto ofertado. A nossa formação está muito além dos requisitos da norma de competência aprovada e já discutida no âmbito da ABNT. Ou seja, a nossa associação se preocupa com a área esportiva, não com a área de comercialização de produtos, sendo que os nossos membros, associados esportistas, têm uma competência, eles têm um treinamento que vai muito além, que ainda dá oportunidade econômica se eles quiserem ofertar produtos esportivos ou produtos turísticos.

Eu queria agradecer esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Sr. Tomasi-
sini, apresente-se, para ficar registrado.

O SR. JOÃO TOMASINI SCHWERTNER – Sou Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Confederação de Canoagem foi chamada para o debate. Membros da confederação participaram da normatização e nós não encontramos, como foi dito pelo Deputado, nenhum atrito entre as questões, principalmente porque para nós é muito clara a questão turística e a esportiva.

A Confederação preocupa-se, sim, com a parte competitiva. Os regulamentos da modalidade tanto em equipamentos na competição quanto em regulamentos são internacionais.

Salientando o que o Jean levantou há pouco, o Brasil é bicampeão mundial, ganhou o pré-mundial de *rafting* de 4 lugares – R4 no ano passado e está indo na semana que vem ao mundial de R4. Esperamos que daqui a alguns dias possamos comemorar um terceiro título mundial. É essa integração que há entre o turismo de aventura, o *rafting*, em suas duas facetas.

Então, nossa posição é de apoio ao trabalho da ABNT, a essa integração, e que haja realmente um consenso nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Há mais alguém querendo manifestar-se? Apresente-se, por favor.

O SR. SÉRGIO VIEGAS – Sou representante da *Divers Alert Network* – Brasil. A DAN está completando trinta anos neste ano. Ela foi fundada nos Estados Unidos, vinculada à *Duke University*. Ela promove estudos e pesquisas na área do mergulho recreativo no aspecto da medicina e da segurança.

Este ano, estamos organizando o sétimo curso de medicina do mergulho. Pela segunda vez consecutiva o evento vai fazer parte do Congresso Brasileiro de Medicina Hiperbárica, organizado pela Sociedade Brasileira de Medicina Hiperbárica.

A DAN tem foco na segurança do mergulhador recreativo. O mergulhador que aqui no Brasil nós chamamos de profissional ou comercial, tem sua profissão já regulamentada pelo Ministério do Trabalho, através da NR-15, e pela Marinha, através da NORMAM 15.

O mergulho recreativo é puramente uma atividade contemplativa, não existe competição. É difícil alguém chegar e elencar quem é o campeão brasileiro de mergulho autônomo recreativo. Isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – A Dra. Regina gostaria de manifestar-se?

A SRA. REGINA CAVALCANTE – Sou Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Turismo. Talvez eu só deixe aqui uma contribuição em relação à atividade turística como atividade econômica, capaz de gerar emprego e renda.

Hoje o turismo talvez seja o mecanismo mais interessante de apoio à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente. Nós, do Ministério, temos essa consciência e, como disse a Jurema, o nosso foco é buscar todas as iniciativas que estão postas no País que possam agregar valor ao nosso produto turístico e facilitar a comercialização desses produtos.

Cada vez que uma operadora vende um pacote turístico, ela impacta na economia daquele município para onde vai o grupo turístico.

Então, a nossa meta dentro do Ministério é um pernoite a mais. Um pernoite a mais, dentro de um pacote turístico de três noites, provoca um impacto econômico na comunidade que começa pelo pipoqueiro, que vende um pacote de pipoca a mais, uma cama de hotel que não passa a noite vazia. Então, estamos muito focados no turismo como atividade capaz de gerar emprego e renda no País. E tudo o que puder agregar, vamos atrás e fazer bem feito para ficarmos competitivos no mercado internacional.

Temos uma linda natureza no País, mas a Turquia também tem. Precisamos competir com a Turquia e com a África do Sul. Iremos através de tudo o que agregar valor para diferenciar esse produto, e o faremos muito bem.

Este é o registro que deixo, em nome do Ministério do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Incrível, este é o País tropical e sensual. Só mais uma noite.

Pois não.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO – Peço licença à Mesa. Sou membro do Conselho Federal de Educação Física – Confef e fundador do CREF-7/DF, Goiás e Tocantins, representante hoje do Presidente José Ricardo, do Conselho Regional de Educação Física.

A nossa preocupação é chamar a atenção para o fato de que no turismo há necessidade de se preocupar com a segurança do consumidor, que deve ter a orientação de profissional devidamente habilitado e não apenas de uma pessoa que fez um curso de vinte horas para aprender como fazer.

Por isso, chamamos a atenção do Relator desse projeto para que entenda, em toda essa discussão, que a ausência de conflito propagada, na verdade, esbarra no entendimento de algumas entidades de turismo de que podem contratar qualquer pessoa com curso de vinte horas e colocá-las para ministrar, conduzir e o nome que quiserem dar. Essa é uma séria preocupação social do sistema Confef/CREF que aqui trazemos e, infelizmente, deixamos nas mãos do nosso Relator, a fim de que encontre um consenso. Mas com a ajuda dos Deputados Silvio Torres, Marcelo Teixeira e de toda a Comissão – eu trabalho com o Deputado

Otávio Leite, também membro desta Comissão –, com certeza o Relator poderá encontrar algumas saídas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bem.

Passamos a palavra ao Sr. Fernando Martins. Esta é a última intervenção do Plenário.

O SR. FERNANDO MARTINS – Rapidamente, quero agradecer esta oportunidade e enaltecer este trabalho que está sendo feito nesta Comissão, que acho que não tem paralelo no Brasil.

Sou responsável pelo Departamento de Treinamento e Educação da Associação Profissional de Instrutores de Mergulho, entidade que congrega no Brasil 80 empresas e em torno de 1.500 afiliados individuais, profissionais de mergulho recreativo.

Queria fazer um relato rápido. O mergulho possui um histórico de autorregulamentação de mais de cinquenta anos – inclusive baseado no que disse o Jean-Claude sobre uma discussão mais ampla, até passando de modalidade a modalidade.

No que se refere ao treinamento dos profissionais de mergulho, na entidade que represento – é apenas um parâmetro –, independente de número de horas de formação, os materiais que utilizamos para o profissional de mergulho somam algo entre 2.000 e 2.500 páginas de manuais de padrões de procedimentos que devem ser seguidos no treinamento do profissional. E esse é um histórico de mais de cinquenta anos.

Por isso, acho fundamental uma discussão um pouco mais ampla, como salientou o Jean-Claude, para realmente podermos determinar quem é qualquer um, como disse o Lúcio Rogério, a fim de termos uma ideia real do que está acontecendo.

Nestes cinquenta anos de autorregulamentação do mergulho recreativo, turístico e de lazer no mundo, graças às estatísticas levantadas pela própria DAN, conseguimos um registro de segurança muito grande, reconhecido no mundo inteiro. O mergulho é reconhecido como atividade segura, talvez em função desse histórico de autorregulamentação.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bom. Estamos fazendo milagres.

O Deputado Silvio Torres tem que se retirar logo. V.Exa. deseja falar agora, Deputado?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Não, eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Peço ao membros da Mesa, caso considerem importante fazer nova intervenção, que utilizem o tempo de três minutos.

Com a palavra o Sr. Jean-Claude.

O SR. JEAN-CLAUDE MARC RAZEL – Aproveito para passar, em três minutos, alguns pontos que ouvi aqui. O primeiro é em relação à segurança das atividades de turismo de aventura. Eu posso falar, por exemplo, da minha empresa. Graças ao sistema de gestão da segurança implantado, temos estatísticas sobre acidentes e incidentes nas nossas atividades.

Tive uma reunião com o pessoal do Inmetro na semana passada e o nosso índice de acidentes e incidentes, considerando que, por exemplo, perder o remo no rio já consta como um acidente e que se a pessoa desiste da atividade no meio porque está inconfortável também é considerado acidente – não estou falando de dano físico –, é de 0,01% nos últimos doze meses. Tenho certeza de que o processo da ABNT e Inmetro foi essencial para chegarmos a esse tipo de número.

Segundo: compartilho totalmente, Deputado Silvio Torres, da ideia de que um dos problemas que acontece aqui é devido à ausência do Ministério do Esporte nessas conversas. Se o Ministério do Esporte desse a mesma importância para o esporte de aventura que o Ministério de Turismo dá para o turismo de aventura, com certeza estaríamos mais adiantados. É uma sugestão válida para se fazer aos nossos companheiros do Ministério do Esporte.

Outra coisa: a manifestação do amigo Jorge, do Confef, abriu a minha cabeça sobre um aspecto que não tínhamos considerado. Estou aberto a conversas com o Confef para entender melhor este assunto relativo à presença e ao papel de um professor de educação física no turismo de aventura. Esta audiência serve para isso, para sentarmos juntos, conversar e achar uma boa

solução. Eu comecei a mudar a minha visão sobre isso após a sua manifestação. Por isso, queria agradecer-lhe.

Por fim, também queria agradecer ao Silvério, porque ele falou uma coisa importante, que a Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME), que tenho no meu coração desde a infância, tem um papel importante na formação de profissionais. Se as entidades esportivas assumirem mais este papel de formação de profissionais, vai ser muito bom para nós, empresários.

Na semana que vem vou organizar um curso para vinte condutores de técnicas verticais na minha empresa. Inclusive, sei que estou formando também para a concorrência. Vou gastar 15 mil reais para fazer um curso de qualidade com vinte pessoas durante dez dias. Se eu pudesse simplesmente ligar para a Confederação Brasileira e dizer que vou precisar de vinte condutores para a temporada e eles mandassem para mim, seria maravilhoso. Hoje eu não faço porque não existe essa possibilidade, infelizmente.

Gostaria muito que as entidades esportivas assumissem este papel de formação do profissional que, na linha do que disse o Humberto, forma pessoas aptas para trabalhar tanto o lado esportivo quanto o turístico.

Nós, da Abeta, precisamos muito de profissionais e estamos formando alguns por falta deles. Se as entidades esportivas assumissem isso claramente, seria ótimo! É tudo o que desejamos.

Queria agradecer e dizer que esta audiência foi esclarecedora e positiva. Tenho certeza de que, sob a condução do Deputado Walter Feldman, conseguiremos o consenso, que é o que todos aqui desejam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Somos todos frutos da Revolução Francesa.

Tem a palavra a Sra. Jurema Monteiro.

A SRA. JUREMA MONTEIRO – Deputado, rapidamente, queria complementar a participação do Ministério do Turismo na audiência. Acho que a minha companheira Regina destacou muito bem as questões relacionadas à atividade econômica e ao turismo, o impacto disso em pequenas comunidades e o foco da nossa atividade.

Acho importante também deixar registrado – a observação do Deputado Silvio Torres foi muito feliz quanto à importância da presença do Ministério do Esporte – que deixamos aberto um espaço de colaboração do Ministério do Turismo para que possamos discutir os pontos apontados aqui relacionados à importância da formação, qualificação e presença dos profissionais de educação física na preparação de condutores, guias, enfim, profissionais do setor para condução de grupos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Isso significa que entre o pessoal que está sendo qualificado hoje não há professores de educação física?

A SRA. JUREMA MONTEIRO – Hoje não há norma técnica que faça essa exigência. O que acho importante, e ficou presente aqui, é a necessidade de diálogo e de construção conjunta quanto a isso.

Deixo, então, registrada a disposição do Ministério do Turismo em colaborar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Tem a palavra o Sr. José Wagner.

O SR. JOSÉ WAGNER FERNANDES – Obrigado, Sr. Presidente. Como eu disse, não tenho o domínio do trato jurídico, vamos dizer assim. Queria pedir ao Cláudio que fizesse algum esclarecimento sobre aquele processo citado pelo outro Cláudio, o Cláudio Consolo, para que não parem dúvidas sobre algum equívoco que eu tenha cometido na minha exposição.

O SR. CLÁUDIO LÚCIO DUNDES – Na verdade, é só um esclarecimento. Existe uma decisão, uma sentença da ação proposta, mas ela é objeto de recurso. As associações interpu- seram recurso e a sentença pode ser mantida, como pode ser reformada. A parte inconformada recorre e tem direito a uma segunda decisão.

Apenas ressalto que todos os pontos levantados e debatidos aqui foram objeto de análise lá. Tudo o que é muito óbvio, que foi dito, já foi analisado em primeira instância, principalmente a competência do Ministério do Turismo e a legitimidade das normas técnicas da ABNT em relação a isso.

É só um esclarecimento quanto à sentença. Foram transmitidas cópias para todo mundo e não havia este esclarecimento, que a sentença é objeto de recurso, mas existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bem. Tem a palavra o Sr. Cláudio Consolo.

O SR. CLÁUDIO ROGÉRIO CONSOLO – Em relação à sentença, quero deixar claro que o julgador de primeira instância, os julgadores em geral, não são super-homens e muitas vezes lhes falta compreender certas questões. Estamos aqui fazendo um juízo político. Lá estamos fazendo um juízo jurídico e aqui estamos fazendo um juízo político.

Foi distribuída a sentença. Está com os senhores, porque também foi distribuída, a nossa apelação, que foi recebida em efeito suspensivo. Ela suspendeu os efeitos da sentença. Após o Tribunal de Justiça, vai abrir recurso tanto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), porque tratamos da interpretação da legislação esportiva ordinária, a Lei nº 9.615, como ao Supremo Tribunal Federal (STF), porque trata também da interpretação do art. 217 da Constituição Federal no ponto do princípio da autonomia da administração esportiva, que foi ceifado a talhe de foice por todo esse processo.

Para terminar, acho que o Confef estabelece bem a questão. Inclusive, a doutora falou com muita propriedade. Infelizmente, a questão da formação dos nossos instrutores, esta interface entre o sistema Confef, universidades e entidades esportivas não foi formatada. Lamento isso não existir no segmento e espero um dia chegar a uma posição de consenso.

Como a doutora disse, cabe ressaltar que as normas de segurança, tanto quanto ao esporte em si como quanto ao material e equipamento utilizados, são de competência das entidades. Cabe, sim, ao Ministério do Turismo e às entidades ligadas ao turismo cuidar das normas; não da prática em si, mas do seu contexto. Acho que isso deve ficar bem delimitado. Esporte não é só competição. Turismo é atividade econômica, não é atividade física.

Queremos também deixar muito claro que mesmo com a participação da pessoa em caráter recreativo, como acontece no turismo de aventura, trata-se da comercialização de uma atividade

esportiva de aventura, mesmo que a técnica de competição seja diferente da técnica de lazer. É tudo atividade esportiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Agradeço ao Deputado Marcelo Teixeira.

Tem a palavra o futuro Deputado Jorge.

O SR. JORGE STEINHILBER – Muito obrigado. Eu diria que o Deputado Silvio Torres resumiu tranquilamente toda a questão no momento em que disse que não há conflito. Realmente, entendo que não há conflito. Há, sim, necessidade de definição, ou seja, definir possivelmente, neste projeto de lei, essas dúvidas; que essas interrogações apresentadas aqui sejam transcritas para o processo.

Possivelmente somos a entidade que tem as melhores condições para falar a respeito da questão da intencionalidade, porque nós estamos nesse conflito há doze anos.

Por exemplo, capoeira é uma atividade cultural. Sem dúvida nenhuma, é uma atividade cultural no momento em que está no teatro, em que está na praça pública. Mas, sem dúvida nenhuma, é uma atividade esportiva no momento em que a Confederação Brasileira de Capoeira promove competições esportivas. É uma atividade física no momento em que está dentro da academia, sendo utilizada como condicionamento físico. Consequentemente, a capoeira perpassa por todas essas questões. É mais ou menos o que está acontecendo aqui. É uma questão de intencionalidade. É o termo que buscamos utilizar para procurar essa identificação.

Por exemplo, se eu vou a Bonito descer aquele rio, olhando os peixinhos, estou fazendo atividade turística, sem dúvida nenhuma. Não estou fazendo nenhuma atividade competitiva. Fico parado e vou descendo. Mas se vou participar de uma canoagem competitiva, ou se vou aprender canoagem, para fazer exercício físico, já estou praticando exercícios físicos. Consequentemente, é uma iniciação esportiva. Também posso pegar minha canoa e resolver descer um rio. No caso, estou me divertindo, estou fazendo uma atividade que não é, evidentemente, voltada para o esporte como um todo.

A Dra. Vera lembrou a esta Comissão que tanto a Constituição quanto a Lei Pelé estabelecem que as atividades físicas formais e não formais – consequentemente, todas as atividades físicas – são consideradas atividades esportivas. Por isso, é preciso tomar cuidado, quando esse projeto de lei for formatado, para não deixar dúvidas quanto a essa questão. Na verdade, se formos considerar o *rafting*... Entendo perfeitamente a observação. Se vou fazer um *rafting*, vou a Três Rios e faço isso. Vou lá para me divertir. Não estou praticando esporte. Estou fazendo atividade física. Quem conduz essa atividade física? A Dra. Vera está lembrando isso. De fato, é uma atividade física. Consequentemente, cria a possibilidade de interpretações em relação ao assunto.

Creio que não há conflito, conforme disse o Deputado. Deixo uma sugestão, Deputado Walter Feldman, no sentido de que sejam definidas claramente essas questões. A intencionalidade é que fica, de fato, consubstanciada para esse processo.

Agradeço-lhes a oportunidade de contribuir com a Mesa e aprender um pouco mais a respeito de tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Estou aqui há pouco mais de um mês e já ouvi três intervenções suas em Comissões e audiências diferentes.

Com a palavra o Sr. José Otavio.

O SR. JOSÉ OTAVIO FRANCO DORNELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente vou dar um esclarecimento ao Sr. Jean-Claude. S.Sa. disse que não existe turismo de orientação.

Na verdade, sempre que captamos nossos serviços, trabalhamos em parceria com o *Convention Bureau*, com as operadoras de turismo. Avaliamos, fiscalizamos, vetamos hotéis que não estejam adequados às nossas normas para receber uma competição. Estabelecemos as normas e fazemos a fiscalização.

Vendemos nossos eventos na Austrália, em toda a Europa. Temos cinco dias de orientação no Brasil, e mais de quinze países europeus participam. Temos operadoras que vão lá nos representar e vendê-los nas competições na Europa. Inclusive, franceses vêm todo ano participar de nossos eventos. Então, fazemos isso,

sim. Quando montamos um evento, reunimos as operadoras, aquele segmento turístico que capta os recursos para que possamos produzi-lo.

Nesta discussão que estamos tendo aqui, brigamos pela mesma causa. Às vezes falamos a mesma coisa de um lado e de outro. Por isso é bom que haja mais diálogo. É por uma única causa que estamos discutindo: para regulamentar.

Sei, por exemplo, o que não é regulamentado no esporte. Há poucos dias, um empresário fez plágio de bússolas, equipamento utilizado nas competições. Um Governo Estadual, que tem um projeto de orientação na escola, comprou duzentas bússolas que são plagiadas, mas estavam no mercado como bússolas de orientação. Não tenho autoridade para impedir a pessoa de fazer aquilo. Minha entidade não pode ir lá impedir isso. Nos eventos esportivos, nós proibimos isso. Nos nossos eventos, não entram essas coisas que não têm um padrão estabelecido. Isso tem de ser muito bem regulamentado, porque é o Poder Público, é a sociedade que está sendo enganada.

Em relação à prática esportiva, quem cuida da área da Medicina é o médico, quem cuida da área jurídica é o advogado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quem cuida da contabilidade dos nossos eventos são os contadores. Agora, quem conduz as pessoas são os profissionais de educação física graduados. Se alguém não for graduado e conduzir uma pessoa por dez metros na prática do esporte, será denunciado ao CREF. Não tenham dúvida disso. Se o profissional registrado no CREF fizer mau uso do esporte – mantemos um convênio com o Confef, com um documento assinado –, sofrerá as sanções do Código de Ética do Confef. É assim que funciona uma estrutura esportiva. Não há conflito.

Estou muito agradecido por participar desta reunião e prestar um pouco de esclarecimentos sobre a estrutura esportiva da atividade que conduzimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Como o Deputado Silvio Torres precisa viajar – devemos ter pelo menos um pouco de formalidade –, passo a palavra a S.Exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, rapidamente, ressalto, mais uma vez, a importância desta audiência pública. Aliás, como já disse o Deputado Marcelo Teixeira, esta Comissão tem aprimorado suas atividades, por meio de audiências públicas, com o comparecimento de pessoas certas para tratar de assuntos que dizem respeito ao nosso trabalho.

V.Exa. começa a Relatoria com o pé direito, ao participar desta reunião na tarde de hoje, trazendo para nós não só uma esperança, mas a certeza de que foi dado um grande passo, com a manifestação dos Srs. Jean-Claude, Jorge, Dornelles, Silvério. Isso já mostra que o entendimento é possível, é mais do que necessário, e tenho certeza de que chegaremos a ele.

Esta não é a primeira audiência pública sobre o assunto. Já houve um debate a esse respeito em 2005. Infelizmente, até hoje, após cinco anos, não prosperou, talvez pela ausência do Ministério do Esporte.

Mas ressalto o importante papel do Sr. Cláudio, até para a realização desta audiência. Ele tem sido nosso interlocutor. Trouxe a questão à baila para tentarmos resolvê-la. A determinação do Sr. Cláudio, apesar de posições opostas, está levando ao entendimento.

Parablenizo a todos e, ao mesmo tempo, agradeço-lhes a presença. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Agradeço aos Deputados Silvio Torres, Marcelo Teixeira; a todos os integrantes da Comissão de Turismo e Desporto; à Deputada Professora Raquel Teixeira por ter-nos delegado a Presidência nesta audiência; e aos membros da Mesa.

Para encerrar, digo, pela minha experiência acumulada em São Paulo, que há muito pouco tempo o Brasil começa a tratar o turismo e o esporte como políticas públicas prioritárias. Talvez seja essa uma das causas da lacuna que existe, que está sendo tratada nesta audiência e nesse projeto. Essa é apenas uma das lacunas. Vamos tratar o esporte e o turismo como questões centrais para o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida no País.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

4. Siglário

A

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABCânion	Associação Brasileira de Canionismo
Abdem	Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais
Abeta	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABNT/CB	Comitê Brasileiro de Turismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABP	Associação Brasileira de Parapente
Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
Ande	Associação Nacional de Desporto para Deficientes
APO	Autoridade Pública Olímpica
ATA	Associação Internacional de Turismo de Aventura
ATP	<i>Association of Tennis Professionals</i>

B

BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
-----	--------------------------

C

CBCa	Confederação Brasileira de Canoagem
CBCVB	Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux
CBDC	Confederação Brasileira de Desportos para Cegos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBME	Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada
CBO	Confederação Brasileira de Orientação

CBPDS	Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos
CBPq	Confederação Brasileira de Paraquedismo
CBRATUR	Congresso Brasileiro de Atividade Turística
CBVA	Confederação Brasileira de Vela Adaptada
CISS	Comitê Internacional de Esporte dos Surdos (sigla em francês)
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNE	Conselho Nacional do Esporte
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
Confef	Conselho Federal de Educação Física
Conmetro	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Contratuh	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade
Corde	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CREF	Conselho Regional de Educação Física

D

DAN Brasil	<i>Divers Alert Network</i>
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

E

Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ESPN	<i>Entertainment and Sports Programming Network</i>

F

Fifa	Federação Internacional de Futebol Associado
FNHRBS	Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
Fornatur	Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

I

Idec	Instituto de Defesa do Consumidor
IFSC	<i>International Federation of Sport Climbing</i>
Infraero	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISO	Organização Internacional para Padronização (International Organization for Standardization)

M

MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação
MMA	<i>Mixed Martial Arts</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTur	Ministério do Turismo

N

Nascar	<i>National Association for Stock Car Auto Racing</i>
NORMAM	Norma da Autoridade Marítima

O

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODA	<i>Olympic Delivery Authority</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos

P

Padi	Associação Profissional de Instrutores de Mergulho (Professional Association of Diving Instructors)
Parajasc	Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina
PIB	Produto Interno Bruto
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

S

SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça

T

TCU	Tribunal de Contas da União
-----	-----------------------------

U

UFC	<i>Ultimate Fighting Championship</i>
UIAA	União Internacional das Associações de Alpinismo
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo

W

WTKA	<i>World Traditional Karate and Kickboxing Association</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>



Conheça outros títulos da Edições Câmara
no portal da Câmara dos Deputados:
www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes